



# DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO AMAZONAS

26 DEZ 2011  
16:00 horas  
Ass. Funcionário

Manaus, sexta-feira, 23 de dezembro de 2011

Número 32.220 ANO CXVII

## PODER EXECUTIVO

LEI N.º 3.696, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011

DISPÕE sobre o Plano Plurianual para o período 2012-2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

LEI:

**Art. 1.º** Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, em cumprimento ao disposto no artigo 157, §1.º da Constituição Estadual, na forma dos Anexos I, II e III.

**Art. 2.º** Os Programas, no âmbito da Administração Pública Estadual, como instrumento de organização das ações de Governo, ficam restritos àqueles integrantes do Plano Plurianual.

**Art. 3.º** Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – Área Temática: retrata a agenda de governo organizada pelos temas das políticas públicas e orienta a ação governamental, por meio de um conjunto de Programas que contribuirão para a consecução dos Objetivos de Governo, considerando as demandas da sociedade;

II – Programa: instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido, sendo classificado como:

a) Programa Finalístico: pela sua implementação, são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores;

b) Programa de Gestão de Políticas Públicas: compreende as ações de gestão do governo relacionadas à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas;

c) Programa de Apoio Administrativo: engloba ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos Programas Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas, suas despesas não foram passíveis de apropriação;

III – Ação: instrumento de programação que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser orçamentária ou não orçamentária, sendo a orçamentária classificada conforme a sua natureza, em:

a) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

b) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**Art. 4.º** O somatório das metas físicas estabelecidas para o período do Plano Plurianual, respeitada a respectiva regionalização, constitui-se em limite a ser observado pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias e pelas Leis Orçamentárias e seus créditos adicionais.

**Art. 5.º** Os valores consignados a cada ação no Plano Plurianual são referenciais e não se constituem em limites à programação das despesas expressas nas Leis Orçamentárias e seus respectivos créditos adicionais.

**Art. 6.º** Considera-se revisão do PPA 2012-2015 a inclusão, exclusão ou alteração de Programas, observado o disposto no artigo 8.º desta Lei.

**Parágrafo único.** Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados à Assembleia Legislativa até o dia 30 de outubro de 2012, 2013 e 2014.

**Art. 7.º** As codificações de programas e ações deste Plano serão observadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, nas Leis Orçamentárias e seus créditos adicionais, e nas Leis de revisão do Plano Plurianual.

**Parágrafo único.** Os códigos a que se refere este artigo prevalecerão até a extinção dos programas e ações a que se vinculam.

**Art. 8.º** A inclusão, exclusão ou alteração de ações nos Programas do Plano Plurianual poderá ocorrer também por intermédio das Leis Orçamentárias e seus créditos especiais.

**Art. 9.º** O Poder Executivo publicará, no prazo de até sessenta (60) dias, após a aprovação do Plano Plurianual e de suas revisões anuais, o Plano atualizado, incorporando os ajustes das metas físicas aos valores das ações estabelecidos pela Assembleia Legislativa e os programas e ações não orçamentárias.

**Art. 10.** O Plano Plurianual e seus Programas serão anualmente avaliados.

**§1.º** O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa, até 31 de maio de 2013, 2014 e 2015, relatório de avaliação do Plano Plurianual que conterá:

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e observados;

II – demonstrativo, por programa e por ação, de forma regionalizada, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada, distinguindo-se as fontes de recursos oriundas:

a) do orçamento fiscal e da seguridade social;

b) do orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e

c) das demais fontes;

III – demonstrativo, por programa e para cada indicador, do índice alcançado ao término do exercício anterior, comparado com o índice final previsto ao final do quadriênio;

IV – avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

**§ 2.º** Os responsáveis pela execução dos programas, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, deverão:

I – registrar, na forma determinada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN, as informações referentes à execução física das respectivas ações;

II – elaborar, com a orientação da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN, plano gerencial dos respectivos programas para o período 2012-2015.

**Art. 11.** As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2012, conforme determina o artigo 2.º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam estabelecidas no Anexo III desta Lei.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO  
AMAZONAS, em Manaus, 23 de dezembro de 2011.OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ  
Governador do EstadoRAUL ARMONIA ZAIDAN  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

## ANEXO I

## CENÁRIO MACROECONÔMICO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### CENÁRIO MACROECONÔMICO

#### CENÁRIO MUNDIAL 2012-2015

O comportamento da economia mundial para os próximos anos não apresenta perspectivas de um crescimento acelerado, em razão da força motriz da economia mundial (USA) apresentar dois aspectos bastante preocupantes: a dívida pública, que já está próxima de 100% do PIB, e a perspectiva de déficit continuar crescendo nos próximos anos, o que mostra uma tendência de aumento da dívida para mais de 100% do PIB e, conseqüentemente, a recuperação mais lenta da economia.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório World Economic Outlook, a zona do euro deve crescer 1,6% em 2011 e 1,8% em 2012. A Europa "está saindo da recessão mais lentamente que outras regiões", porque há "muita força que estão freando a recuperação do velho continente, incluindo a Grécia com 13,6% do PIB de déficit público e 115,1% do PIB de dívida pública (2009), Portugal com 9,4% do PIB de déficit público e dívida de 76,8% do PIB de dívida pública, Espanha com 11,2% do PIB de déficit público e dívida de 53,2 % do PIB de dívida pública e Itália com 5,3% do PIB de déficit público e dívida de 115,8% do PIB de dívida pública. Diante dessa situação caótica em que se encontra a zona do euro, torna-se praticamente impossível a Europa ter um crescimento maior que o estimado pelo FMI.

A Alemanha, maior economia da Europa, deve crescer 2,5% em 2011 e 2,1% em 2012, mantendo-se nessa faixa de crescimento para os próximos anos, já que é uma economia estabilizada e deve manter-se nesse patamar para os anos subsequentes.

A economia japonesa cresceu por volta de 3,9% em 2010, projetando para 2011 uma taxa anual de 1,4% e 2,1% em 2012. Deve-se ressaltar que o volume de investimentos em 2011 será bastante significativo, levando-se em consideração o desastre natural (terremoto seguido de tsunami) que ocorreu, destruindo grande parte da infraestrutura do Nordeste do país. Diante desse cenário de destruição, a necessidade de recompor a infraestrutura que foi solapada, permite supor que um dos fornecedores de matérias-primas para a sua recuperação será o Brasil.

Os países emergentes compostos por Brasil, Índia, Rússia e China - esta última tendo crescimentos espetaculares ano a ano - continuarão nessa faixa entre 9,0 e 9,6% a.a. de crescimento do PIB. Com uma moeda desvalorizada em relação a outras moedas fortes no mercado mundial, as suas exportações continuam crescendo significativamente e, conseqüentemente, os produtos chineses continuarão inundando os mercados ocidentais, ampliando seus mercados com produtos de baixo valor monetário em relação ao comprador, impulsionando o consumo das classes menos favorecidas com produtos de baixa qualidade.

A Índia, com um crescimento econômico de 10,4 % em 2010, continuará com taxas expressivas. Para 2011 a previsão é de 8,2% e 2012 a estimativa é de 7,8%, que demandará quantidades maiores de insumos e matérias-primas.

A Rússia, outro país emergente, apresentou um crescimento de 4% do PIB em 2010, com previsão de 3,5% em 2011 e 4,2% em 2012. Já a inflação está balizada entre 6 e 7% para 2011.

Diante dessa indefinição dos países da zona do euro e dos Estados Unidos, quanto aos rumos de seus déficits públicos, a perspectiva é de um crescimento próximo a zero ou uma recessão em 2011.

Neste cenário macroeconômico, não se pode esquecer os conflitos que ocorrem nos países do norte da África, onde está localizada a principal fonte de energia que movimentou o mundo (petróleo).

Tais conflitos, pela instabilidade que gera, acarretam o aumento dos preços do petróleo e seus derivados no mercado mundial e, conseqüentemente, um crescimento na taxa

de inflação. Em 2010 a inflação do BRICS foi de 5,9% Brasil 5,9%, Rússia 8,8%, Índia 9,5%, China 5,4% e África do Sul 3,4%.

A perspectiva para os próximos anos é de um incremento na taxa média de inflação na maior parte dos países do mundo.

### CENÁRIO NACIONAL

No caso específico brasileiro, os números mostram que a economia terá uma desaceleração do PIB em relação a 2010, que cresceu em torno de 7,5% em relação ao ano anterior (2009), mas o crescimento foi negativo. As projeções para 2011 estão em torno de 4,5% e 4,1% em 2012, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) em seu relatório de abril de 2011, apesar dos investimentos que serão realizados com a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Na tentativa de manter o Brasil crescendo a taxas elevadas, muitos pontos de estrangulamento foram detectados, com destaque para os seguintes:

- A educação não consegue alavancar um ensino de qualidade; faltam escolas técnicas profissionalizantes que gerem técnicos capazes de conduzir a expansão das indústrias, acarretando um estrangulamento em sua capacidade de gerenciamento;
- O baixo investimento em ciência e tecnologia gera poucas pesquisas científicas que produzem conhecimentos e independência tecnológica em relação aos demais países, principalmente o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), nossos concorrentes diretos quanto à divisão do bolo na expansão da economia mundial;
- Estrangulamento e ineficiência da infraestrutura em seus mais diversos segmentos (portos, aeroportos, rodovias, etc.) sem perspectivas de solução a curto prazo e por falta de investimentos públicos que expandam a capacidade da economia de crescer a taxas mais elevadas e constantes;
- Falta de uma reforma tributária que permita uma melhor distribuição dos tributos entre os entes da federação (país, estados e municípios); má utilização dos impostos arrecadados, onde os desvios de recursos são constantes;
- Moeda supervalorizada, inibindo as exportações e aumentando as importações, gerando um desequilíbrio na balança comercial e um perigoso processo de desindustrialização do país;
- Endividamento acentuado dos consumidores, com a perspectiva de um crescimento menor em relação a 2010 e, conseqüentemente, um aumento do desemprego, forçando uma inadimplência maior.
- A produção industrial de 2011 será bastante fraca em comparação com o ano anterior. É bom lembrar que em 2009 o PIB da indústria caiu por volta de 5,5% com uma expansão de 10,1% em 2010. Caso as previsões do FMI para 2011 se concretizem e o PIB cresça a uma taxa de 4,5%, a tendência de inflação é de se manter em alta, já que a mesma não sofre redução e mostra uma curva ascendente desde agosto de 2010.
- As alterações que estão ocorrendo na economia globalizada mostram que o Brasil precisa rever sua atual política fiscal. No atual contexto, é necessário que o governo corte os gastos correntes do setor público, defina quais setores são estratégicos para os investimentos, reduza tributos que incidam sobre a produção, alongue o prazo da dívida pública e combata a taxa de inflação, reduzindo o volume de dinheiro que circula na economia, por meio do aumento do compulsório dos bancos.

Deve-se destacar que na crise econômica global de 2009 até este ano de 2011, enquanto a economia mundial reduzia as taxas de juros, o Brasil continua na contramão praticando as maiores taxas de juros do mundo, chegando ao nível de 12% a.a. em março de 2011.

### MACROCENÁRIO PARA O AMAZONAS

#### DIAGNÓSTICO DA ECONOMIA AMAZONENSE

O Estado do Amazonas, em razão de sua dimensão geográfica, consolida-se como um espaço continental que compreende 1.570.745 km<sup>2</sup>, representando 18,4% do território brasileiro, 31% da Amazônia brasileira e 40,7% da região Norte. Esse grandioso espaço tem aspectos de ordem econômica e social específicos, definidas em razão das calhas dos grandes rios, como o Amazonas, Solimões, Negro, Juruá, Madeira e Purus, distribuídos nesse imenso espaço territorial.

O Amazonas se destaca no cenário nacional, não só por sua dimensão geográfica, mas também pela riqueza étnico-cultural, elevado potencial de biodiversidade e recursos hídricos e minerais, tendo como um dos principais indicadores de suma importância ambiental, a destinação de mais de 70 milhões de hectares que representam 45% do território na forma de áreas legalmente protegidas. Desse montante, cerca de 45.753.118 hectares são ocupados por 178 terras indígenas de 74 etnias distribuídas em todo o Estado. A população indígena do Amazonas compõe-se de cerca de 120.000 pessoas, o que corresponde a 17,1% do total da população indígena brasileira.

Na nova etapa do governo da Presidente Dilma Vana Rousseff e do Governador Omar José Abdel Aziz, ambos reeleitos no sufrágio do voto para o quadriênio 2011-2014, portanto, no espaço de tempo onde se consolida o PPA 2012-2015, apresenta-se a possibilidade de vários programas e ações serem potencializados e alguns até expandidos no esforço continuado desse processo de evolução do desenvolvimento do país e do Estado.

No PPA 2012-2015, o Governo Federal dará continuidade ao programa denominado Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, cujo objetivo é acelerar o ritmo de expansão da atividade econômica a partir da taxa de investimento na economia brasileira. Nesse sentido, as ações e metas foram organizadas em um conjunto de programas de investimentos com diversas políticas federais, que devem convergir para a realização de objetivos comuns de desenvolvimento econômico e avanço social, numa ação sinérgica e de mútuo esforço, o que deverá projetar um processo de desenvolvimento, na expectativa de resultados positivos que serão refletidos também no Estado do Amazonas.

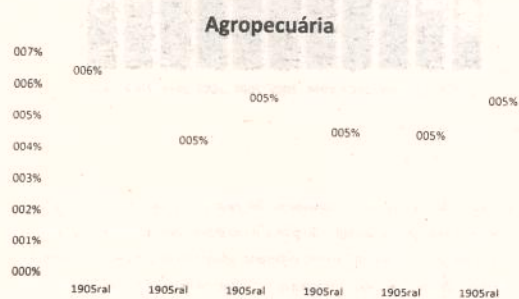
Os três setores da economia para o quadriênio estão assim divididos:

**AGROPECUÁRIA**

O setor agrícola, no período de 2003 a 2008, apresentou participação média na economia do Estado de 5,12% ao ano. Problemas como a seca e as cheias nesse período foram agravantes, para que esse setor não avançasse em relação aos demais. Além dos problemas naturais, outros fatores que são importantes para o crescimento da agropecuária precisam ser revistos, avaliados e praticados.

Para que o setor dê um salto e se torne mais participativo na economia amazonense, necessária se faz uma medida governamental que crie condições para o crescimento do setor. As principais metas devem atingir a criação e reforma de novos portos, criação e recuperação de novas vicinais intermunicipais e aumento da capacidade energética para os municípios produtores agrícolas.

PARTICIPAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO PIB DO ESTADO DO AMAZONAS



Fonte: IBGE/SEPLAN/DEPI



- Aumento da capacidade energética dos municípios agrícolas
- Novos investimentos e subsídios para os agricultores
- Ampliação e recuperação de portos
- Ampliação e recuperação de vicinais intermunicipais

O Programa Zona Franca Verde não deve apenas ajudar os agricultores, como também solucionar os gargalos do setor agrícola do Estado. Algumas medidas que forem realizadas nesse sentido, poderão auxiliar no avanço do setor. O governo e o setor privado são primordiais para que a Agropecuária amazonense tenha um desenvolvimento à altura de sua riqueza florestal.

**INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**

As empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus, especialmente as transacionais, deverão desempenhar importante papel no esforço de redução do déficit

comercial com o exterior, no aumento das exportações. Nesse contexto, coube ao setor público criar fatores de competitividade que favoreçam as exportações, sem esquecer-se de criar os mecanismos na política de incentivos fiscais que passaram a gerir condicionantes indutores de vendas externas e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda, aumentando a massa de salários.

BALANÇA COMERCIAL DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS - PIM

ANO	MERCADO EXTERNO		SALDO (C=A-B)	MERCADO INTERNO		SALDO (F=D-E)	SALDO FINAL (G=C+F)
	Exportação (A)	Importação (B)		Exportação (D)	Importação (E)		
	2006	3.227.608	12.871.664	-9.644.056	46.212.055	13.070.188	33.141.867
2007	2.020.017	12.229.762	-10.209.745	47.617.898	12.812.249	34.805.649	24.595.904
2008	2.176.375	15.602.178	-13.425.803	52.065.207	14.216.347	37.848.860	24.423.057
2009	1.689.009	12.446.695	-10.757.686	48.851.007	10.681.802	38.169.205	27.411.519
2010	1.828.270	17.895.794	-16.067.524	59.877.118	12.674.152	47.202.966	31.135.442

Fonte: SISTRAMA

Os cenários de desenvolvimento econômico do Amazonas e os incentivos da ZFM, considerando a sua história, especialmente para o setor secundário da economia, ainda serão os componentes fundamentais de quaisquer estratégias de desenvolvimento para o Estado. Nos últimos 44 anos, a acumulação no setor produtivo industrial incentivado comandou o crescimento econômico, impulsionando a expansão dos serviços, do comércio, da agricultura e da base tributária pública.

A construção de uma estrutura industrial mais competitiva para o Polo incentivado, permitindo que em futuro próximo seja menos dependente dos estímulos fiscais, passou a exigir nova postura do Governo. De uma atitude passiva em relação ao ingresso de capitais, dependente da demanda espontânea dos investidores, por outra pró-ativa, exigiu o uso de novos instrumentos que aos poucos passaram a transcender os incentivos fiscais, numa abordagem setorial seletiva, focada no alcance de maiores encadeamentos horizontal e vertical intra-polo industrial, no aumento da capacidade de exportação e na atração de investimentos estratégicos para a consolidação do Polo de componentes.



Polo de Componentes

A configuração do novo padrão de desenvolvimento do Estado do Amazonas não poderia ficar agregada somente aos segmentos produtivos incentivados. Os setores produtivos que beneficiam insumos regionais voltados para o mercado regional de consumo passaram a merecer papel relevante. Estão sendo desenvolvidas indústrias que permitem o beneficiamento de matérias-primas regionais, como o madeireiro, dendê, pescado, produtos medicinais da nossa flora, cosméticos, aromáticos, corantes e inseticidas naturais; e com especial atenção à exploração de produtos extrativistas como o gás, a silvinita, bauxita, ouro, nióbio, e outros.

As políticas públicas processadas pelo Governo passaram a vislumbrar a expansão de novos polos industriais, como o Polo Moveleiro e os novos processos produtivos em desenvolvimento, com a transformação da matriz energética vinda do gás natural de Uruçú, permitindo a instalação de novos empreendimentos.

Os processos produtivos no Amazonas passam a exigir a necessidade da expansão de novos modelos de produção, cuja implantação e difusão tecnológica serão peças centrais apropriadas ao desenvolvimento da agricultura e ao uso sustentável dos recursos naturais. Já existem estudos que permitem melhor conhecimento do mercado nacional e internacional, de modo a ofertar produtos adequados às suas exigências, buscando criar diferenciações ao produto amazônico.

Todos esses complexos produtivos passam a integrar uma estratégia mais ampla de exploração dos recursos naturais do Amazonas numa ótica ecologicamente sustentável. Esforços estão sendo desenvolvidos para a reorientação tecnológica e organizacional dos setores industriais tradicionais, com elevada experiência acumulada na região e disponibilidade de demanda regional de seus produtos.

As políticas industriais implementadas pelo Governo do Amazonas devem criar ambiente propício ao fortalecimento e expansão das micro e pequenas empresas. O Governo

criou um amplo campo de expansão das micro e pequenas empresas. Existem cenários favoráveis de atuação para esse segmento empresarial, particularmente, no que concerne ao beneficiamento de insumos regionais, atendendo o mercado consumidor local, regional, nacional e internacional.

Há uma clara percepção de que as micro e pequenas empresas industriais têm um ciclo de vida reduzido, em razão de deficiências gerenciais, falta de crédito, desconhecimento do mercado, custos tributários elevados, baixa produtividade e dificuldades tecnológicas, que fazem hoje o diferencial competitivo. Esse problema no atual Governo tem sido reduzido, ou até mesmo eliminado, mediante a criação e aperfeiçoamento de mecanismos que geram um ambiente propício a essas empresas na realização de investimentos, via Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM, grande parceira nesse segmento.

As micro e pequenas empresas são a variável-chave nas políticas e estratégias desse Governo, assumindo papel crucial na geração de emprego e renda e na desconcentração espacial da indústria, fortalecendo o capital amazonense.

A política de desenvolvimento do Estado do Amazonas está fortemente integrada às políticas de desenvolvimento nacional, respeitando as características locais, e comprometidas com as mudanças que podem propiciar a expansão dos setores produtivos no Estado.

#### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO AMAZONAS

O desenvolvimento econômico do Estado para o próximo quadriênio dependerá do comportamento da economia amazonense frente aos transtornos externos e internos.

O Parque fabril do Estado é composto por uma grande quantidade de empresas estrangeiras, o que faz com que os acontecimentos externos sejam fatores influentes para o desenvolvimento. Entretanto, a economia amazonense no período 2008-2009 superou os acontecimentos externos e não foi muito afetada pela crise financeira mundial, porém ressalva-se que o fator interno foi preponderante para que a economia local passasse por esse período sem danos maiores.

O desenvolvimento não será visto se o Estado não crescer economicamente. Deve haver por parte do governo uma política de investimento e incentivos à criação e atração de novas fábricas para o PIM, bem como a implantação de novos polos de desenvolvimento no interior.

Neste novo quadriênio, a capital amazonense terá uma atenção à mais do setor público e privado. Manaus, sendo uma das subdesdes da Copa de 2014, ampliará sua infraestrutura e receberá aproximadamente R\$ 4,6 bilhões de investimentos diretos e mais de R\$ 10,7 bilhões indiretos que farão a diferença para o período de 2012-2015.

A verticalização da cidade de Manaus também fará com que novos empregos sejam gerados no interior e na Capital, dos quais, 50 mil diretos e 100 mil indiretos pelas obras da Copa. O setor industrial também ampliará os empregos por ocasião de novas fábricas que se instalaram no PIM e a produção das empresas já existentes. O turismo será outro fator de geração de emprego, visto que haverá aumento do turismo de negócio, do turismo ecológico e a ampliação da rede hoteleira da capital e do interior do Estado.

Outro fator importante é a expectativa de maior participação do interior na economia do Estado, graças às novas ações de políticas públicas que o Governo tem implantado como modelo econômico para o Estado. O Governo ampliou a política de incentivos para o Polo Industrial de Manaus e aqueceu a economia do interior com o Programa Zona Franca Verde, dando oportunidades e abrindo novos horizontes para o homem do interior, gerando trabalho e renda. Mas o Estado precisa ir além das expectativas e procurar desconcentrar cada vez mais a economia amazonense.

Nos últimos quatro anos, o Estado tem apresentado uma significativa taxa de crescimento econômico, refletindo positivamente na arrecadação de tributos em todos os níveis e na renda PIB/per capita local, especialmente no período de 2007 a 2010, conforme mostra a tabela:

PIB PER CAPITA POR ORDEM CRESCENTE - ANO BASE 2007

ANO	POPULAÇÃO	RENDA PER CAPITA (R\$)	CRESCIMENTO (%)
2007	3.221.940	13.042,83	0%
2008	3.341.096	14.014,13	7,45%
2009*	3.393.369	14.691,29	12,64%
2010*	3.480.937	16.866,63	29,32%

FONTE: SEPLAN/IBGE  
(\*) Dados estimados para 2009 e 2010.

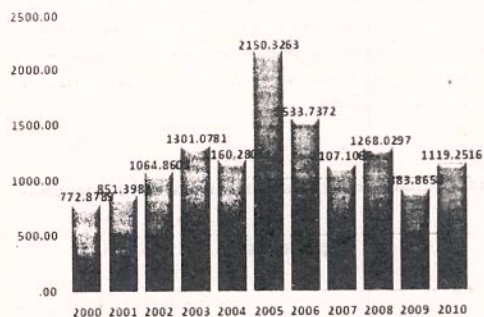
Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento que irão refletir nos cenários econômicos para a gestão do PPA 2012-2015 estão sendo pensadas na organização produtiva das riquezas potenciais existentes no interior do Estado, aperfeiçoando mecanismos da

política regional que serão pautados em um processo de seletividade, elegendo prioridades e concentrando esforços, provendo as localidades produtivas de infraestrutura necessária ao desenvolvimento, processando, dessa forma, a superação dos desequilíbrios infra-regionais e das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que deve ser potencializado o Polo Industrial de Manaus.

No PPA 2012-2015, o Governo do Estado do Amazonas passa a traçar estratégias de médio e longo prazo, no objetivo de desenvolver harmoniosamente o Estado, com crescimento ambientalmente sustentável, promovendo a inclusão social e a desconcentração de renda, o crescimento das oportunidades de trabalho, emprego e renda, oportunizando o consumo de bens por uma parcela maior da população, provocando o aumento da produtividade e com isso a inclusão social de comunidades tradicionais e seus atores sociais - caboclos, ribeirinhos e índios, para que possam participar da riqueza coletiva, sem agressão ao meio ambiente.

Considerando o cenário de crescimento que vem acontecendo na economia brasileira, a inserção da economia amazonense nesse processo deve ocorrer pelo esforço do PIM e pela consolidação da produção esperada do interior. Desse modo, a atuação do Governo do Amazonas passa a estabelecer programas para que, no período 2012-2015, as exportações do Estado cresçam em termos absolutos e ampliem sua participação no montante exportado pelo país.

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO AMAZONAS 2000-2010



Fonte: MIDR/SEPLAN/PLANDIPI  
Notas: em US\$ FOB 1.000.000

A inclusão das atividades econômicas do interior e das micro e pequenas empresas nos circuitos comerciais do Estado, do país e do exterior, irão propiciar a geração de emprego e renda e, com isso, a inclusão social esperada, constituindo também um mercado interno mais robusto dentro de suas fronteiras e contribuindo para a redução das desigualdades interpessoais e entre sub-regiões do Amazonas.

A reorientação produtiva do Estado do Amazonas, em bases sustentáveis, passa a requerer três processos diferenciados, considerando a complexidade e determinado prazo para a sua efetivação. O primeiro, deve considerar a renovação tecnológica inovadora que influenciará na dinamização de atividades inovadoras e adaptadas. O segundo processo se refere ao desenvolvimento e implantação de novos ramos de atividades de grande potencial econômico e elevada sustentabilidade ambiental, tendo como exemplo a bioindústria e o ecoturismo. O terceiro processo traz como referência a dinamização dos processos produtivos dos recursos naturais, como o gás e os recursos hídricos que possibilitaram a mudança da matriz energética necessária para a expansão do processo produtivo.

#### FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

O financiamento deverá ser uma ferramenta para a redução de desigualdades, priorizando os pequenos e médios produtores, promovendo uma distribuição de recursos mais justa e equânime entre estes, devendo, inclusive, incorporar tecnologias de produção, sendo necessário implementar, de forma simultânea, a capacitação profissional adequada aos processos produtivos.

Incorpora-se ainda esse processo a distribuição dos recursos fiscais e creditícios, considerando as normas de zoneamento e do uso adequado do solo com absoluto respeito à legislação ambiental, valorizando as cadeias produtivas localizadas, agregando a esse processo a promoção da sustentabilidade.

O financiamento de agências estrangeiras deverá ser utilizado em programas que tenham como ação prioritária a preservação do meio ambiente, como forma de assegurar a proteção dos ecossistemas e a manutenção da qualidade ambiental no nosso Estado, potencializando planos de manejo para os recursos naturais, com especial destaque para a floresta, os hídricos, o extrativismo mineral, o licenciamento, a fiscalização, o monitoramento, o controle ambiental e a expansão das unidades de conservação e sua respectiva demarcação.

A definição de áreas estratégicas de conservação e de preservação dos recursos naturais irá considerar as condições ambientais e as características socioeconômicas de cada espaço considerado.

A linha de financiamento a ser adotada para o crescimento e desenvolvimento estratégico pretendido para o Estado do Amazonas deve considerar a mudança do modelo

econômico que se pretende para o Estado, devendo seguir os objetivos, diretrizes e desafios traçados para o período 2012-2015.

Quando o Governo se propôs a ouvir as demandas sociais, os resultados passaram a indicar uma nova era que passa a ter a sua sustentação nas verdades emanadas da consulta à sociedade, realizada no período de maio do corrente ano nos 14 polos de desenvolvimento do Estado.

Nas novas orientações emanadas da Consulta à Sociedade e nas Diretrizes traçadas pela Orientação de Governo, serão estabelecidos os almejados para a implantação e implementação de um Estado melhor e mais forte, tornando-se capaz de explorar suas potencialidades e usar suas riquezas para a promoção e a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com base nessa nova realidade, O Governo do Estado, por intermédio do PPA 2012-2015, articula-se com a sociedade em uma série de projetos essenciais à educação, à saúde, à habitação e ao saneamento básico que, juntos, irão demandar substanciais investimentos do orçamento do Estado, na expectativa de contar com as parcerias da sociedade organizada e da iniciativa privada, consolidando, dessa forma, a estrutura necessária ao desenvolvimento pretendido.

Estão previstos investimentos do setor público para os anos de 2012-2015 em projetos de energia, saneamento básico, saúde, educação, tecnologia, segurança, comunicação, moradia, esporte, cultura e lazer, infraestrutura e outros de significativa importância, em geral considerados essenciais para a manutenção do crescimento e desenvolvimento, agregando-se a esse processo a modernização da gestão pública do nosso Estado para a oferta dos serviços públicos de qualidade à população.

Os programas, projetos e empreendimentos foram diagnosticados e concebidos na expectativa de um processo de mudanças que já está acontecendo, envolvendo, de um lado, o cidadão como o grande beneficiário do sistema e, de outro, o Estado e o setor produtivo num processo integrado para as mais diversas soluções no campo social, econômico, político e ambiental.

No campo do desenvolvimento econômico, o governo pretende gerar mais postos de trabalho e renda para a maioria dos amazonenses que estão na faixa etária de força produtiva, no intuito de minimizar as injustiças sociais, tendo como metas principais de nosso Governo a melhoria da qualidade dos serviços públicos, com a implantação de sistemas de qualidade, além de especial atenção às áreas de educação, saúde, segurança pública, infraestrutura e preservação do meio ambiente.

Na equação entre as necessidades e os recursos, os programas, ações e projetos demandados da sociedade e conciliados pelo Governo, acatados tecnicamente e exequíveis politicamente, vão contribuir de forma decisiva para a redução gradativa das desigualdades hoje existentes.

Os investimentos destinados à educação serão orientados para, permitir que o ensino fundamental até 2015 facilite o acesso a todos, tendo como principal meta a total inclusão de jovens de 7 a 14 anos nesse nível de ensino. Aos jovens de 14 anos em diante, será feito todo o esforço possível para a sua conclusão no ensino médio, ao mesmo tempo em que está prevista a eliminação do analfabetismo na faixa de 15 a 30 anos.

Para o período do PPA 2012-2015, as demandas da sociedade na área da saúde indicam a necessidade de garantir a expansão e a qualidade dos serviços ofertados à população na área preventiva e curativa, especialmente aos mais carentes, por meio da construção e/ou reforma de hospitais, que deverão ser equipados para o atendimento de média e alta complexidade, principalmente nos municípios polos, como a reforma e/ou construção de novos postos de saúde devidamente equipados; expansão nos programas de atuação de equipes de agentes de saúde comunitário, capacitados e orientados para a prestação de um serviço preventivo e curativo, bem como da aquisição de medicamentos essenciais à saúde da população e, principalmente, a permanência de uma equipe biomédica e odontológica residente.

Na área habitacional, o PPA pretende minimizar as necessidades de moradia das famílias de baixa renda, com a construção de moradias populares de qualidade, projetando-as e localizando-as adequadamente.

No saneamento básico, o atendimento de água potável em todos os municípios, bem como a rede de esgoto e o lixo coletado e processado, é um anseio e um direito da sociedade que o Estado irá cumprir, com a expansão das redes correspondentes. As áreas de saúde pública, água tratada, rede de esgoto, coleta regular de lixo e devida destinação, reduzem a incidência de doenças responsáveis pela morte de milhares de pessoas e de grande parte de internações hospitalares.

O investimento em saneamento e moradia, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas mais carentes, tem refletido, também, no impulso da economia, com a indústria da construção sendo acionada para atender as demandas requisitadas, utilizando uma massa significativa de mão de obra, gerando emprego e renda nos locais onde são deflagrados os investimentos.

É consenso geral que a economia desenvolvida em um ambiente favorável ao crescimento e desenvolvimento, é dependente de uma infraestrutura capaz de suportar as demandas produtivas. Os transportes, a expansão de produção da energia, especialmente a energia limpa, a telecomunicação, incluindo telefonia celular, aeroportos, portos e hidrovias, rodovias, gasodutos, estradas vicinais, créditos para a implementação dos processos produtivos, foram identificados nas demandas da sociedade consultada e, com as orientações estratégicas do Governo, eleitos como problemas urgentes que deverão ser sanados. Os investimentos para essas áreas têm seu grau de importância no desenvolvimento socioeconômico.

Os investimentos que serão realizados na melhoria e ampliação da infraestrutura provocarão profundas transformações na economia do Estado, especialmente no interior, onde novas e extraordinárias oportunidades terão efeitos positivos para o desenvolvimento de todo o Amazonas na geração de trabalho e renda.

No setor energético, os investimentos serão ampliados e necessários para atender as demandas em constante crescimento, bem como a urgente mudança da nossa matriz energética para o gás e novas alternativas compatíveis a cada região, permitindo a instalação de novos processos produtivos com aproveitamento dos insumos locais, aumentando a oferta de emprego e renda. Nesse processo, o Estado conta com efetiva participação do setor privado como parceiros necessários à efetivação do desenvolvimento pretendido.

A dimensão territorial do Estado do Amazonas é um desafio que o setor de telecomunicação deverá vencer, com a implementação da extensão da rede de telefonia fixa, telefonia pública, telefonia celular e uma rede especializada de telecomunicação de dados e imagens para a saúde, a segurança pública e a educação. Nesse campo, o Estado pretende estabelecer sinergia com a iniciativa privada, contando com investimentos significativos para vencer o desafio das comunicações no Estado.

A era da informação e da tecnologia em que a sociedade está submetida, exige esforço especial de modernização e expansão dos serviços de comunicação, permitindo e facilitando as relações sociais e comerciais, gerando negócios na região, no Estado, no país e no mundo.

Quanto aos nossos recursos hídricos, o estado do Amazonas é o grande detentor de reservas de água que, nesse século, em razão da escassez do produto e do desperdício, será o bem mais precioso à sobrevivência da vida no planeta. Esse produto natural, imensurável, é uma dádiva da natureza a qual garante ao Estado e ao seu povo o domínio do bem mais cobiçado num futuro próximo, em toda a humanidade. O Governo do Estado, por meio de políticas orientadas pelo Conselho de Recursos Hídricos, irá construir programas e projetos capazes de aperfeiçoar o uso desses recursos sem desperdício, registrando cenários da exploração econômica rentável. Nesse sentido, o Estado conta com a parceria privada para a consecução desse objetivo.

A informação e o conhecimento, incorporados à produção de bens e serviços, torna-se, na sociedade moderna, um fator indispensável para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da nossa população. As demandas de informações colhidas junto à sociedade sinalizam para a necessidade de capacitação profissional dos nossos jovens e adultos, capacitação essa destinada à aplicação nos processos produtivos locais e, em âmbito mais avançado, para a pesquisa tecnológica e difusão do conhecimento, especialmente no que concerne à realidade regional. Nessa perspectiva, o foco será no desenvolvimento da pesquisa e preparação de pessoal especializado para a efetivação dos programas e suas respectivas ações.

De forma efetiva, isso significa oferecer profissionais mais qualificados para a área da agricultura, da pesca, da agroindústria, do turismo, da indústria com tecnologia de ponta, no Polo Industrial de Manaus, e do aproveitamento dos nossos produtos regionais. Implica investimentos em pesquisa, na descoberta de novas tecnologias de produção, na melhoria do beneficiamento dos produtos naturais, vegetais e animais existentes no Estado. A escolha dos investimentos em conhecimento e tecnologia possui uma dimensão estratégica ímpar para o estado do Amazonas, com grande diversidade de recursos naturais, trazendo benefícios inigualáveis à biotecnologia.

É nessa perspectiva que, certamente, teremos uma sociedade mais justa, que proporcione melhores oportunidades para todos os cidadãos e que possa crescer e se desenvolver com justiça e paz social, sob as bênçãos de Deus, sendo esse o cenário que todos desejamos.

#### INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH tem se mostrado mais baixo nos estados da região Norte, em relação ao conjunto dos estados do Brasil. Esse índice decorre do intenso e acelerado processo de urbanização verificado na nossa região, o que não é diferente no nosso Estado, fato que implica no fortalecimento da capacidade de planejamento e da execução das políticas públicas, relacionadas, principalmente, à gestão ambiental em áreas urbanas prioritárias, como é o caso singular da cidade de Manaus.

A correção das deficiências apresentadas nesse processo pode promover o potencial de inclusão social, que deverá ser conseguida por meio de melhorias em educação, infraestrutura e serviços urbanos.

No interior do Estado, considerando as sugestões colhidas da consulta à sociedade, a inclusão social deverá ser efetivada por meio da geração de trabalho e renda, sem perder de vista o processo de sustentabilidade.

#### INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

As lições de um passado recente devem ser o fio condutor do novo padrão de investimentos em infraestrutura, quando se tem uma proposta de trilhar novos caminhos. As decisões de investimento deverão expressar consensos, construídas a partir da cuidadosa avaliação de alternativas, devendo obedecer às restrições impostas pela legislação e também pelas diretrizes que se encontram no zoneamento ecológico e econômico, considerando a territorialidade, os impactos econômicos para os segmentos que se pretende alavancar e os benefícios sociais diretos e indiretos representados pela inclusão social e cidadania.

#### DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO AMAZONAS

O Índice de Desenvolvimento Humano tem sido encarado como uma questão de desenvolvimento social nos programas de âmbito mundial que incluem a região Norte do país como um dos espaços críticos visto sob esse aspecto que, combinado com outros parâmetros de abordagem, passa a ser o indicador para aferição de desenvolvimento social na região.

No estado do Amazonas, o Governo vem fazendo o seu papel na definição de políticas públicas com foco na redução da pobreza, promovendo, gradativamente, a inclusão social, interiorizando o processo de desenvolvimento econômico, na indução do setor privado, no aproveitamento dos recursos naturais, transformando-os em bens de produção, ampliando a interiorização da Universidade do Estado do Amazonas, com o aumento da massa crítica pensante e reflexiva sobre os problemas locais e regionais, interpretando, refletindo e propondo novas soluções.

Os aspectos aqui considerados espelham uma estratégia de desenvolvimento que vem se consolidando com a melhoria na infraestrutura, na área de saúde preventiva, na habitação, saneamento, lazer e transporte, com reflexos profundos na área social.

A perspectiva é de que o IDH, em vários municípios, tenha significativo crescimento no período de tempo considerado (2004-2007), ampliando, dessa forma, o índice médio do Amazonas.

A capacidade implantada das instituições estaduais e federais sobre a realidade científica da biodiversidade do Estado passa a ter uma articulação satisfatória entre essas instituições e as ações do governo, graças à criação da Secretaria de Ciências e Tecnologia e da Fundação de Amparo à Pesquisa, que passam a assumir um papel relevante, como articuladores da política científica sobre as nossas realidades, trazendo diagnósticos que passam a amparar as propostas de políticas públicas para o desenvolvimento do Estado.

#### O PAPEL DA MULHER NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO AMAZONAS

Em todos os diagnósticos sobre o desenvolvimento humano no plano mundial e nacional, têm sido marcantes as referências à condição da mulher como elemento estratégico a ser considerado nos programas de estímulo ao desenvolvimento. Isso porque a mulher tem se destacado como a principal agente de sustentabilidade e da garantia de que os programas voltados para as populações e comunidades locais terão sua aplicação melhor assegurada.

No Estado do Amazonas, a situação da mulher, na maioria dos municípios, é participe na imagem da sociedade e da economia do Estado, visto que a população feminina na maioria dos municípios é praticamente menor do que a masculina, indicando, à primeira vista, a existência de processos migratórios que envolvem, de forma evidente, a maior migração de mulheres para a capital.

#### POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO O SEXO, NOS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS 2010

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE	
	Homens	Mulheres
Manaus	879.893	922.652
Parintins	52.318	49.748
Itacoatiara	44.419	42.421
Manacapuru	43.429	41.715
Coari	39.429	36.480
Tefe	31.492	29.807
Naués	27.084	24.763
Tabatinga	26.347	25.932
Maracá	24.681	22.330
Humaitá	23.115	21.001
Tradubá	20.976	19.759
Labrea	19.586	17.988
São Gabriel da Cachoeira	19.144	18.156
Borba	17.953	16.499
Benjamin Constant	17.246	16.145

Fonte: IBGE

Os números acima registrados indicam um desequilíbrio com consequências, quando a mulher passa a ser reconhecida como o agente fundamental para o desenvolvimento dos programas destinados à sociedade, além de revelar a necessidade de algumas ações que devem ser orientadas para a valorização da mulher nas comunidades por ela constituídas. Os programas de trabalho, emprego e renda do Estado estão presentes em todas as ações de Governo.

Nessas ações podemos mencionar a implementação de diferentes programas de prevenção à saúde e outros aspectos que envolvem a mulher na educação, turismo, desenvolvimento sustentável, produção, comércio e serviços.

A dinamização das cadeias produtivas já está sendo uma realidade, em razão da reestruturação em sua base produtiva, sustentada em grande maioria pela força produtiva da mulher. Entre os setores econômicos com capacidade de inclusão social, já mencionados, os fortalecimentos de cadeias produtivas devem envolver a agricultura familiar, onde a mulher possui uma participação ativa na produção e comercialização dos produtos regionais.

No Programa Zona Franca Verde, a participação da mulher implica sua inclusão econômica e estratégica na sua malha produtiva, colaborando para a alternativa econômica do modelo Zona Franca de Manaus. O Programa ZFV já vem desenvolvendo, no interior do Estado, com a participação efetiva da mulher, novas atividades produtivas integrando-se ao complexo econômico-social do Amazonas.

#### EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE MUDANÇA

A educação se apresenta como um fator estratégico quando se pensa em desenvolvimento. No caso específico do estado do Amazonas, percebe-se que o crescimento no campo da educação, em especial no ensino fundamental, médio, alfabetização de jovens e adultos, assim como programas de capacitação continuada, promovidos pela Universidade do Estado do Amazonas, tem contribuído para melhorar o perfil da educação no Estado com resultados positivos na infraestrutura de desenvolvimento humano e profissional do setor.

A adequação da infraestrutura escolar de cada município com vistas a atender as necessidades mais urgentes e mais críticas, especialmente na adequação do processo educacional voltado à formação da cidadania e no preparo do jovem para o mercado de trabalho, estimulou o governo a investir no aparelhamento das escolas, na criação e modernização das bibliotecas e na inclusão digital, que se estende ao uso comunitário.

O Estado busca agora concentrar-se em uma educação de qualidade, para atingir as metas estipuladas pelo Ministério da Educação e Cultura, aprovando grande parte dos alunos da rede pública no ENEM e PSC. Criará também novas escolas de tempo integral, garantindo assim um ensino completo na capital e interior.

#### EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS - 2006-2010

NÍVEL DE ENSINO	ANO				
	2006	2007	2008	2009	2010
Fundamental	754.517	735.986	744.399	731.558	714.628
Médio	155.402	142.984	151.491	151.797	152.578
Escola de Jovens e Adultos - EJA	119.730	105.142	96.092	95.521	89.544
Técnico	-	9.003	10.140	11.409	8.460

Fonte: MEC

Considerando o diagnóstico feito em cada município sobre a estrutura educacional e cultural existente, foi possível, de forma gradativa, dotá-los de todos os serviços que devem estar, democraticamente, disponíveis a todos os cidadãos, em especial aos jovens que devem dispor de oportunidades de se formarem como cidadãos plenos, passando a fazer parte do processo de inclusão social.

No caso específico dos jovens, é absolutamente necessário que tenham as condições socioeconômicas básicas para se manter na escola e assim prosseguir até a formação superior, sem necessitar sair de seus respectivos municípios. Da mesma forma, estão sendo disponibilizados sistemas de internet, TV via satélite, bibliotecas atualizadas e informatizadas, auditórios, para apresentações polivalentes, enfim, acesso aos meios de informação e formação cultural sem os quais sua cidadania estaria comprometida.

#### CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO

Quando se fala em educação, o primeiro aspecto a ser considerado é o nível de capacitação docente, possibilitando a sua formação contínua, que hoje é uma realidade, com a interiorização do ensino superior por meio da Universidade do Estado do Amazonas, que se faz presente em 16 municípios, envolvendo gradativamente todos os outros municípios, além de contar com a presença da Universidade Federal do Amazonas, com seu programa de instalações de Campus no interior. A interiorização do ensino superior, feito pela Universidade do Estado do Amazonas, passou a modificar a forma de ser, pensar e agir da

população beneficiada pelos cursos realizados, visto que passam a influenciar no comportamento da sociedade local, tornando-a crítica, reflexiva, responsável e cooperativa.

#### A INTERIORIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ESTADO

Os programas do Governo do Estado para o desenvolvimento humano mantêm como objetivo a atenção aos municípios, especialmente aqueles que se encontram ainda em situações menos vantajosas. Nessa perspectiva, os programas integrados de ações de governo resultam em efetiva reorientação no processo de urbanização, tendo como horizonte a descentralização do impacto demográfico sobre Manaus, o que ocasionou um esvaziamento do interior e uma concentração excessiva, na capital, das oportunidades de ocupação em todos os níveis, assim como das estruturas produtivas e de serviços das grandes e modernas cidades que tendem a exercer influências sobre as populações. Isso significa dizer que os programas de urbanização e modernização das sedes dos municípios e a efetivação dos programas de trabalho, emprego e renda, devem priorizar sua concentração nas cidades e localidades do interior do Estado.

#### NOVAS PERSPECTIVAS PARA O SETOR AGRÍCOLA E EXTRATIVO

O Amazonas até o ano de 2002 apresentava uma agricultura atrasada e de baixa produtividade, em razão das incipientes políticas para o setor, fator responsável pelo empobrecimento da população e o êxodo rural.

Com a implantação do Programa Zona Franca Verde, essa realidade vem sendo revertida a partir de estímulo de um setor agrícola e extrativo próspero e fortemente articulado com o mercado, que vem resultando na melhoria real das condições de vida das populações rurais, rompendo, de forma gradativa, com a situação de pobreza e crise estrutural que acontecia no passado próximo.

Passaram a existir diversas perspectivas promissoras, considerando o potencial da biodiversidade do Estado que vem possibilitar uma estrutura fármaco-agrícola, revelando o desenvolvimento de vocações promissoras, como a exploração da fruticultura tropical, que vem se tornando a base do surgimento da agroindústria a partir dos produtos regionais.

O despertar dessa potencialidade exigiu que o governo passasse a implantar uma infraestrutura urbana e rural capazes de receber instalações, serviços modernos, gerando uma quantidade considerada e crescente de trabalho, emprego e renda, com destaque para os seguintes:

- O serviço de educação em todos os níveis, com novas propostas de adequação ao processo educativo para as potencialidades econômicas locais;
- Implantação de indústrias de pequeno e médio porte, que passaram a utilizar matéria-prima regional no seu processo produtivo;
- Implantação e implementação da infraestrutura comunitária como centros integrados de educação física, desporto e cultura, bibliotecas, equipamentos de comunicação com serviços de rádio, TV, internet, todos capazes de produzir bens de serviços necessários ao município, contribuindo para romper o subdesenvolvimento cultural e tecnológico que estava existindo.
- Adotar novas tecnologias que permitam uma melhoria na logística de transporte de pessoas e produtos, melhorando as comunicações intermunicipais, propiciando o dinamismo requerido da vida econômica e melhorando, de forma considerável, a existência das populações. Há de se considerar que a questão de transporte e comunicação está relacionada com o processo de integração estadual, nacional e internacional, à medida que são investidos recursos para que, efetivamente, os programas, projetos e atividades nesse campo passem a acontecer.

#### MEIO AMBIENTE

O processo de produção e reprodução da natureza no espaço territorial do nosso Estado constitui uma referência emblemática para o Brasil e para o mundo. Na realidade, a flora e a fauna que ocupam o espaço geográfico do estado do Amazonas possuem um papel relevante no processo de estabilização termodinâmica do nosso planeta, contribuindo, decisivamente, com o resfriamento do planeta. Isso demonstra a imensurável importância deste Estado no processo de minimização dos impactos das variações climáticas na Terra.

Na percepção dessa importância, o Governo do Estado, antecipando-se aos relatórios sombrios do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) que projetam um futuro assustador para o nosso planeta, assinou o Decreto nº 26.561 de 25 de Abril de 2007, que estabelece critérios no estabelecimento de política estadual voluntária de mudanças climáticas, conservação da floresta, eco-economia e de neutralização das emissões de gases causadores do efeito estufa, e que, de forma inteligente, articula-se com uma política de desenvolvimento sustentável, promovendo o crescimento econômico, tendo como centro desse processo o respeito à vida no planeta e especialmente a do ser humano no espaço amazônico.

A Lei sobre Mudanças Climáticas, objeto do decreto supramencionado, ao propor uma matriz de desenvolvimento para o Amazonas, que se fundamenta na preservação das arquiteturas e estruturas mecânicas dos biomas amazônicos, e se materializa por meio da remuneração ao Estado pelos serviços de preservação ambiental que passa a prestar ao mundo, projeta uma nova perspectiva econômica e social, intencionalmente dimensionada para a melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas.

#### PERSPECTIVAS ECONÔMICAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Na perspectiva de alcançar os cenários pretendidos para o estado do Amazonas, o Governo vem adotando desde 2003 uma postura ativa, tendo como ponto de partida o desenvolvimento das atividades de planejamento que possibilitem, de forma qualitativa, a intervenção governamental, no sentido de otimizar a aplicação dos recursos públicos e ampliar a transparência de suas ações.

O Governo tem buscado uma nova forma de inserção da economia amazonense no mercado interno e externo, potencializando os recursos naturais e a produção local, tendo em vista a necessidade de compatibilizar a política de desenvolvimento regional com as novas exigências de mercado.

Nestes últimos quatro anos, o Governo passou a configurar uma nova geografia econômica para o Estado, tomando a sua base econômica competitiva, descentralizada, diversificada e com maior grau de internalização da renda gerada dentro de suas fronteiras. Essa nova configuração passou a ser desenhada, considerando a globalização da economia: a capacidade de novas vantagens competitivas que passaram a permitir a inserção da cadeia produtiva em segmentos estratégicos no desenvolvimento local; o aumento de sinergias horizontais e verticais ao longo das cadeias setoriais; a estruturação de engenharias de capitalização e financiamento e novas formas de fomento à pesquisa e desenvolvimento regional.

A arquitetura mencionada deve priorizar a imensa riqueza natural do Estado, valorizando a questão ecológica que hoje compõe a agenda geopolítica global, possibilitando a mercantilização da natureza de forma ecologicamente sustentável e com profundos reflexos para a economia local.

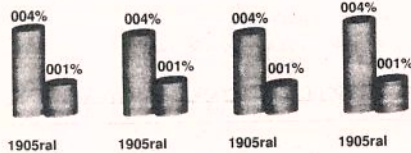
#### SETOR AGROPECUÁRIO

O fortalecimento das diversas formas de organização dos produtores tem sido de fundamental importância para o êxito das políticas de governo voltadas para o setor agropecuário. Nos últimos anos, observou-se não apenas o crescimento dessas organizações, como o aumento do apoio governamental a elas concedido na assistência técnica e extensão rural.

Embora se considere que o setor agropecuário se defronta com alguns problemas que possam estar dificultando o seu desempenho, há de se considerar que a inserção de novas tecnologias do processo produtivo, projetando o desenvolvimento sem que haja qualquer tipo de degradação ambiental no processo de roçado e colheita; a expansão de instalações para armazenamento, o escoamento da produção com o aumento de capacidade de transporte fluvial e rodoviário, melhor organização dos produtos e a existência de uma política efetiva de crédito de fácil acesso, melhorando o valor agregado ao produto, tem sido a marca do segmento agropecuário no período.

A agricultura familiar que ainda se constitui a grande base produtiva no setor, tem procurado superar a chamada cadeia de intermediação e conseguido colocar seu produto diretamente no mercado, com a ajuda de programas de governo que passaram a facilitar esse trâmite. A produção familiar começou a fazer suas alianças nas bases de cooperativas que foram estimuladas pelo Governo do Estado, por meio do Programa Zona Franca Verde, que proporciona a orientação técnica e econômica necessárias para a melhoria desse segmento, onde os produtores organizam toda a sua estratégia de produção e de sobrevivência, de acordo com o ambiente de várzea e terra firme. Dessa forma, toda a sua cadeia produtiva tem uma sintonia com o meio ambiente.

Outra característica é a pluriatividade que compreende a prática de atividades agrícolas e não-agrícolas na unidade produtiva. A produção familiar trabalha com um diversificado elenco de produtos, cultivados nas unidades produtivas, seja para subsistência ou para o mercado, incluindo produtos alimentares, como frutas, olerícolas, pescado, matéria-prima para a indústria, produtos extrativistas vegetais e minerais e alguma pecuária familiar de autossustentação. Observa-se, ainda, que a renda familiar está sendo complementada com a participação em atividades nas funções públicas (de Magistério e Agentes de Saúde), fabricação de pães, artesanato, produção de cosméticos, construção de canoas e embarcações, que são componentes importantes na renda familiar.

PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGROPECUÁRIA NO PIB DO AMAZONAS  
2005- 2008Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal = 004%  
Pecuária e Pesca = 001%

Fonte: IBGE/PLANDEPI

Existe ainda a perspectiva de melhoras nesse segmento, envolvendo os seguintes aspectos:

- Organização dos produtores em cooperativas assistidas, promovendo a organização produtiva e a interlocução entre produtores e mercado;
- Adequação de linhas de créditos que facilite o acesso aos pequenos produtores;
- Capacitação dos produtores sobre gerenciamento dos negócios e exigências do mercado e agregação de valor no produto;
- Assistência técnica e extensão rural com foco na melhoria das condições de vida na zona rural e ribeirinha produtiva;
- Desenvolvimento da pesquisa agropecuária direcionada à realidade da agricultura local;
- Manejo e conservação dos recursos naturais envolvidos no processo de produção agrícola, com especial destaque para as áreas de solos, recursos hídricos e extrativos;
- Incentivo à criação de pequenas agroindústrias comunitárias rurais, contemplando, inicialmente as atividades tradicionais já praticadas e inserindo novas atividades produtivas com base nas tendências de mercado e nos produtos potenciais existentes na comunidade.

## LAVOURA TEMPORÁRIA - 2008-2009

LAVOURA TEMPORÁRIA	QUANTIDADE PRODUZIDA			VALOR DA PRODUÇÃO (R\$ 1.000)		
	2008	2009	%	2008	2009	%
Mandioca (tonelada)	1.139.218	995.876	-12,6%	233.579	204.034	-12,6%
Caná-de-açúcar (tonelada)	365.983	368.050	0,6%	82.672	83.705	1,2%
Abacaxi (mil frutos)	22.468	22.378	-0,4%	25.090	25.138	0,2%
Melancia (tonelada)	30.429	31.318	2,9%	17.709	18.298	3,3%
Milho - grão (tonelada)	29.313	29.252	-0,2%	15.119	15.054	-0,4%
Malva - fibra (tonelada)	11.110	12.343	11,1%	11.641	12.883	10,7%
Arroz - casca (tonelada)	9.932	9.986	0,5%	9.726	9.908	1,9%
Fenôco - grão (tonelada)	3.304	3.185	-3,6%	4.699	4.439	-5,5%
Soja - grão (tonelada)	600	612	2,0%	960	979	2,0%
Juta - fibra (tonelada)	488	559	14,5%	417	486	16,5%
Batata-doce (tonelada)	502	572	13,9%	86	98	14,0%
Tomate (toneladas)	1.686	1.039	-38,4%	82	52	-36,0%
Fumo - em folha (tonelada)	23	27	17,4%	13	20	53,8%

Fonte: IBGE

## LAVOURA PERMANENTE - 2008-2009

LAVOURA PERMANENTE	QUANTIDADE PRODUZIDA			VALOR DA PRODUÇÃO (Mil Reais)		
	2008	2009	%	2008	2009	%
Banana - cacho (tonelada)	90.247	136.108	50,8	73.350	110.367	50,5
Café - grão (tonelada)	5.557	5.721	3,0	13.205	13.583	2,9
Guaraná - semente (tonelada)	751	1.659	120,9	5.676	12.352	117,6
Laranja (tonelada)	18.227	16.278	-10,7	7.741	6.309	-18,5
Coco-da-baía (mil frutos)	16.471	16.823	2,1	3.875	3.966	2,3
Mamão (tonelada)	9.684	10.140	4,7	1.462	1.566	7,1
Pimenta-do-reino (tonelada)	350	371	6,0	1.498	1.553	3,7
Limão (tonelada)	3.402	3.617	6,3	904	951	5,2%
Cacau - em amêndoa (tonelada)	1.419	869	-38,8	2.311	882	-61,8
Borracha - látex coagulado (tonelada)	271	631	132,8	196	801	308,7
Abacate (tonelada)	857	933	8,9	362	388	7,2
Maracujá (tonelada)	3.015	3.143	4,2	242	252	4,1
Urucum - semente (tonelada)	92	99	7,6	111	119	7,2
Dendê - cacho de coco (tonelada)	180	183	1,7	81	82	1,2

Manga (tonelada)	1.051	1.118	6,4	58	62	6,9
Goiaba (tonelada)	116	134	15,5	47	55	17,0
Tangerina (tonelada)	404	426	5,4	52	55	5,8

Fonte: IBGE

Portanto, mesmo com a crise no final de 2008, o setor Agropecuário exibiu resultados positivos, como o crescimento na produção de banana de 50,8% - mais de 136.108 t - e o valor atingindo mais de R\$ 110 milhões. A mandioca, por outro lado, sofreu e ainda assim continua sendo o carro chefe da produção agrícola, com aproximadamente 995.876 t, representando o valor de R\$ 204 milhões.

## SETOR PESQUEIRO

O pescado tem se constituído em um dos mais importantes produtos do abastecimento do Estado. Caracteriza-se como uma atividade básica do ponto de vista social, garantindo para a população ribeirinha e rural mão de obra rentável. A importância desse segmento é comprovada pelo consumo *per capita* de Manaus, que registra 22 kg/ano, sendo superior à média nacional.

Na pauta de exportação, consta em estatísticas mais recentes a venda de pescado de escama e os chamados lisos, graças à implantação de frigoríficos de armazenamento na capital e no interior, melhorando a capacidade de congelamento e, com isso, solucionando os problemas de abastecimento na entressafra.

As perspectivas de melhoria no setor estão assim registradas:

- A criação de créditos especiais para o financiamento dos custos das expedições de pesca;
- Melhoria da frota pesqueira, inclusive o condicionamento do pescado em boas condições de higiene;
- Implantação de indústrias de beneficiamento do pescado, incluindo a linha de exportação.

## SETOR DE PISCICULTURA

A piscicultura vem crescendo de forma significativa no Estado, contando hoje com 849 piscicultores registrados. As espécies mais cultivadas são o tambaqui, a matrinhã e o pirarucu, que representam espécies nobres, ocupando uma área superior a 1.000 ha. Dentre as estações de piscicultura existentes, destacam-se as de Balbina, Manacapuru, Mamirauá, em Tefé, Itacoatiara e Manaus. A produção estimada e o crescimento relativo somente na reserva de Mamirauá (com destaque para o pirarucu cuja cota de captura em 2002 foi de 30 toneladas, em 2006 apresentou 1.500 t/a, representando uma taxa de crescimento de 4.900%.

A oferta do produto, o qual é produzido uniformemente em todo o ano, independente dos ciclos das águas, tem influído positivamente tanto na regularização da oferta do pescado quanto na atenuação da variação de preços ao longo do ano.

A indústria de beneficiamento do pescado que tem crescido no Estado, com equipamentos e tecnologia moderna de produção, obedecendo a padrões exigidos e fixados pelo mercado nacional e internacional, dentro da legislação pertinente, vem oferecendo ao consumidor uma grande variedade de produtos, elaborados de tal forma que facilitam e tornam bem rápido o processo de preparo de alimentos oriundos do pescado.

A aquicultura, a partir dos dados estimados em 2006, registra um aumento de 95%, considerando que em 2002 a produção foi de 3.675 t, para em 2006 atingir a impressionante cifra de 7.170 t.

Em razão do crescimento do setor, algumas perspectivas são promissoras, a saber:

- Pesquisas relacionadas a outras espécies de peixe com potencial para a piscicultura;
- Criação de linhas de crédito especiais para capital de giro e de ampliação da produção;
- Capacitação sobre tecnologias alternativas de beneficiamento do pescado como peixe defumado, linguiça e farinha de peixe, agregando maior valor;
- Incentivo à exportação de pescado para o mercado internacional;
- Campanhas de conscientização junto aos pescadores para conservação de estoques pesqueiros por meio do sistema de manejo.

## SETOR MADEIREIRO

A indústria madeireira do Estado é o segmento estratégico da economia regional que, face ao potencial florestal disponível no Estado, passou a ter um melhor gerenciamento quanto a sua forma de exploração e beneficiamento.

A forma de obtenção dessa matéria-prima que ora é extraída quando da subida das águas, em algumas situações pode ocorrer que, com o baixo nível das enchentes, a retirada da madeira *in natura* seja prejudicada com perdas imensuráveis do valor econômico desse



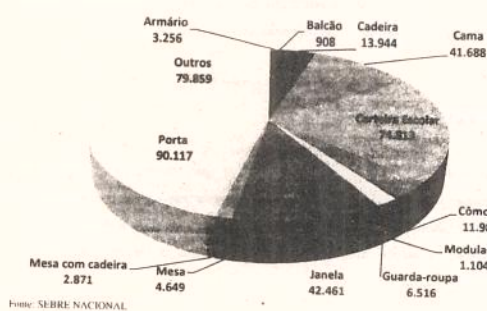
produto. Na outra forma, são construídas estradas vicinais nas proximidades dos nichos produtores para viabilizar o transporte.

De uma forma ou de outra, em que pese o valor econômico da madeira, especialmente as madeiras consideradas nobres, o Governo do Estado continua alerta quanto ao processo de desmatamento, que vem crescendo de forma preocupante, pois o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - órgão federal responsável pelo controle e monitoramento da extração e respectiva comercialização - não possui recursos financeiros e humanos necessários para a implementação eficiente e eficaz de seus programas de defesa ao meio ambiente regional.

#### Oferta de Madeira para o Setor Moveleiro

Foram identificadas 15 empresas em 5 municípios (Manaus, Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo e São Sebastião do Uatumã), com consumo de 167 mil metros cúbicos de madeira em toras, dando um volume processado de 64 mil metros cúbicos e a geração de 3.560 empregos diretos.

#### MÓVEIS PRODUZIDOS NO ESTADO DO AMAZONAS - 2008



#### Consumo de Madeira, Geração de Emprego das Moveleiras

No Amazonas, 79% das moveleiras localizam-se em Manaus. A maioria (80%) pertence à categoria mini de produção, ou seja, consome mensalmente até 4 metros cúbicos de madeira processada. Em geral, essas empresas operam de maneira informal e estão instaladas em condições precárias e improvisadas - muitas vezes nas próprias residências dos moveleiros - e possuem equipamento artesanal e mão de obra pouco qualificada, o que confere um acabamento de baixa qualidade aos móveis fabricados. Por outro lado, há empresas moveleiras formais, cuja produção possui um melhor padrão de qualidade, por empregarem equipamentos mais modernos e mão de obra qualificada. O setor moveleiro no estado do Amazonas consumiu aproximadamente 43 mil metros cúbicos de madeira. Os postos de trabalho diretos gerados nos municípios citados foram de 1.404 empregos.

Em termos relativos (isto é, receita bruta dividida pelo número de moveleiras), o estado do Amazonas agrega pouco valor à produção, com uma receita bruta *per capita* de R\$ 94,3 mil reais, menos da metade verificada em outros estados da região Norte. A razão para isso foi a grande proporção (> 80%) de empresas de porte mini nesse Estado.

Inaugurado no dia 12 de dezembro de 2008, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN e da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA, o Distrito Industrial de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Amazonas - DIMPE - "Ózias Monteiro Rodrigues", visa desenvolver empresas locais com instalação e apoio técnico-científico, de modo a alcançar a autosustentabilidade e a consolidação de seus produtos nos mercados local, nacional e internacional. A produção do DIMPE está voltada para os segmentos de madeira-móveis, fitofármacos e fitocosméticos, gerando mais emprego e renda para o Amazonas.

#### POLO INDUSTRIAL DE MANAUS - PIM

Os cenários econômicos do Estado do Amazonas são representados atualmente, em sua maioria, pelo Polo Industrial de Manaus, que desponta como a principal fonte de crescimento econômico.

A partir do processo de globalização, onde novos processos estão sendo efetivados com a criação de fatores de competitividade sistêmica que permitam alcance e eficiência nas empresas, quanto ao acompanhamento do padrão mundial de produção, necessária se faz uma nova dinâmica nas organizações pertencentes ao Polo Industrial de Manaus.

O aumento da escala de produção das empresas de bens finais, que é o maior reflexo do crescimento da economia local e das exportações, está gerando condições favoráveis ao adensamento da cadeia produtiva, com o fortalecimento das indústrias de bens

intermediários e a criação de escopo e aglomeração que passem a contribuir para o surgimento de *clusters* industriais.

Deve ser considerado que os principais segmentos instalados no PIM integram as cadeias produtivas mundiais e, portanto, torna-se imperioso articular projetos consistentes com essa inserção global do PIM e que passem a transformar Manaus em uma grande base exportadora transnacional.

Os cenários favoráveis para a efetivação desses fatores foram os seguintes:

- A inserção do Polo Industrial de Manaus na política industrial do Brasil;
- A consolidação dos Incentivos Fiscais disponíveis em Manaus, perpetuando o Modelo ZFM, tendo como argumento principal a necessidade estratégica de ocupação do espaço amazônico, ao mesmo tempo em que se reconhece que o modelo é o maior contribuinte da arrecadação federal na região Norte;
- O fortalecimento da cadeia produtiva regional, com a ampliação do parque de componentes eletrônicos;
- A ampliação de novos fatores de competitividade, com a formação de pessoal qualificado e fomento ao desenvolvimento tecnológico, com ênfase na inovação e modernização da infraestrutura econômica;
- A necessidade de fortalecer os segmentos produtivos que utilizam insumos regionais e aqueles que destinam a produção para o atendimento do mercado regional, representados por pequenas e médias empresas controladas por capitais locais, estabelecendo-se uma política de apoio tecnológico, financeiro e gerencial;
- O fomento ao surgimento de pequenas agroindústrias no interior do Estado, para se permitir a colocação de produtos extrativistas ou agrícolas em mercados mais distantes, evitando as perdas decorrentes da elevada perecibilidade do produto *in natura*;
- O diagnóstico de mercado, para conhecer o desejo de consumo, invertendo o processo de produzir para depois vender, aproveitando inclusive a marca Amazônia;
- A implantação e consolidação do Polo Incentivado da Bioindústria, estimulando a capacitação tecnológica das empresas regionais em biotecnologia e desenvolvimento de bioprodutos;
- A promoção e devida inserção das populações tradicionais no processo produtivo e na bioprospecção.

A proposta de Governo é fazer com que a biotecnologia tenha viabilidade no aproveitamento econômico, incluindo esse importante segmento no processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico do Estado. Torna-se importante, também, reconhecer que os produtos oriundos da biodiversidade amazônica que ainda não são conhecidos, e os que o são, estão passando por um processo de identificação e busca de agregação a novos produtos, especialmente aqueles que possuem valor social.

#### BIOTECNOLOGIA

Na contextualização da biotecnologia, é importante ressaltar que essa deve resultar em um processo integrado ao meio ambiente, colaborando com a conservação dos ecossistemas e seu uso sustentável. Nessa perspectiva, a biotecnologia deve ser um setor essencial para o desenvolvimento do programa Zona Franca Verde.

É verdade que a biotecnologia é um segmento em que o Estado do Amazonas se destaca possuindo pesquisas avançadas sobre a biodiversidade amazônica, feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA e pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, órgãos pertencentes aos Governos Federal e Estadual, respectivamente, onde estão sendo criadas bases para o desenvolvimento da biotecnologia no Amazonas, tendo como finalidade o aprofundamento do estudo e compreensão da biodiversidade amazônica e a formação de pessoal especializado nos mais diversos níveis.

Dos diferentes ramos de atividades empresariais na área de biotecnologia, já é uma realidade o Polo de Bioindústrias do Amazonas - PBA, sobressaindo-se neste setor, pequenas e médias empresas, tais como:

- Setor de produção de extratos;
- Setor de fitoterápicos;
- Setor de produtos fermentativos;
- Produção vegetal, especialmente as empresas que produzem mudas de bananas, resistentes a pragas, e a de pupunhas sem caroço;
- Produção animal cujo destaque é a criação de peixes com significativos resultados.

Para a integração das atividades bioindustriais do Programa Zona Verde, é necessária a dinamização de setores modernos e alternativos de conservação e uso da biodiversidade. Nessa perspectiva, está sendo proposto pelo Governo do Estado o manejo florestal com tecnologia, plantio de sistemas agroflorestais, biorremediação, controle biológico de pragas e vetores de doenças tropicais, entre outros.

Para a dinamização de setores biotecnológicos, o Governo vem seguindo três linhas de ações básicas:

- Biorremediação, considerando que a Amazônia detém cerca de 20% da água doce do planeta e o uso comercial desse recurso depende da manutenção de ecossistemas não poluídos. Portanto, é necessário que as atividades de biorremediação, essenciais para o tratamento dos resíduos industriais e antrópicos, tenham suas técnicas adaptadas às especificadas para o Amazonas;
- Criação de animais em regime de confinamento e semiconfinamento, com o desenvolvimento de processos modernos de criação de animais domésticos e silvestres em confinamento, sendo essa atividade de relevância para o Estado, pois diminuirá a necessidade de desmatamento para a criação de pastos, ao mesmo tempo em que na área de pesca, a proteção de espécies no momento de reprodução possibilitará um aumento na produção;
- Produção de sistema agroflorestais com novas tecnologias que estão sendo empregadas e desenvolvidas em diversas instituições regionais. A biotecnologia, nesse caso, tem contribuído com a descoberta de espécies cujos produtos sejam de alto valor agregado.

No que diz respeito ao processo de bioprospecção no Estado do Amazonas, tem sido relevante o acoplamento desse processo às atividades de manejo florestal que está sendo desenvolvido pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, tomando efetiva uma proposta do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade - PROBEM/Amazônia.

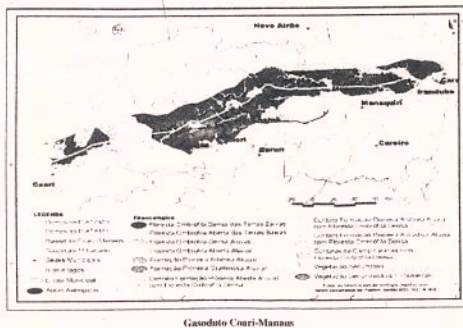
A importância científica desse programa está também na participação das comunidades nativas organizadas nas atividades da coleta de amostras para análise.

Ações da biotecnologia para a área de saúde são de grande importância, considerando a sua utilidade para as seguintes ações:

- Diagnóstico de doenças com o desenvolvimento e adaptação de técnicas modernas envolvendo a ampliação gênica (PCR) e o sequenciamento de DNA para patógenos de doenças tropicais, especialmente para a saúde animal;
- Desenvolvimento de soros e vacinas, carentes no nosso Estado, mas que agora começa a tomar impulso com estudos de implantação de tecnologias na produção de vacinas e soros para as diferentes viroses que atacam as populações do Estado;
- Controle de vetores de doenças, com novos métodos de controle biológico que estão sendo desenvolvidos para o controle de doenças como a malária, dengue e leishmaniose;
- Fitoterápicos e cosméticos cujo setor industrial já começa a despontar no Polo de Bioindústria de Manaus, e que vem sendo apoiado pelo Governo do Estado, que passou a admitir as recomendações feitas pelo Grupo de Trabalho de Biotecnologia criado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, onde foi elaborada uma política de biotecnologia para o estado do Amazonas.

#### IMPLEMENTAÇÃO DO GASODUTO COARI-MANAUS

O petróleo e o gás natural do rio Juruá e Uruçu criaram condições para a implantação do Polo do Gás Natural Liquefeito - GNL e petroquímico e para alteração nas fontes de energia utilizadas em usinas termelétricas e no transporte urbano. A mudança da matriz energética já é uma realidade, tendo como programa piloto o gás usado em táxis, cuja frota, de forma gradativa, começa a se beneficiar dessa nova fonte energética.



O aumento do gás natural que passa a substituir parcialmente o consumo de derivados de petróleo, abre a oportunidade de obtenção de créditos de carbono nos termos dos mecanismos de desenvolvimento limpo do Protocolo de Kioto. Estima-se, ainda, a

possibilidade do desenvolvimento da indústria petroquímica capaz de alavancar outros setores da economia estadual.

A construção do gasoduto Coari-Manaus reduzirá a dependência da matriz energética do Estado para apenas uma fonte. Sob o ponto de vista da dinamização da economia estadual, o aproveitamento do gás natural nos principais mercados do Estado disponibilizará energia mais barata, abundante e segura, beneficiando os setores industriais, comerciais e residenciais.

Os cenários de desenvolvimento nessa área implicarão na implantação do Polo Gás-Químico, em Coari, por já ser abundante o gás na cidade; a implantação de city-gates e a mudança do termocombustível levarão desenvolvimento de polos pesqueiros, indústrias de beneficiamento de atividade de extração vegetal, indústrias vitais para a construção civil - cerâmicos e derivados, beneficiamento de frutas e outras vocações regionais. Os municípios beneficiados serão Coari, Codajás, Anori, Anamá, Beruri, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba, cujas populações aproximam-se de 250.000 habitantes, representando 16,2% do interior do Estado.

O beneficiamento específico de Manaus, com uma população de 49,98% de todo o Estado e com atividade econômica representando 80%, será na mudança da matriz energética de fornecimento de energia que, além de atingir o segmento residencial, irá beneficiar o Polo Industrial de Manaus, produzindo uma economia considerável, o que resultará na oferta de produtos competitivos no mercado nacional e internacional.

#### TURISMO DE NATUREZA

Em todo o mundo, o setor de serviços é o que projeta um crescimento significativo, e o conjunto de atividades de turismo é onde esse crescimento se projeta de forma altamente positiva. Dentro dessa especificidade, destaca-se o turismo de natureza que é abundante no Amazonas e possui um apelo significativo para o turismo nacional e, especialmente, para o internacional.



O turismo de natureza, que engloba ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional, turismo contemplativo e uma variedade de outros tipos, experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo, é o segmento de mais rápido crescimento na indústria turística em diversos países e no Estado do Amazonas, onde os cenários são os mais apropriados para esse tipo de atividade econômica.

Tem sido importante que o desenvolvimento do turismo sustentável no Estado do Amazonas satisfaça as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, enquanto protege, conserva e aumenta oportunidades para o futuro. É importante, entretanto, o investimento para a manutenção de formas sustentáveis de turismo na natureza, incrementando a diversidade biológica dentro e fora das áreas protegidas, bem como a promoção na melhoria da qualidade de vida nas comunidades interioranas, especialmente as ribeirinhas, bem como investimentos em equipamentos turísticos, como os meios de hospedagem, alimentação, segurança, lazer, aparato de assistência à saúde, emergência, entre tantos outros necessários.

No período de 2003 a 2009, houve um aumento considerável de turismo no Estado, conforme demonstrado a seguir:

- O volume de turistas registrados no Estado do Amazonas, considerando a quantidade de hóspedes da hotelaria urbana e da hotelaria de selva, o fluxo de turistas de cruzeiros marítimos e o número de turistas registrados nas temporadas de pesca esportiva, tomando como base o ano de 2003 e comparando com 2009, observa-se um crescimento de 98,5% do número de turistas e acúmulo de 2.807.647;
- No período de 2003 a 2009 registraram-se 2.472.925 turistas hospedados nos hotéis urbanos e 185.404 em hotéis de selva;
- 116.156 turistas visitaram o Estado na temporada de cruzeiros marítimos e 34.162 participaram das temporadas de pesca;

Percebe-se nos registros acima, que parte significativa dos turistas se hospedou em hotéis de selva, registrando um perfil de consumidores de turismo de natureza, sem desprezar aqueles que se hospedaram em hotéis urbanos, também procurando atividades relacionadas com o turismo de natureza ou comercial.

Torna-se crucial o Estado do Amazonas continuar investindo na promoção de sua marca, no âmbito nacional e internacional, que tem profunda ligação com o turismo de natureza, sem esquecer-se dos investimentos na infraestrutura necessária para receber a demanda crescente.

**RECURSOS HÍDRICOS**

A Amazônia brasileira ocupa, no espaço da América do Sul, áreas correspondentes a 8 países e se estende por 9 Estados, como o Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão/Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Possui a maior bacia hidrográfica do mundo com 6.112.000 km², dos quais, 3.900.000 km² em território brasileiro e, no Estado do Amazonas, sua grandeza é representada por 1.556.988 km², um potencial hídrico que concede forte diferencial para a promoção da marca **Amazônia**, sendo necessário envidar esforços que passem a promover esse estratégico produto natural que detém reservas imensuráveis. Vale ressaltar que a água foi classificada como bem econômico pela Lei Federal nº. 9.433/97, que possibilita ao Estado do Amazonas conquistar posição de destaque no cenário econômico-internacional, dada à escassez hídrica por que passam vários países, especialmente os do Oriente Médio.

As possibilidades mercadológicas da comercialização da água são significativas no Brasil, e maiores ainda no exterior, não apenas na forma de água bruta, como na sua classificação mineral, considerando que as nossas reservas superficiais e subterrâneas são, quase em toda a sua totalidade, possuidoras de alto índice de conservação ambiental.

Agrega-se ao potencial hídrico do Estado um forte atrativo ao turismo local, nacional e internacional, importante insumo para o desenvolvimento de atividades produtivas, como a piscicultura e agricultura de várzea.

A gestão de políticas públicas desse potencial econômico e social visa destacar o Amazonas como a mais importante fonte mundial de água doce superficial e subterrânea do País. Para tanto, as atividades a serem desenvolvidas contemplam o monitoramento dos usos múltiplos da água, sejam eles consultivos ou não, passando pela expansão e melhoria do sistema público de abastecimento de água potável e o tratamento do esgoto sanitário.

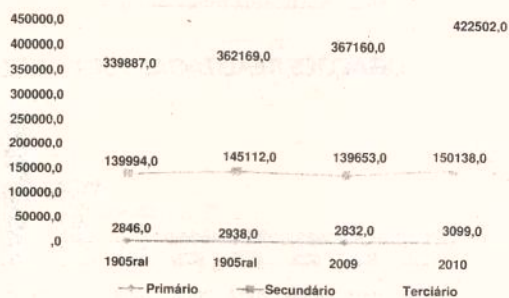
O Governo do Estado, avaliando os cenários desse produto natural de ordem estratégica, passou a atuar nos seguintes pontos:

- Desenvolvimento de estudos de mercado, visando à exportação de água doce para países com alta escassez e poder aquisitivo;
- Desenvolvimento de estratégia de divulgação mercadológica do bem econômico da água;
- Criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para normalizar e regular a sua utilização;
- Desenvolvimento de atividades associadas à gestão econômica – ambiental dos recursos hídricos, com destaque para a regulação do uso e melhoria e/ou manutenção dos aspectos de qualidade e quantidade.

**SEGMENTO COMERCIAL/SERVIÇOS**

Levando-se em conta a grande concentração econômica em Manaus, no período de 2007 a 2010 ocorreram profundas transformações na estrutura produtiva estadual. O parque industrial continuou sendo o motor do crescimento, propiciando o aumento de um mercado de trabalho moderno, com ampliação da oferta de emprego que, no período em referência, vem aumentando gradualmente, conforme demonstra o quadro a seguir:

**PESSOAL OCUPADO NOS SETORES ECONÔMICOS DO AMAZONAS 2007-2010**



Fonte: RAIS/TEM.

O Setor de Serviços é o que possui maior participação no segmento, responsável por 73,4% dos empregos gerados no Estado; e o Setor Secundário, representado pela indústria tradicional com 26,1% voltada para o atendimento do mercado interno local, nacional e internacional.

O Setor Agrícola do Estado representa apenas 0,5%, ressalvando-se que todos os empregos aqui representados são somente os de carteira assinada e servidores estaduais e não incluem os empregos autônomos e nem os empregos indiretos gerados pelo Estado. O Amazonas fechou o ano de 2010 com 575.739 empregos, obtendo o crescimento de 13% em relação a 2009 e 12,8% em relação a 2008. De 2007 a 2010, se firmaram no mercado de trabalho mais 93 mil pessoas.

Apesar da crise econômica final de 2008 e início de 2009 ter prejudicado o rendimento ainda melhor para a geração de emprego, o Estado conseguiu manter praticamente todos os seus empregos de celetista e estatutário. Para os próximos anos, a projeção a ser gerada de emprego formal no Estado até 2015 será de quase 800 mil empregos, e poderá ser maior se aplicados os empregos permanentes que ficarão como resultado de novos shoppings, hotéis, galerias, minishoppings e o avanço do comércio nas diferentes zonas de Manaus.

Para o interior, a demanda que vai acelerar o emprego será de novos portos e a ampliação de outros que facilitarão a escoação da produção, além da ampliação do Programa Zona Franca Verde.

**GERAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS 2011-2015**

SETOR	2011	2012	2013	2014	2015
Primário	3.193	3.289	3.388	3.490	3.596
Secundário	153.842	157.638	161.527	165.513	169.596
Terciário	454.903	489.790	527.351	567.793	611.337
<b>TOTAL</b>	<b>611.938</b>	<b>650.716</b>	<b>692.267</b>	<b>736.796</b>	<b>784.529</b>

Fonte: DEPESEPLAN

A tendência para o próximo quadriênio é que esse número dobre principalmente no comércio, serviços e construção civil, por conta da Copa de 2014 e do crescimento urbano acentuado da cidade de Manaus. Outro fator são os novos investimentos governamentais e concursos públicos, além de cursos oferecidos pelo governo para a qualificação da mão de obra amazonense.

Para a indústria, os novos projetos e ampliação dos já existentes nas empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus) garantirão uma oferta de emprego para o setor.

O comércio também foi dinamizado por dois fatores: o primeiro, decorrente de absorção, considerando a demanda pelo mercado de trabalho do elevado contingente de pessoas que deles estavam alijadas. O segundo, pela expansão do mercado de trabalho que propiciou uma demanda maior do poder de compra. O setor comercial refletiu o comportamento da renda estadual que atualmente depende das remunerações do setor de indústrias, dos investimentos e despesas de custeio do setor público e do segmento de serviço que, à altura da exigência do consumidor, passa a gerar impacto positivo na totalidade da atividade comercial. Os dados referentes ao emprego e renda nos anos de 2003 a 2007 são reflexos dos resultados do avanço da tecnologia de processo e produto, conquistando espaços no mercado correspondente em níveis estadual, nacional e internacional, com impactos no setor comercial e de serviços.

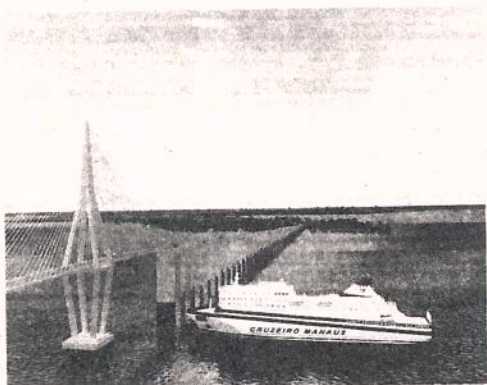
O grau de exigência do consumidor local e nacional forçou a evolução do preparo de mão de obra especializada, por meio de ensino de nível superior e tecnológico. No estado do Amazonas, a quantidade de pessoas matriculadas nas universidades e unidades de ensino superior aqui localizadas tem aumentado, o que pode ser observado pelo aumento dos espaços físicos disponibilizados tanto no ensino público como no privado.

**INFRAESTRUTURA ECONÔMICA**

Vale a afirmativa de que o desenvolvimento sustentável pressupõe a universalização do acesso, pela população, aos serviços de infraestrutura econômica e social, sem os quais não ocorrerá crescimento econômico, com distribuição de renda e de riqueza.

Nesse contexto incluem-se segmentos relevantes como transporte, aumento da demanda de energia elétrica, saneamento básico e infraestrutura de portos e aeroportos, que são fundamentais à integração do Estado.

No segmento de transporte, o Estado do Amazonas possui cenários dos mais propícios para o crescimento de vias de acesso e escoamento da produção.



Ponte sobre o Rio Negro

A implantação do modelo de transporte intermodal, a ampliação e fortalecimento da infraestrutura portuária na capital e no interior, vêm desafogando o nível de saturação até então existente. É verdade que se torna necessária a modernização dos equipamentos, especialmente em Manaus, para agilizar a demanda de carga e passageiros.

A ação do Governo do Estado na melhoria da malha viária, possibilitando o fluxo comercial entre os municípios produtores e centros consumidores, contribuiu fortemente na evolução da produção e com resultados positivos na economia local.

O sistema aeroviário do Estado vem sendo fortalecido com a ampliação de pistas e os equipamentos complementares da atividade, estabelecendo o encurtamento de distâncias, tornando-se, portanto, um segmento estratégico na região e já vislumbrando o Mundial de 2014 a ser sediado no Brasil, que tem a capital amazonense como uma das sedes dos jogos.

No que se refere especificamente ao transporte, vias de acesso e escoamento, o Amazonas apresenta grande potencialidade para uso de sistema hidroviário. Os portos já existentes estão sendo expandidos e outros se encontram em processo de estudo e viabilidade de construção e modernização.

Em razão dessa especificidade, cada vez mais tem sido utilizado o modelo de transporte intermodal, que demanda, necessariamente, o fortalecimento da estrutura portuária no interior e mais precisamente em Manaus, possibilitando o fluxo comercial entre municípios produtores e centros consumidores, e entre Manaus e o restante do Brasil e do mundo.

#### SETOR ENERGÉTICO

O estado do Amazonas, a despeito de contar com grande potencial hídrico, sempre foi carente na oferta de energia elétrica, onde, dentre vários motivos, inclui-se a longa distância dos centros consumidores, tendo que contar com a única via da geração própria isolada, por meio da utilização de usinas termelétricas, à exceção da Hidrelétrica de Balbina. Em consequência, o planejamento de energia elétrica deve estar embasado no leque de informações e indicadores históricos e sazonais, dentro dos vários contextos socioeconômicos, políticos, demográficos e ambientais, para que o resultado se identifique com a realização, evitando prejuízos imensuráveis à economia e à sociedade.

O mercado de energia elétrica amazonense é o único no país totalmente não interligado, onde a grandeza da região parece multiplicar os desafios para torná-la parte do mundo moderno. Os centros urbanos, inclusive a capital, localizam-se nas áreas centrais, dificultando a logística do deslocamento de bens, serviços e pessoas. Cheia de contrastes, a ação antrópica não conseguiu tirar da região a condição de maior densidade florestal do mundo, e suas bacias hidrográficas ainda representam as vias de transportes mais econômicas e servem na integração entre as localidades desprovidas de outros meios de interligação. Embora detenha grandes potencialidades naturais, o Interior do estado carece de empreendimentos econômicos capazes de aumentar uma produção regional que garanta o incremento de um sistema sustentável na promoção efetiva de emprego e renda.

Vale destacar que a empresa é responsável pela geração, transmissão, distribuição e comercialização de toda a energia do Estado, constituída por dois sistemas de distribuição: o Sistema Manaus, com os mercados da Capital, Iranduba, Presidente Figueiredo, Puraquequara e parte de Rio Preto da Eva; e o Sistema Interior, com as demais localidades.

#### O Sistema Manaus – Capital

A Eletrobrás Amazonas Energia atende 679.458 consumidores e está dividida em dois sistemas distintos: O Sistema Manaus e o Sistema Interior. O Sistema Manaus, que consiste no complexo de fontes de geração de energia elétrica (UTES, UHE e PIEs), atende 442.555 consumidores ativos (dados dezembro/2009), sendo 399.479 residenciais. A potência efetiva situa-se em 1.081 MW. Já o Sistema Interior, tem como objetivo o atendimento dos

demais municípios, abrangendo uma área de 1,57 milhões de quilômetros quadrados, contemplando 105 localidades, sendo 61 sedes municipais e 44 localidades, atendendo 236.903 consumidores; desses, 188.517 residenciais. A potência efetiva do parque gerador é de 314 MW.

O Parque Gerador próprio do Sistema Manaus é composto pelas Usinas Térmicas de Aparecida (198,0 MW), Mauá (452,8 MW), UTE-Cidade Nova 17,6 MW, UTE-São José 41,6 MW, UTE-Flores 90,6 e Hidrelétrica de Balbina (250,0 MW), localizada no Rio Uatumã. Para completar a geração há a usina flutuante Eléctron, com 120 MW, o que resulta em uma potência própria de 1.170,6 MW. Entretanto, face às perdas comerciais de energia, a geração própria não é suficiente para atender o mercado, sendo necessária a compra de energia dos Produtores Independentes Breitenner Tambaqui (83,5MW); Breitenner Jaraqui (83,3MW); Manauara (83,3 MW), Rio Eletrobras Amazonas Energia (83,3 MW) e GERA (83,3MW), totalizando 416,7 MW. Finalmente, o Sistema Manaus possui o montante de potência nominal de 1.587,3 MW.

#### Sistema Interior

A energia faturada no ano 2009 foi de 703.383 MWh, superior a 11,9% em relação ao ano anterior, que foi de 628.655 MWh. Em 2009 a energia requerida bruta foi de 1.123.648 MWh, representando um crescimento de 8,0% em relação ao ano anterior, que teve a marca de 1.040.206 MWh. Esses valores evidenciam que o Interior pouco sentiu os efeitos da crise internacional, em parte devido à dependência dos repasses financeiros governamentais ordinários, das aposentadorias e do comércio interregional de produção nativa. A Tabela a seguir mostra os principais dados de mercado no ano passado dos dez maiores municípios, que representam 53,2% da energia faturada.

O Mercado de Energia da Eletrobras Amazonas Energia é bastante pujante, com previsão de crescimento médio de 6% a.a. para os próximos 10 anos. A interligação do Estado ao SIN tende a resolver definitivamente o problema de disponibilidade de energia para os próximos anos, acelerando assim o crescimento do Estado. A seguir, a previsão de energia e demanda para os anos de 2010, 2015 e 2019.

#### QUANTIDADE GERADA DE ENERGIA REQUERIDA E DEMANDADA

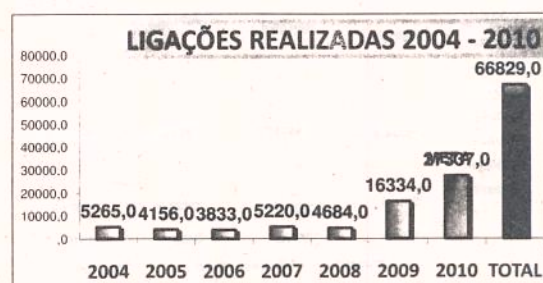
ANOS	ENERGIA REQUERIDA	DEMANDA REQUERIDA
	(GWH)	(MW)
2010	8.091	1.347.251
2015	10.221	1.755.233
2019	12.656	2.149.126

Fonte: Amazonas Energia S.A.

O desafio da oferta de energia continua e reside na ampliação da oferta energética, preferencialmente, o menor custo – para aumentar a perspectiva econômica do Estado, o que subentende a viabilização de uso do gás natural de Urucu, com a implantação do gasoduto

Coari-Manaus. O Estado vem providenciando ações prioritárias, empreendendo projetos de extensão de linhas de transmissão e distribuição de sistemas de eletrificação rural, com a inclusão do Programa Luz Para Todos, do Governo Federal, notadamente, nos núcleos embrionários de pequenas indústrias e agroindústrias, aquisição de novos grupos geradores com maior potência instalada, para atender à demanda socioeconômica local. O Governo pretendia alcançar até 2010 o equivalente a 81.000 domicílios, mas devido a alguns problemas de acesso a muitas comunidades do interior do Estado, não foi possível, e o resultado geral alcançado foi um total de 66.829 residências.

#### PROGRAMA LUZ PARA TODOS 2004 - 2010



Fonte: Amazonas Energia

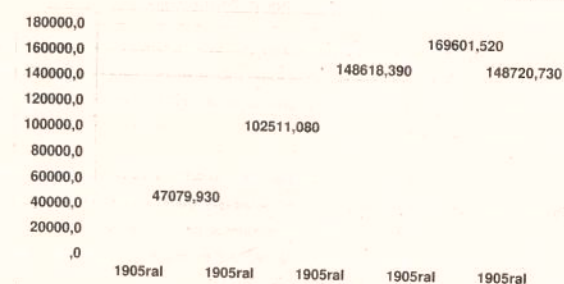
A geração de energia no Amazonas apresenta dependência de fontes térmicas, porém está próxima de ser minimizada, com a possibilidade da mudança da matriz energética para o gás natural. O desafio maior, diante desse quadro, reside na ampliação da oferta

energética para acompanhar as perspectivas de crescimento econômico do Estado, o que subentende a viabilização, em larga escala, do gás produzido em Urucu, a execução de estudos sobre o aproveitamento racional das baixas quedas para instalação de minicentraís hidrelétricas, sem descartar outras fontes emergentes de energia.

#### SANEAMENTO BÁSICO

##### INVESTIMENTO NA RECUPERAÇÃO DOS IGARAPÉS DE MANAUS

R\$ 1.000,00



Fonte: UGP/SE-SIG/DEP/SEPLAN

O Governo implementou o Programa de Revitalização dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM para dar mais qualidade de vida aos manauaras e investiu, ao longo desses últimos cinco anos, o valor de R\$ 616,5 milhões, beneficiando um quantitativo enorme de famílias que vivem à beira dos igarapés.

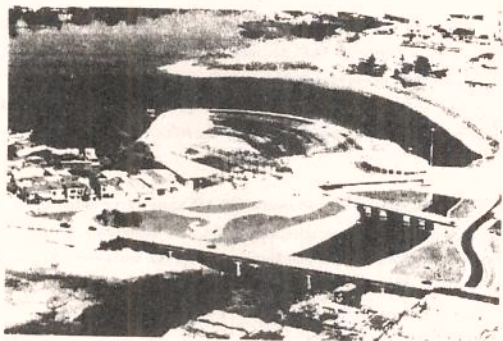
Ações de melhoria na captação e armazenamento, tratamento e distribuição de água potável na maioria dos municípios do Estado, incluindo ainda nesse processo, a perfuração de poços profundos em comunidades isoladas.

Necessário se faz revelar que 14 municípios têm o seu abastecimento de água provido pelas prefeituras respectivas, os quais têm grandes dificuldades de manter o serviço de abastecimento funcionando. Os outros 47 municípios estão sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA.

Por sua vez, o Distrito Industrial que dispunha de sistema de esgotamento sanitário próprio com sistema de tratamento para serem lançados no rio Negro, hoje possui uma restrição nesse procedimento, tendo em vista o aumento de indústrias e a saturação da rede obrigando várias empresas a lançarem seus dejetos no Igarapé do 40.

Com a intenção de reverter o cenário da capital, o Governo do Estado do Amazonas obteve a aprovação da Comissão de Financiamentos Externos - COFEX para a contratação de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no total de US\$ 140.000.000,00, para a viabilização do Projeto Socioambiental dos Igarapés de Manaus, que prevê ações conjuntas com a Empresa Águas do Amazonas e outras, para o saneamento dos corpos hídricos da capital. A primeira fase está direcionada para as bacias dos igarapés dos Educandos e do 40, que apresentavam maior complexidade sobre as demais funções da elevada densidade demográfica e da localização do Polo Industrial em suas áreas de abrangência.

Essa realidade já começou a mudar, como atestam as imagens abaixo apresentadas.



A situação do interior não difere da capital. Dos 61 municípios, até 2002 apenas 6 possuíam sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário (Boca do Acre, Carauari, Coari,

Maués, Parintins e Presidente Figueiredo). O Governo do Estado, no período de 2003 a 2007, numa ação de complementaridade, está implantando rede coletora e unidade de tratamento de esgoto sanitário em 31 municípios com população acima de 15.000 habitantes, cujo término está previsto para o ano de 2015.

#### SETOR DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

A necessidade de reaparelhamento e administração de novos portos na capital e no interior constitui oportunidade de investimentos para a iniciativa privada. O atual sistema portuário da capital, ao que pese a revitalização do Porto Internacional de Manaus, administrado pela SNPH/AMAZÔNIA, demanda o deslocamento de alguns serviços para novos portos em razão do estrangulamento do centro urbano de Manaus, dentre os quais, destacam-se:

- Porto de Tefé - movimentação cargas de toda a região do Alto Solimões;
- Porto de Humaitá - precisa ser revitalizado, ampliado e modernizado, visto que propicia a saída de toda produção de grãos da região sudoeste do Estado (soja, arroz e milho);
- Porto de Itacoatiara - movimentação passageiros e cargas, com destaque para o setor madeireiro e de grãos;
- Porto de Manacapuru - movimentação cargas e passageiros da região do Médio Solimões, estabelecendo o intermodal com a rodovia Manacapuru-Manaus, beneficiando-se da ponte que transpõe o Rio Negro, dando maior conforto e agilidade de transporte;
- Parintins, cujo porto já é uma realidade na movimentação de cargas e especialmente de passageiros como porto turístico de destaque na região.

No setor de transporte rodoviário, a recuperação total das rodovias federais como a BR-319 (trecho Manaus-Porto Velho); BR-317 (trecho Boca do Acre-AM-Rio Branco-AC); BR-230 (trecho Lábrea-Humaitá-Apuí-Rio Sucunduri e BR-307 (Benjamin Constant-Atalaia do Norte), passa a representar condição *sine qua non* para aumentar a vantagem competitiva dos segmentos produtivos, pela facilitação do escoamento dos produtos, acesso a novos mercados, bem como oportunizar a interligação do fluxo de passageiros e cargas do Amazonas aos demais Estados brasileiros e à América Latina.

Um destaque especial deve ser dado à recuperação da BR-174, que propicia a ligação com o vizinho estado de Roraima e com o Caribe, sendo uma importante via de transporte de cargas e passageiros.

Registre-se que o Amazonas possui 8 estradas federais, sendo 534 km pavimentados e 2.068 km não pavimentados, onde as rodovias como a BR-319 e BR-174 são estratégicas para o escoamento da produção do Estado, havendo, por parte do Governo Federal, a necessidade urgente de recuperação e trafegabilidade total dessas rodovias.

As hidrovias dos rios Acre, Amazonas, Içá, Juruá, Madeira, Negro, Purus, Solimões, Tefé, Uatumã e Urucu representam os meios de transporte natural, especialmente no interior para o escoamento da produção familiar e de pessoas em deslocamento. Entretanto, as hidrovias necessitam de um melhor balizamento, facilitando a sua navegabilidade e evitando acidentes que, na maioria das vezes, são fatais.

Os portos de Manaus e os terminais de Itacoatiara e Boca do Acre são importantes na logística de transporte e sua eficiência reduz o chamado custo Amazonas.

Os aeroportos de Borba, Carauari, Eirimpé, Lábrea, Manicoré, Maués, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé cobrem, de forma estratégica, todo o espaço amazônico, completando a estrutura de transportes aéreo, terrestre e fluvial.

Registra-se o empenho do Governo em fortalecer rotas fluviais, rodoviárias e aéreas com países do Pacto Andino, considerando o fortalecimento comercial destes, bem como a busca de conexão, via Peru, para acesso ao Oceano Pacífico, reduzindo o custo de transporte de nossos produtos para o Japão e costa oeste americana.

Necessário, também, é o aporte de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a renovação da frota de barcos de passageiros e cargas, e substituição do casco de madeira pelo casco de ferro, aço ou alumínio, que propicia maior segurança.

#### REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

São 8 os municípios integrados em uma macro-região que tem Manaus como o ponto de referência, e que servirá de influência no processo de desenvolvimento, considerando o potencial de cada um que já apresenta vetores de crescimento e diversidade na indústria, agricultura, pecuária, desenvolvimento científico e tecnológico, mas que necessitam de um veículo aglutinador e de planejamento articulado, somente possível por meio de um instrumento de governo centrado no arcabouço jurídico, que lhe pode emprestar a figura da Região Metropolitana.

A Região Metropolitana de Manaus possibilitará o planejamento integrado, a criação de consórcios e ações conjuntas permanentes dos entes públicos nas áreas de ordenação territorial e planejamento do uso e ocupação do solo; transporte e sistema viário regional; habitação; saneamento básico e tratamento dos resíduos sólidos; meio ambiente e controle de enchentes; desenvolvimento econômico; saúde e nutrição; educação; segurança pública e outros, garantindo a especialização e integração socioeconômica, dado o índice de crescimento demográfico, migração flutuante e grande extensão da área geográfica.

A integração rodoviária mais rápida, em razão da ponte Rio Negro que liga Manaus ao município do Iranduba, irá facilitar o escoamento da produção e a locomoção de pessoas entre os municípios integrantes da Região Metropolitana, assim como o aproveitamento do gás natural em abundância influenciará na mudança da matriz energética com maior potencial de oferta, permitindo a implantação de agroindústrias nos municípios.

Dessa forma, a Região Metropolitana de Manaus passa a representar o maior avanço socioeconômico da década, e que marcará, definitivamente, uma nova etapa de desenvolvimento do Estado e, mais especificamente, para os municípios que a integram.

## CONCLUSÃO

O Amazonas continuará tendo tanto o crescimento quanto o desenvolvimento econômico, graças às políticas desenvolvimentistas e ambientalistas que o Governo tem criado no Estado, que priorizam e beneficiam a população e o meio ambiente. Para isso, o Governo adotou neste PPA 2012-2015 projetos que visam um futuro voltado para o bem comum.

A Indústria continuará sendo um dos carros chefes da economia amazônica, pois esta beneficiará não apenas o Estado, mas também a economia brasileira, com a função de produzir produtos de alta qualidade e tecnologia para atender ao mercado interno, que se torna cada vez mais exigente. A Indústria é reconhecida como necessária também para as políticas do comércio exterior, e isso tem sido demonstrado nesses últimos quatro anos, com o aumento e expansão da sua participação no mercado mundial.

Outros investimentos que serão realizados no PPA 2012-2015 é a melhoria da infraestrutura do Estado, onde há uma preocupação muito grande do Governo em criar condições mais favoráveis ao homem do interior do Amazonas. Para isso, abrirá novos caminhos para que o setor agrícola aumente ainda mais sua participação na economia do amazense. Nesse sentido, busca ampliar o setor energético, juntamente com os programas do governo Federal, dando mais condições sociais e humanas ao homem do interior. A criação da Ponte Rio Negro beneficiará os municípios ligados a ela e adjacentes, bem como proporcionará a ampliação e manutenção das estradas estaduais e abertura de novas estradas, sem prejuízos ao meio ambiente.

No setor Serviços, o PPA 2012-2015 volta-se para a qualidade no atendimento à população amazônica e para ampliação das ofertas de trabalho, tanto para o setor público, com a implantação de sistemas de qualidade, quanto para o setor privado, na atração de investimento nesse setor. Na saúde e na segurança, o governo continuará na política de melhorias de serviços e atendimento à população. Na educação, a melhoria da qualidade do ensino, a partir de treinamento e capacitação dos professores, além de criar novas unidades educativas e cuidar bem das já existentes, garantirá o futuro das crianças e adultos. A Universidade Estadual do Amazonas - UEA receberá também partes desses investimentos expandindo suas unidades pelo interior do Estado.

No que ao tange ao Comércio, serão criadas políticas que viabilizem e desburocratize a entrada de novas empresas no setor e um forte apoio para a criação de novos polos de comerciais, a exemplo do novo polo moveleiro, dando credibilidade e inserindo as micro e pequenas empresas do Estado.

Nos próximos anos a economia amazônica tenderá a ter forte crescimento, visto que o Governo tem dado apoio e desenvolvido projetos que ampliam o conhecimento, por meio de investimentos em ciência e tecnologia que vêm sendo feitos continuamente, para que as pessoas do Estado tenham uma melhor qualidade de vida.

O PPA 2012-2015 priorizará também o meio ambiente. Hoje, o Estado, por meio do PROSAMIM, tem recuperado e saneado os igarapés de Manaus, na busca de uma vida mais saudável e na preservação dos deles, dando assim continuidade a uma política de valorização das pessoas e do meio ambiente. Outro programa que está dando certo é o BOLSA FLORESTA, onde o Governo, inteligentemente, proporciona às famílias das Unidades de Conservação do Amazonas (UCs) uma contrapartida financeira pelo empenho de preservar a floresta.

É nesse sentido, com políticas públicas voltadas para a proteção do meio ambiente, desenvolvimento social e econômico, e gerando mais emprego e renda para o trabalhador, que o PPA 2012-2015 proporcionará um Estado mais justo e mais humano para os amazonenses.

## MODELO DE PLANEJAMENTO

### PLANEJAMENTO

O Governo do Amazonas resgatou o planejamento governamental nos últimos 8 anos, o que contribui para a modernização do orçamento e da gestão, possibilitando a

melhoria da prestação de serviços e redução dos custos com processos de licitação. No entanto, os Planos Plurianuais de anos anteriores não refletiam a concepção de um planejamento estratégico que retratasse os principais investimentos prioritários do governo. Nessa perspectiva, o Governo do Estado, numa visão alinhada com o Governo Federal, buscou outras formas de inovação e dinamismo para que essa ferramenta possa operar em seu favor.

O Plano Plurianual 2012-2015 apresenta essa nova concepção, com programas elencados por área temática e objetivos de governo embasados nas prioridades apresentadas no programa do candidato eleito ao cargo de Chefe do Poder Executivo.

A convergência de programas por áreas temáticas apresenta maior transparência e transversalidade de ações, facilitando a otimização de recursos financeiros por unidade orçamentária. As áreas temáticas no novo modelo foram concebidas a partir de um estudo das políticas públicas com objetivos comuns.

A atual estrutura do PPA apresenta um modelo inovador, em que as áreas temáticas facilitam a relação entre as dimensões estratégica, tática e operacional do governo, e qualifica a comunicação com a sociedade. A aproximação das áreas temáticas com os temas de políticas públicas possibilitou a definição de indicadores dotados de maior capacidade de revelar aspectos dessas políticas e contribuir com a gestão.

Outra mudança do Plano são os programas que estão mais unificados e direcionados a atender as prioridades do governo, absorvendo ações multisetoriais, dando maior flexibilidade na aplicação de recursos, representado no Plano pelos Programas Finalísticos e Gestão de Políticas Públicas. Além dessas alterações, a alocação de recursos por ação vai até ao grupo de despesa, ficando o detalhamento das naturezas para o Orçamento. As alterações visam a garantir uma distinção entre Plano e Orçamento, a fim de respeitar as diferenças estruturais entre eles. A sobreposição anterior confundia o PPA com o Orçamento à medida que mantinha níveis idênticos de agregação entre os instrumentos.

Os objetivos e as metas constituem-se na principal inovação deste Plano, na medida em que expressam as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública, especialmente considerando a execução dos programas prioritários do Governo, a exemplo do *Ronda nos Bairros*, *Manaus Copa 2014*, *Amazonas Social*. Para cada objetivo está associada uma área temática, assim como as diretrizes e as metas que estão vinculadas a um programa e uma ação.

Para melhor fundamentação do processo de elaboração do PPA, foram realizados Treinamentos e Oficinas sobre o conteúdo e metodologia do Plano, bem como para sua alimentação no novo sistema implantado pela SEPLAN, em parceria com a SEFAZ e produzido pela PRODAM, denominado Sistema Integrado de Planejamento, Gestão e Orçamento - SPLAM.

Ainda para compor as orientações estratégicas de governo para o Plano Plurianual, foi realizada Pesquisa de Consulta à Sociedade nos municípios polos do Amazonas, contribuindo para levantamento das necessidades mais significativas das demandas sociais locais.

## TREINAMENTOS E OFICINAS

O primeiro Treinamento, foi realizado pela Equipe Técnica da SEPLAN e da SEFAZ, em 4 turmas e teve a participação dos técnicos de planejamento e orçamento dos órgãos da administração pública do Estado, teve como objetivo orientá-los sobre o novo conceito de PPA e do Orçamento, abordando a orientação estratégica, objetivos, diretrizes e demais atributos desses instrumentos de planejamento.

Com o objetivo de identificar as prioridades do Governo na estruturação dos programas e ações, a Equipe da SEPLAN realizou 15 Oficinas com a participação dos técnicos de planejamento dos demais órgãos estaduais, contando também com a presença de alguns dirigentes. As Oficinas foram bastante produtivas devida à aderência dos órgãos em uma programação mais compacta com ações transversais, evitando a pulverização de recursos.

Com a implantação do novo sistema SPLAM houve a necessidade de treinamento aos usuários responsável pela alimentação do PPA. Foi apresentado, em 4 turmas, as orientações básicas sobre os atributos do Sistema, desde a fase qualitativa até a quantitativa, com a distribuição do Manual de Orientação.

## MODELO DE GESTÃO DO PPA

Considerando a situação geográfica e dificuldades de acesso em nosso Estado, a gestão do Plano deve orientar-se pela flexibilidade, pela criatividade e pelo conhecimento sobre a forma de organização e as possibilidades de informação em cada Programa.

Os avanços do PPA 2012-2015 emergem do respeito à diversidade das políticas públicas e suas relações de complementaridade. É necessário então que a organização expresse na gestão aprimore o exercício de comunicação entre a coordenação de governo, os órgãos executores e a sociedade.

A disponibilização dos bens e serviços à sociedade requer a organização de processos e métodos de gestão orientados para a eficiência do Estado e o fortalecimento da comunicação entre os diversos setores que compõem a Administração Pública, e entre esta e a sociedade.

Nesse processo é fundamental a busca contínua pela eficiência da ação governamental. Entretanto, é preciso ter claro que a eficiência deve estar sempre voltada aos desafios, motivo pelo qual ela necessita estabelecer uma relação com os resultados e, por conseguinte, com as entregas que criarão as condições para a continuidade na transformação da sociedade.

Cabe ao novo modelo de Gestão estabelecer e disseminar conceitos e práticas que organizem a Administração Pública, do planejamento ao controle, perpassando o ciclo do gasto público.

#### MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação, além de fornecerem informações para o aperfeiçoamento da ação governamental, são aliados essenciais para a articulação, o acompanhamento de transversalidades das políticas e, em última análise, para viabilizar as entregas de bens e serviços à população.

Para apoiar a gestão do PPA, o Sistema de Monitoramento e Avaliação deve se pautar pelas seguintes diretrizes:

- Considerar a realidade de implementação de cada política, buscando assim uma abordagem flexível que subsidie decisões e contribua para a implementação;
- Atender às necessidades dos órgãos setoriais e de coordenação de governo, para subsidiar a tomada de decisão nos diferentes níveis;
- Aproveitar estruturas de monitoramento e avaliação existentes na Administração, trabalhando na busca de informações complementares; e
- Promover a sua implantação, de forma progressiva, segundo as prioridades estabelecidas pelo governo, considerando o cumprimento dos objetivos e metas.

Também se pretende avaliar, dentre outros, os efeitos das políticas e programas, por meio da análise da evolução dos indicadores e/ou pesquisas avaliativas, assim como a consistência, pertinência e suficiência da estrutura programática.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação disponibilizará aos gestores públicos os instrumentos de apoio ao gerenciamento, de modo a permitir:

- Elaborar painéis de evolução de metas e indicadores e relatórios gerenciais;
- Cruzar informações de bases de dados e indicadores de diferentes órgãos de governo, de forma adaptada e adequada à tomada de decisão;
- Comunicar-se com os diversos atores envolvidos na implementação das políticas públicas setoriais, especialmente nos casos envolvendo temas transversais ou multissetoriais;
- Atuar preventivamente em elementos críticos à consecução de metas;
- Identificar as necessidades de meios (RH, Orçamento, Metodologias de Gestão e Capacitação, Patrimônio, Tecnologia da Informação, etc.) para implementação de políticas públicas;
- Realizar análises multissetoriais da implementação do conjunto das políticas públicas.

#### PESQUISA DE CONSULTA À SOCIEDADE

A pesquisa teve como universo a população entre a faixa etária de 15 até 79 anos dos municípios polos no Estado do Amazonas: Boca do Acre, Carauari, Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manaus, Manicoré, Maués, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé.

O resultado da pesquisa teve uma amostra final de 792 pessoas, sendo 58,1% do sexo masculino, 40,7% do sexo feminino e 1,2% não respondeu. Quanto à escolaridade, 29,2% têm nível Superior Incompleto, 23% Pós-Graduados, 19,7% - Superior Completo, 12,6% - Ensino Médio Completo, 6,7% - Ensino Médio Incompleto, e 8,8% Outros. Na distribuição da idade, houve uma preponderância na faixa etária de 20 a 49 anos, atingindo o percentual de 77,1%, restando 22,9% nas demais faixas etárias.

A abordagem da pesquisa foi distribuída em 15 áreas de prioridade do Governo do Estado, conforme ranking apresentado: Saúde (22,98%), Educação (20,74%), Infraestrutura e Saneamento Básico (13,24%), Segurança (12,35%), Trabalho e Renda (8,85%), Habitação (4,97%), Energia (3,16%), Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (2,70%), Justiça e Direitos Humanos (2,36%), Assistência Social e Cidadania (2,23%), Esporte e Lazer (1,90%), Desenvolvimento Rural Integrado (1,69%), Regularização Fundiária (1,14%), Cultura e Turismo (0,97%) e Comunicação (0,72%).

#### ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO

O Plano Plurianual - PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição de 1988. O PPA reflete o programa de Governo apresentado pelo candidato eleito ao cargo de Chefe do Poder Executivo, constituindo-se no principal instrumento de planejamento do Governo, reforçado pelas Leis de Responsabilidade Fiscal, Diretrizes Orçamentárias e a Orçamentária Anual. Além de estabelecer as metas para quatro anos é também um instrumento de organização da ação governamental, visando melhorar o desempenho gerencial da Administração Pública e contribuir para a consecução das prioridades de governo. Os programas estão elencados nas seguintes áreas temáticas: Educação, Saúde, Social, Segurança e Justiça, Econômica, Infraestrutura, Planejamento e Gestão, Poderes Legislativo e Judiciário.

#### OBJETIVOS DE GOVERNO, DIRETRIZES, METAS E PRIORIDADES POR ÁREA TEMÁTICA

##### EDUCAÇÃO

**Objetivo:** Garantir o acesso da população amazonense à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.

##### Diretrizes

- Assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, de forma prioritária, o Ensino Médio a todos que o demandarem.
- Ampliar a Educação Profissional com a oferta de cursos técnicos que atendam às demandas e expandir o Programa de Inclusão Digital, com cursos de informática em todos os municípios do Estado.
- Consolidar a Universidade do Estado do Amazonas, ampliando a sua infraestrutura física e buscando a excelência no ensino, pesquisa e extensão.

##### Metas e Prioridades

- Elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no segmento das escolas estaduais, melhorando a qualidade do Ensino Fundamental; expandir e qualificar o Ensino Médio, atendendo também a demanda da zona rural do Estado.
- Duplicar a oferta de cursos técnicos oferecidos pelo Centro de Educação Tecnológica (Cetam), atingindo 40 mil vagas.
- Ampliar o número de vagas de cursos (Enfermagem, Odontologia, Medicina e na área Tecnológica) da UEA e ampliar sua estrutura física no interior; criar o Centro de Ensino Superior da Região Metropolitana - Base em Manacapuru e Novo Airão (Educação, Engenharia de Pesca e Naval).

##### SAÚDE

**Objetivo:** Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

##### Diretrizes

Executar as políticas estaduais de saúde, mediante programas e ações, assegurando a integralidade da assistência à saúde e promovendo a melhoria da qualidade de vida da população do Estado.

##### Metas e Prioridades

Aumentar a eficiência, rapidez e qualidade nos serviços de saúde e humanizar o atendimento ao paciente.

##### SOCIAL

**Objetivo:** Promover a integração social nas suas mais variadas dimensões, desenvolvendo ações de assistência social, proteção, promoção dos direitos, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins.

##### Diretrizes

Promover o desenvolvimento social e humano, realizando trabalhos em parceria com as áreas de assistência social, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outras afins.

##### Metas e Prioridades

Promover as ações destinadas à assistência social, cidadania, cultura, esporte e lazer, estabelecendo parcerias com empresas e organizações não governamentais.

## SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

**Objetivo:** Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema carcerário e direitos humanos.

## Diretrizes

- Preservar a ordem pública, a vida, a liberdade, o patrimônio e o meio ambiente, de forma a assegurar, com equilíbrio e equidade, o bem-estar social.
- Garantir a justiça e a integralidade ao cidadão, centrando ações na informação, na inteligência, na prevenção e no respeito aos direitos humanos.
- Assegurar o aperfeiçoamento profissional dos servidores/policiais do sistema de segurança pública, com a oferta de cursos técnicos para melhor desempenho de suas funções.
- Promover ações de prevenção ao uso de entorpecentes junto à população.
- Assegurar o ensino infantil e fundamental aos dependentes dos policiais do sistema de segurança pública.
- Assegurar a integralidade da assistência à saúde dos policiais do sistema de segurança pública.
- Desenvolver ações de proteção e promoção de direitos humanos, subsidiando a formulação e implementação de políticas públicas orientadas para a justiça e a cidadania.

## Metas e Prioridades

- Reduzir a violência e combater a criminalidade nos bairros de Manaus e no interior. Ampliar o número de Unidades Prisionais na capital e no interior do Estado.
- Reduzir o déficit de vagas e o número de reincidentes no sistema prisional, ampliando a capacidade de atendimento social, jurídico, econômico e cultural aos indivíduos da capital e interior do Estado.
- Garantir à população acesso às políticas de Direitos Humanos.

## ECONÔMICA

**Objetivo:** Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda.

## Diretrizes

- Implementar a política estadual de desenvolvimento econômico e sustentável dos recursos de natureza ambiental, bem como os originários da floresta, da mineração, da pesca, aquicultura e da agropecuária.
- Apoiar o micro e pequeno empresário, cooperativas e formas associativas de produção.
- Apoiar e implementar iniciativas para o desenvolvimento tecnológico de novos produtos e processos, com vistas a aumentar a competitividade e as áreas de atuação do Polo Industrial de Manaus.
- Consolidar a posição do Amazonas como polo de eventos nacionais e internacionais, incentivando o turismo, em parceria com a iniciativa privada.
- Promover ações para integração dos sistemas de Ciência e Tecnologia de modo a permitir, de forma estruturada a busca da inovação, o alcance de novos mercados e a criação de emprego e renda.
- Ordenar e desenvolver as funções sociais das cidades e das propriedades urbanas e rurais, garantindo ao cidadão o direito à terra e à moradia.
- Promover ações que possibilitem a realização da Copa 2014 na cidade de Manaus, com base nos requerimentos estabelecidos pela FIFA (Fédération Internationale de Football Association) e CBF (Confederação Brasileira de Futebol), contemplando os aspectos de infraestrutura, segurança física e lógica, tecnologia da informação, controle e monitoramento, sustentabilidade, acessibilidade, entre outros.

## Metas e Prioridades

- Expandir o modelo Zona Franca de Manaus para a Região Metropolitana e incentivar a implantação de novos setores industriais - petroquímico, têxtil, biocósméticos, fito fármacos e polo naval. Estimular o empreendedorismo por meio da geração de novas oportunidades de ocupações produtivas.
- Estimular a pesquisa nas atividades geradoras de emprego e renda.
- Ampliar os acordos de cooperação com empresas do PIM para o desenvolvimento de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento).
- Criar polos de excelência no interior do Estado.
- Manter a política de formação de mestres e doutores.
- Implementar novas ações de fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.
- Ampliar o Programa de Regularização Fundiária (área urbana e rural) na capital e interior para atingir 150 mil imóveis, em consonância com programas federais.

- Promover o desenvolvimento dos municípios que integram a região metropolitana de Manaus.
- Dotar Manaus de uma infraestrutura adequada para a realização do evento da copa do mundo da FIFA Brasil 2014.
- Promover a Marca Amazonas no âmbito nacional e internacional, aproveitando o potencial e as atrações turísticas do Estado.
- Promover o desenvolvimento sustentável do Estado, de acordo com as características e peculiaridades de cada região.
- Incentivar e fomentar o cumprimento da legislação florestal e ambiental.
- Promover e estimular o uso sustentável dos recursos naturais.
- Apoiar a produção e comercialização de produtos artesanais, regionais e outros oriundos de grupos empreendedores.

## INFRAESTRUTURA

**Objetivo:** Implantar, ampliar, modernizar, melhorar e recuperar a infraestrutura do Estado do Amazonas, de forma a consubstanciar o desenvolvimento socioeconômico com o desenvolvimento humano, visando a geração de emprego e renda para a população amazonense.

## Diretrizes

- Formular política estadual de infraestrutura e planejamento, nas áreas de transporte, energia, habitação, telecomunicação, saneamento, sistema viário e urbanização, viabilizando a execução de programas e projetos com vistas ao desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas.
- Implantar infraestrutura com projetos integrados, envolvendo ações de remoção e reassentamento de famílias de baixa renda, recuperação e requalificação ambiental e urbanística dos igarapés da capital e do interior do Estado.
- Possibilitar abertura e conservação da malha rodoviária estadual e da malha de ramais vicinais, essenciais à circulação da população e ao escoamento de produção.
- Garantir a supervisão da manutenção e da fiscalização da infraestrutura estadual para o Transporte Hidroviário do Estado do Amazonas.
- Promover a articulação, formulação e compatibilização de políticas públicas e programas de investimentos e subsídios para a Produção de Habitação e Moradias.

## Metas e Prioridades

- Criar e implantar um plano logístico para eliminar entraves na área de transporte, como novos portos, melhoria nas hidrovias dos rios Madeira, Solimões e Amazonas, e a modernização de aeroportos no interior; dar continuidade ao Prosamim em Manaus e estender o modelo para os municípios; ampliar e melhorar os serviços de saneamento básico, habitação, energia e comunicação.
- Remanejar e reassentar as famílias retiradas das margens dos igarapés de Manaus e municípios do interior do Amazonas.
- Melhorar a malha rodoviária entre os municípios da Região Metropolitana de Manaus.
- Contribuir para a melhoria da infraestrutura e serviços urbanos ofertados à população dos municípios que integram a Região Metropolitana de Manaus.
- Articular e viabilizar ações junto aos órgãos da administração pública, empresas privadas e entidades civis para disponibilizar Comunicação à população amazonense, nas zonas rurais e urbanas.
- Articular e viabilizar ações junto aos órgãos da administração pública, empresas privadas e órgãos afins para disponibilizar Malha Rodoviária para a Região Metropolitana de Manaus e demais municípios do Amazonas.
- Disponibilizar Saneamento - água, esgotamento e resíduos sólidos e respectivos serviços para a Região Metropolitana de Manaus e demais municípios do Amazonas.
- Articular e viabilizar ações junto aos órgãos da administração pública e órgãos afins, para aparelhar e disponibilizar Aeroportos à população amazonense.
- Elaborar, aprovar e implantar ações planejadas nos Planos Estadual Aeroviário, Rodoviário e de Logística, Habitação e Saneamento.
- Fiscalizar e monitorar a infraestrutura e os serviços públicos ofertados pelo Estado à população amazonense.
- Disponibilizar e melhorar as condições de moradia e saneamento e assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos.
- Viabilizar solução para os problemas socioambiental e urbanístico que afetam à população de Manaus e dos demais municípios do Interior, prioritariamente aquelas situadas nas áreas dos igarapés.
- Disponibilizar Infraestrutura para o Aparelho Social para a Região Metropolitana de Manaus e demais municípios do Amazonas.
- Disponibilizar Estradas, Rodovias e Vicinais para a Região Metropolitana de Manaus e demais municípios do Amazonas.

## PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.



**Diretrizes**

- Modernizar a administração pública por meio da profissionalização dos servidores, da disseminação de valores éticos, ampliação dos mecanismos de participação social e de fortalecimento de políticas públicas e práticas de transparência administrativa.
- Maximizar a receita e controlar a despesa de forma eficiente e transparente.
- Buscar formas de planejamento participativo onde estejam contempladas ações conjuntas entre entidades governamentais e não governamentais para o desenvolvimento regional do Estado do Amazonas.
- Operacionalizar linhas de crédito no setor primário, secundário e terciário, contribuindo para o desenvolvimento regional do Estado.
- Fomentar uma economia de produção, geração de emprego e renda no interior do Estado para garantir produtos regionalizados.
- Promover a boa prática de consumo na área de Metrologia Legal e Qualidade Industrial, prioritariamente por campanhas educativas e fiscalização.

**Metas e Prioridades**

- Incentivar maior integração entre os programas e ações dos órgãos do governo para melhor aplicação dos recursos e implementação das políticas públicas de forma eficaz.
- Implantar programas de desenvolvimento regional, territorial e ambiental, visando promover o crescimento socioeconômico nas regiões do Amazonas.
- Manter a atuação do Estado do Amazonas no âmbito da Metrologia Legal e Qualidade Industrial.

**LEGISLATIVO, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO**

**Objetivo:** Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente; garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.

**Diretrizes**

- Proporcionar à população do Estado o atendimento das demandas judiciais, visando à melhoria na celeridade dos processos judiciais.
- Aprimorar a atuação da Assembléia Legislativa e modernizar o Controle Externo do Estado.

**Metas e Prioridades**

- Modernizar os serviços do legislativo, controle externo e judiciário e disseminar os valores éticos, ampliando os mecanismos de participação social, fortalecimento de políticas públicas e práticas de transparência administrativa.

**CONTEXTUALIZAÇÃO POR ÁREA TEMÁTICA****ECONÔMICA****Economia do Amazonas**

Na área Econômica, o emprego e renda normalmente têm a sua importância destacada nas três esferas governamentais. Daí a necessidade da criação ou continuação de políticas públicas que deem resposta efetivas a população. Contudo, a referida área precisa de embasamento concreto para a definição dos objetivos setoriais e as políticas a serem desenvolvidas no período do novo PPA 2012 - 2015. Alguns dados são importantes para melhor aplicação dos investimentos.

**Política de Incentivos Fiscais do Estado do Amazonas**

A ação de formulação e gestão da política de incentivos fiscais tem como principal objetivo fomentar o desenvolvimento da atividade industrial e, por conseguinte, incrementar a economia do Estado do Amazonas e gerar empregos. Em 2010, O Governo do Estado atuou no sentido de formular e sugerir diversas políticas de incentivos fiscais e de desenvolvimento tecnológico, que resultaram em alterações na legislação vigente. Atuou também na análise e aprovação de Projetos Industriais de diferentes segmentos que pleiteiam os Incentivos Fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), posteriormente aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODAM); bem como por meio do apoio à implantação de empresas industriais incentivadas.

Os resultados alcançados são considerados satisfatórios, uma vez que a política preconizada tem contribuído sobremaneira para atrair novos investimentos para o Estado e, desta forma, aumentar o nível de emprego e incrementar a arrecadação estadual.

No período de 2009 e 2010, várias mudanças foram implementadas, tais como: alterações na Legislação de Incentivos Fiscais (Lei 2.826/03 e outras); solicitação dos Laudos via internet; implantação do sistema web INCENTIVE e a utilização de controles e prazos.

Dentre as principais alterações na legislação de incentivos fiscais, com o objetivo de desenvolver a economia do Estado e gerar empregos, destacam-se:

- Concessão de incentivo adicional de 20 pontos percentuais para indústrias de bem final que empregarem na fabricação de televisor o dispositivo de cristal líquido (LCD) produzido na Zona Franca de Manaus (Lei 3.494, de 29 de março de 2010);
- Concessão de incentivos para o biodiesel (Crédito estímulo de 55%);
- Concessão de incentivos fiscais para materiais recicláveis e/ou resíduos sólidos, equiparando a reciclagem à atividade industrial, desde que a empresa possua certificação ISO 9.000 e 14.000;
- Redução da alíquota (de 25% para 7%) do querosene e gasolina de aviação para a empresa que possuir plano de negócios aprovado pelo CODAM, e preste serviço regular de transporte aéreo de passageiros para, pelo menos, quatro municípios do Estado;
- Emissão de Laudos provisórios para empresas em fase de implantação.
- Por outro lado, o acompanhamento da eficácia dos incentivos concedidos pelo Governo do Estado, conforme estabelecido na legislação dos Incentivos Fiscais, traduz-se da seguinte forma:
- Inspeções técnicas nas empresas incentivadas, atestando processos produtivos praticados; níveis de investimentos e mão de obra empregada, em conformidade com os objetivos previstos em projeto que deu origem aos Incentivos Fiscais;
- Certificação sobre a real implantação do sistema de benefícios sociais previstos na legislação específica, tais como: alimentação, transporte, assistência médica e outros;
- Realização de auditorias rotineiras e sistematizadas nas empresas incentivadas com vistas à comprovação das exigências legais e à emissão dos respectivos Laudos.

No cumprimento dessa política, tem destaque o Projeto de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas - Zona Franca Verde (PRODERAM), que contempla a região do Alto Solimões, (Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Juruá, Santo Antônio do Itá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins), com o objetivo de atender os componentes de Saúde, Saneamento, Desenvolvimento Sustentável e Fortalecimento Institucional. O PRODERAM firmou 23 convênios na área de atuação do desenvolvimento sustentável, totalizando um valor de R\$ 4.869.893,52.

Para a expansão dos pequenos negócios, destacam-se as seguintes ações de articulação e desburocratização:

- Instituição do Subcomitê Estadual para a Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM) com finalidade de implantar a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) no Estado do Amazonas;
- Criação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Amazonas (FEMPEAM).

Com investimentos iniciais de R\$ 14 milhões, o I Distrito Industrial de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Amazonas (DIMPE) funciona nos moldes de um condomínio empresarial com lotes urbanizados dotados de infraestrutura completa que inclui central de secagem, unidade de tratamento de resíduos e líquidos, rede de esgoto, sistema de abastecimento de água, terraplenagem, drenagem pluvial e guarita. O complexo industrial comporta 24 galpões que abrigam pequenas empresas, cada um com uma área de 2.500 metros quadrados.

O foco do DIMPE está centrado em projetos que incentivem o desenvolvimento ou o aprimoramento de tecnologias inovadoras nas áreas de madeira-móveis, fito-fármaco e fito-cosméticos. As empresas que estão no DIMPE foram selecionadas a partir de critérios estabelecidos em edital e de avaliação de um comitê técnico formado por representantes de instituições ligadas ao setor.

Encontram-se instaladas no DIMPE 18 empresas, sendo 12 no Setor de Madeira-Móveis, quatro no Setor Fito-fármaco e Fitocosmético, e duas no Setor Ambiental.

O Programa Empreendedor Individual está direcionado a pessoas que trabalham por conta própria e que pretendem se legalizar como pequeno empresário. Para ser um empreendedor individual, é necessário faturar, no máximo, até R\$ 36.000,00 por ano, não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. Entre as vantagens oferecidas por essa lei, está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. Além disso, a lei possibilita que o Empreendedor Individual seja enquadrado no Simples Nacional e fique isento dos impostos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL). Ele pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 52,15 (comércio ou indústria) ou R\$ 56,15 (prestação de serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo. O Empreendedor Individual é o empresário que exerce atividades de comércio, indústria e serviços de natureza não intelectual, sem regulamentação legal. Exemplos: ambulante, camelô, lavanderia, salão de beleza, artesão, costureira, lava-jato, reparação, manutenção,

instalação. A formalização é feita pela internet no endereço [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

A Rede Nacional para a Simplificação do Registro e de Legislação de Empresas e Negócios (REDESIM) voltada aos municípios brasileiros, tem como objetivo desburocratizar e simplificar o processo de regularização de empresas. A REDESIM possibilita um ambiente unificado capaz de acelerar novos negócios e o aumento da arrecadação municipal em favor da melhoria do ambiente de negócios das Micro e Pequenas Empresas (MPES).

A REDESIM é administrada por um Comitê Gestor, presidido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e composto por órgãos e entidades do governo federal, estadual e municipal responsáveis pelo processo de registro e legalização dos empresários, sociedades empresárias e sociedades simples.

Estão sendo instaladas "Centrais de Atendimento Empresarial-Fácil", unidades de atendimento presencial da REDESIM, que funcionará como centros integrados para a orientação, registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, em um mesmo espaço físico dos serviços prestados pelos órgãos que integrem, localmente, a REDESIM.

O Decreto n. 29.935 de 14 de maio de 2010, foi instituído com a finalidade de implantar a REDESIM no âmbito do Estado do Amazonas, considerando a necessidade de facilitar e fomentar o empreendedorismo, por meio da simplificação do processo de registro mercantil, a fim de contribuir para o desenvolvimento da economia do Estado.

O Governo do Estado, de acordo com a Lei Promulgada n. 81 de 28 de abril de 2010, instituiu o Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Amazonas – FEMPEAM, como instância governamental competente para cuidar de aspectos não tributários relativos ao tratamento diferenciado e favorecido, dispensados as microempresas e empresas e empresas de pequeno porte do Amazonas.

Por meio do Projeto Empresa Fácil, houve maior desburocratização e agilização da formalização de empresas, reduzindo o tempo gasto no registro de empresas do interior do Estado, para o máximo de 15 dias, considerando o esforço conjunto da SEPLAN, JUCEA, SEBRAE, SEFAZ, CBMAM, Prefeituras Municipais, Correios e Cartórios.

A Ciência, Tecnologia e Inovação vem tendo um papel estratégico no desenvolvimento de tecnologias apropriadas às particularidades da região, de maneira a contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que habitam a Amazônia, incentivando também a transversalidade na construção das políticas públicas, de forma a difundir e popularizar o conhecimento nos diversos segmentos da sociedade amazônica.

O Estado do Amazonas se divide em 62 municípios. Em 2006 foi lançado o primeiro Mapa Geológico do Amazonas, que teve por finalidade principal estudar as potencialidades do solo do estado. De acordo com esse estudo, de um modo geral, os solos amazônicos são relativamente pobres. Entretanto verifica-se, principalmente no interior do Estado, uma região propícia a exploração de minerais, como o nióbio, caulim, e silvinita. Ainda de acordo com o estudo, no Estado encontram-se as três grandes reservas minerais inexploradas do mundo.

O solo amazônico detém mais de 450 milhões de toneladas de silvinita, principal minério existente no Estado, o que faz do Amazonas o maior produtor nacional. Outras riquezas minerais apontadas pelo estudo são a cassiterita, com uma reserva superior a 400 mil toneladas - nos municípios de Presidente Figueiredo e urucará ; a bauxita, com aproximadamente 1 milhão de toneladas; e o nióbio, estimada em mais de 700 mil toneladas em São Gabriel da Cachoeira. O potencial do gás natural de Coari, estimado em mais de 62 bilhões de metros cúbicos, também é estudado no mapa geológico.

A confluência entre o Rio Negro, de água preta, e o Rio Solimões, de água barrenta, resulta em um fenômeno popularmente conhecido como Encontro das Águas, que é uma das principais atrações turísticas da cidade de Manaus. Em frente ao Encontro das Águas, está em construção uma estrutura turística projetada por Oscar Niemeyer, que contém mirantes destinados à contemplação desse magnífico fenômeno natural.

O Amazonas possui uma grande Reserva Biológica inundada, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. A vasta fauna possui felinos, como as onças, grandes roedores, como as capivaras, aves, répteis e primatas. O maior desses animais é a anta e todos constituem fonte de alimento para as populações rurais. Alguns se encontram ameaçados de extinção e são protegidos por órgãos especiais dos governos. Das milhares de espécies de peixes da Amazônia, com algumas ainda desconhecidas ou sob estudo, as mais exploradas são: tambaqui, jaraqui, curimatã, pacu, tucunaré, pescada, dourada, surubim, sardinha e pirarucu (bacalhau da Amazônia).

As reservas do Gás Natural provadas do Estado do Amazonas são de 52.397 milhões de m<sup>3</sup> (reservas em 31/12/2009), este volume representa 14% das reservas provadas do país que são de 366.467 milhões de m<sup>3</sup>. Considerando o volume contratado pela Cigás junto a Petrobras, a razão reserva provada no Amazonas/volume contratado Cigás é igual a 26 anos. Como podemos observar atualmente o Amazonas possui a 2ª maior reserva de gás natural (terra e mar) do Brasil, sendo o Estado detentor da maior reserva *on shore* (em terra).

Os benefícios oriundos da utilização do gás natural, associado às reservas significativas do energético na região amazônica, a produção que não está sendo utilizada atualmente e o preço competitivo, confirmam o gás natural como potencial vetor de desenvolvimento do Estado.

O Amazonas recebeu o prêmio de melhor destino verde da América Latina, prêmio este concedido em votação feita pelo mercado mundial de turismo, durante a World Travel Market, ocorrido em Londres em 2009. Em 2010, em uma pesquisa feita entre os turistas, o turismo foi avaliado como satisfatório, com 92,4% entre os turistas nacionais e 94% entre os turistas estrangeiros. A capital do Estado, Manaus é o maior destino de turistas da Amazônia, oferecendo uma ampla rede hoteleira, assim como restaurantes variados. Conta também com diversos hotéis de selva em sua região metropolitana.

A importância do Turismo no processo de desenvolvimento de um Estado não depende somente da existência dos recursos naturais e culturais transformados em Produtos Turísticos. Devem ser incorporados a um conjunto de fatores estruturantes que elevem o nível de atratividade e competitividade dos nossos produtos de maneira a garantir o crescimento do fluxo turístico. O Governo do Estado, tem como desafio conceber um novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, proporcionando ao turista que visita o Estado do Amazonas, um atendimento moderno e com qualidade.

No Amazonas, os rios são as estradas e as enormes distâncias são medidas em horas ou em dias de viagem de barco. A maioria dos municípios possui pistas para operações de aeronaves, sendo que grande parte são servidos por aeroportos. Manaus e Tabatinga são as cidades com os únicos aeroportos internacionais do Estado. Existem também aeroportos regionais, que servem para compartilhar mais de um município, localizados em Coari, Eirunepé, Lábrea, Tefé e Parintins. O Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus, é o segundo maior da região Norte e o terceiro em movimentação de cargas do Brasil (atrás apenas de Guarulhos e Viracopos) em São Paulo.

A Pesquisa de Consulta à Sociedade aplicada nos municípios polos do Estados registra as demandas nos vários segmentos que compõem a área econômica, dentre as quais destaca-se:

#### Trabalho e Renda

- Realização de cursos de qualificação para jovens e adultos;
- Desenvolvimento de projetos de geração de renda;
- Incentivo ao primeiro emprego (menor aprendiz);
- Linhas de créditos para os produtores rurais, micro e pequenas empresas;
- Criação de balcão de empregos;
- Apoio a criação de cooperativas e associações;
- Redução de custo para abertura de empresas;
- Qualificação do pequeno empregador;
- Treinamento e maquinários para

#### Turismo

- Qualificação dos profissionais do turismo;
- Colocação de placas com nomes de ruas, bairros e atrações turísticas;
- Divulgação dos atrativos turísticos;
- Viabilização de financiamentos aos empresários na área de turismo;
- Incentivo ao artesanato e a culinária regional;
- Construção de centro de atendimento.

#### Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- Incentivo a projetos de manejo sustentável;
- Ações de educação ambiental;
- Ampliação dos Programas de Regionalização da Merenda Escola e de Móveis Escolares;
- Implantação de projetos para industrialização de cosméticos e produtos farmacêuticos;
- Instalação de postos do IPAAM nos municípios do interior;
- Criação de horto agroflorestal para produção de mudas frutíferas e essências florestais;
- Implantação de projetos de manejo florestal comunitários;
- Incentivo a criação de animais silvestres (paca, cutia, tatu e outros).

#### Desenvolvimento Rural Integrado

- Transporte para o escoamento da produção;
- Estímulo para a venda direta ao consumidor;
- Incentivo a agricultura familiar e as hortas domésticas;
- Incentivo a projetos de piscicultura em gaiolas e tanques redes;
- Implantação de agroindústrias;
- Distribuição de patrulha mecânica, equipamento e implementos agrícolas;

- Política de preço mínimo a produção rural;
- Instalação de frigoríficos.

#### Regularização Fundiária

- Regularização de títulos de terra e imóveis;
- Concessão de títulos definitivos;
- Implantação de projetos de assentamento.
- Criação de postos de ITEAM nos municípios do interior.

## EDUCAÇÃO

### Educação Básica

O cenário educacional no Estado do Amazonas hoje se encontra em posição mais favorável, considerando todos os desafios enfrentados durante os últimos anos pelo Governo do Estado do Amazonas.

Várias ações direcionadas aos setores estratégicos do sistema estadual da educação vêm sendo implementadas, o que contribuiu para melhorar os resultados dos indicadores educacionais constantes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas – IDEAM, colocando o Estado do Amazonas em um patamar educacional superior ao que se encontrava anteriormente. Comprovando isso, deve-se registrar com otimismo que a rede estadual de ensino ultrapassou o índice de 3,3 projetado para 2007 pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, equiparando sua média ao esperado ainda para 2013.

Em continuidade às políticas de melhoria da educação, no que tange ao Acesso Escolar, o Poder Executivo vem estrategicamente garantindo a criação de novas vagas para o Ensino Fundamental e Médio, a partir de estudos de georreferenciamento que identificam as demandas da população em idade escolar, bem como demandas reprimidas que não tiveram oportunidade na idade devida.

O Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologias desenvolvido pelo Centro de Mídias de Educação do Amazonas, constante do Programa Acesso Escolar, foi ampliado em todos os municípios do Estado, criando novas vagas para oportunizar maior acesso e inclusão das populações residentes nas comunidades rurais dos municípios do estado do Amazonas.

Na esteira dessas preocupações, o Executivo Estadual buscou transformar os espaços escolares existentes, tornando-os mais confortáveis e favoráveis ao processo ensino-aprendizagem, construindo novas escolas com padrão arquitetônico adequado.

Outra ação realizada pela SEDUC que merece destaque refere-se à Política de Valorização, com a formação inicial e continuada dos servidores da educação da capital e interior nas diversas áreas do conhecimento, bem como as diversas premiações de incentivo à melhoria da educação. Esta última, denominada Premiação por Mérito do Desempenho Educacional, criada pelo Governo do Estado, estabelece o pagamento do 14º e 15º salários aos profissionais das escolas que atingem as metas preestabelecidas pela SEDUC.

Os resultados apresentados no Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas (IDEAM) são reflexos das ações dos programas que formam o eixo estratégico do sistema estadual de ensino público. Uma demonstração disso está na superação dos índices projetados para o Estado do Amazonas pelo Ministério da Educação (MEC), ao atingir em 2009 a média planejada para 2013.

Na busca pela melhoria dos indicadores da educação, o Governo do Estado do Amazonas e a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino implantaram em 2008 o Sistema de Avaliação do Desempenho da Educação do Amazonas - SADEAM, que visa um contínuo monitoramento do sistema educacional, bem como subsidiar a gestão institucional no que se refere às definições de políticas educacionais para possíveis correções de distorções desse processo. No SADEAM, foi construído o Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas – IDEAM com o objetivo de possibilitar uma visão mais integrada do desenvolvimento educacional do Estado, o qual está em consonância ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, cujo primeiro resultado foi apresentado em 2009.

#### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS – IDEAM

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÍVEL/ETAPAS DE ENSINO	2008
Amazonas	Fundamental Séries Iniciais	3,5
	Fundamental Séries Finais	2,8
	Ensino Médio	2,2

Fonte: CESP/UE/SEDUC/DEPLANGEPIE

#### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB RESULTADO COMPARATIVO DO IDEB - 2005/2007

DISCRIMINAÇÃO	NÍVEL/ETAPAS DE ENSINO	2005	2007
Brasil	Fundamental Séries Iniciais	3,8	4,2
	Fundamental Séries Finais	3,5	3,8
	Ensino Médio	3,4	3,5
Norte	Fundamental Séries Iniciais	3	3,4
	Fundamental Séries Finais	3,2	3,4
	Ensino Médio	2,9	2,9
Amazonas	Fundamental Séries Iniciais	3,1	3,6
	Fundamental Séries Finais	2,7	3,3
	Ensino Médio	2,4	2,9

Fonte: CESP/UE/SEDUC/DEPLANGEPIE

Ainda na busca de melhorar os indicadores da educação, o Governo do Estado do Amazonas premiou as escolas que alcançaram o índice de 4,5 no Sistema de Avaliação do Desempenho da Educação do Amazonas (SADEAM) com o Prêmio Escola de Valor, onde cada escola receberá R\$ 30.000,00 para investimento na própria escola. Na premiação, 234 escolas atingiram a meta estabelecida, ressaltando que 46 são de Ensino Médio Regular e 8 oferecem o Ensino Médio (EJA), sendo elas avaliadas pela primeira vez nessa metodologia.

No mesmo sentido, destaca-se ainda a premiação do 14º e 15º salário, onde a escola que atingisse o índice 5,2 receberia o 14º salário e 5,7 receberia o 15º salário. Um total de 85 escolas atingiu a meta de 5,2 e 37 escolas atingiram a meta de 5,7, conquistando o direito ao 15º salário.

Ainda no âmbito das premiações, 44 escolas participaram do Prêmio Nacional de Gestão Escolar, das quais cinco foram finalistas. A Escola Estadual Benjamim Brandão, localizada no bairro da Compensa, foi a ganhadora do prêmio de uma viagem de intercâmbio para os Estados Unidos para o gestor escolar.

A busca de parcerias significativas na formação dos docentes muito contribuiu para o melhoramento dos indicadores, como os projetos realizados em parceria com o Ministério da Educação, conforme destaque:

- Proinfantil - participaram do curso 1.019 professores de 23 municípios;
- Mídias Aplicadas à Educação - beneficiou 1.555 professores em 29 municípios;
- GESAC – (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão) - capacitou 513 pessoas em 8 municípios;
- Profucionário – 500 servidores (merendeiras, vigias, auxiliares administrativos e secretários escolares) participaram do curso realizado em Manaus. Em 2011 o Projeto será expandido para o interior;
- Educação Escolar Indígena - 869 professores de 35 etnias diferentes foram formados para atuarem nas comunidades indígenas.

A criação de um novo modelo de escola, capaz de suplantar os mais diversos obstáculos, com o uso da tecnologia IPTV (Internet Protocol Television - sistema de transmissão de TV digital sobre o protocolo IP (Internet Protocol)), por meio de ligações de banda larga, o número de Escolas de Tempo Integral e Centros de Educação de Tempo Integral (CETIs) está sendo ampliado com a construção de novas unidades, tanto na Capital quanto no interior do Estado, favorecendo o desenvolvimento integral do discente, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com atividades didático-pedagógicas de complementação, esportivas e socioculturais.

A rede de ensino neste ano de 2011 está composta por 20 Escolas de Tempo Integral, beneficiando 9.874 alunos, sendo 7.048 alunos do Ensino Fundamental e 2.826 alunos do Ensino Médio.

Norteadas nos princípios da eficácia, eficiência e da economicidade, as ações dos programas estratégicos, como o Ensino Médio Presencial Mediado por Tecnologias, promovem as ferramentas que impactam positivamente nos índices de avaliação do ensino, ao disponibilizar aos moradores das localidades rurais dos municípios do estado do Amazonas, novas vagas nas modalidades do Ensino Fundamental e Médio, e ao transportar a escola para os beiradões do sertão amazônico, adequada à qualidade e excelência do quadro docente e dos recursos tecnológicos necessários para tal empreendimento.

Visando à expansão do Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica, pelo Centro de Mídias de Educação do Amazonas, foi ampliada a oferta de vagas para 1.500 comunidades, com a criação de 1.110 salas de aula, totalizando 25.032 vagas nos 62 municípios do Amazonas, permitindo a inclusão e permanência dos jovens em suas localidades, inclusive oferecendo como suporte o transporte escolar. Desse total, 18.930 são alunos do Ensino Médio e 3.051, do Ensino Fundamental.

Como indicação da eficácia de sua proposta educativa, o Centro de Mídias de Educação do Amazonas recebeu o Prêmio e-Learning Brasil 2010-2011. É o oitavo prêmio consecutivo, conferindo-lhe o status de referência nacional e internacional em Educação a Distância no estado do Amazonas.

Na gestão educacional, foram efetivadas ações para o aperfeiçoamento da gestão da rede estadual de ensino, obedecendo ao processo cíclico de planejamento, avaliação e administração de suas atividades, utilizando as tecnologias de informação e comunicação, mapeando e formalizando os processos e/ou ações com vistas ao efetivo funcionamento do sistema educacional e a qualidade dos serviços oferecidos pelas unidades educacionais. As atividades concentraram-se na ampliação e integração dos sistemas informatizados existentes, visando à melhoria dos processos de comunicação e utilização dos meios tecnológicos como ferramenta de ensino e aprendizagem.

Com o fim de promover a inclusão social do cidadão, o Governo vem proporcionando, no âmbito do Projeto Jovem Cidadão, a melhoria da qualidade de vida das populações que não tiveram acesso à escola na idade adequada e as que se encontram em áreas de risco social. A ação, operacionalizada em 138 escolas da rede estadual da Capital e 8 Escolas do interior do Estado beneficiou 168.049 alunos e 139.238 famílias, em 2010.

O Projeto Rede Cidadã Digital, de inclusão digital, desenvolvido em 206 escolas, das quais, 150 na Capital e 56 no interior do Estado, beneficiou 15.420 alunos e comunitários com aulas de Informática Básica e Avançada nos laboratórios das escolas, aos sábados.

### EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Nos últimos anos, a educação profissional no Estado do Amazonas atingiu marcos relevantes, ultrapassando o número de 400 mil cidadãos atendidos com uma variedade de cursos disponibilizados, que correspondem a 395 cursos distintos, dentre técnicos de nível médio e de qualificação profissional.

Nos cursos técnicos de nível médio, o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) formou 724 pessoas, em 2010, no entanto, abriga em sua estrutura mais 10.850 alunos em processo de formação, o que totaliza o atendimento de 11.574 cidadãos nos cursos técnicos, dos quais, 3.960 alunos são na Capital e 7.614 alunos no interior do Estado.

Nos 62 municípios do Estado do Amazonas, foram ofertados cursos de educação profissional técnica de nível médio em 9 dos 12 eixos tecnológicos pré-estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), disponibilizando 7 cursos de especialização técnica e 51 cursos técnicos.

A oferta de qualificação profissional contemplou mais de 319 cursos distintos, realizados no município de Manaus e nos demais municípios do interior do Estado.

O Governo do Estado promoveu o aumento da empregabilidade para uma parte da população historicamente marginalizada no mercado de trabalho. São os casos dos cursos de Mecânica de Motocicletas, para os internos da Unidade Prisional de Itacoatiara; Pedreiro e Pintor, para os internos do Complexo Penitenciário Anísio Jobim; Informática Básica e Avançada, para os cidadãos que respondem a processos e são defendidos pela Defensoria Pública Estadual; Bombeiro Hidráulico, para os adolescentes do Instituto Dagmar Feitosa; Informática, para deficientes auditivos em Parintins, além dos cursos dedicados aos cidadãos com sofrimento mental em Manaus.

Outra ação que merece destaque é o Projeto CETAM na Empresa, que conta com a participação direta do Centro da Indústria do Estado do Amazonas e da Associação Brasileira de Recursos Humanos. Nesse Projeto foram qualificados, no chão de fábrica, 8.390 cidadãos por meio de diversos cursos especializados, como por exemplo: Controle Estatístico do Processo (CEP), Armazenamento e Movimentação de Materiais, Kanban, Inspeção Mecânica e PCI, Operadores de Máquinas Injetoras, Operador de Oxi-Corte, Soldador de Eletrodo Revestido, Operador de Empilhadeira Elétrica Trilateral, Segurança na Operação de Ponte Rolante, Talha, e Munck Guindaste, realizados no próprio ambiente de trabalho das empresas que aderem ao referido Projeto.

### ENSINO SUPERIOR

A criação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) resultou do esforço de diferentes segmentos da sociedade, que viam na instalação de cursos superiores um cenário perfeito para a promoção do desenvolvimento da região. Hoje, a Universidade já é parte essencial do projeto de desenvolvimento regional e busca, por meio da qualificação contínua, crescer e consolidar sua presença no panorama universitário nacional e internacional, procurando manter-se em permanente diálogo com a sociedade, congregando seus interesses aos da coletividade.

Desde seu início, a UEA desenvolve a expansão de sua estrutura *multicampi*, já dispoñdo inclusive de 16 *campi* em cidades estratégicas do interior do Estado, capaz de cobrir todo o Amazonas e parte, definitivamente, para consolidar o *campus* universitário da Capital. Essa estrutura integrada num sistema *multicampi*, tem, indubitavelmente, como seu maior desafio, uma manutenção complexa e dispendiosa que necessita cada vez mais da atenção à gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa.

O trabalho realizado pela UEA teve como resultado em 2010, os dados que seguem:

### Cursos de Graduação

- 667 concluintes em 27 Cursos na Capital.
- 1.129 concluintes em 9 Cursos no Interior.
- 9.503 alunos matriculados na Capital.
- 14.152 alunos matriculados no Interior.
- Grau de Titulação do Corpo Docente
- 1.090 profissionais do Corpo Docente receberam grau de titulação de Doutores – 184; Mestres – 405; Especialistas – 467; e Graduados – 34.

### Vagas ofertadas em Concurso Vestibular

Foram ofertadas 1.430 na Capital e 2.180 no interior do Estado, perfazendo um total de 3.610 vagas. Quanto aos indígenas, 170 vagas foram disponibilizadas. Ao Sistema de Avaliação para Acesso ao Ensino Superior – SAES foram ofertadas 250 vagas.

O Governo do Estado, por meio de sua política de pesquisa e pós-graduação vem ampliando a sua atuação na Amazônia, rompendo fronteiras, catalisando investimentos nacionais e internacionais, tornando-se um polo dinamizador da ciência e tecnologia na região.

Em 2010 o Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental/UEA expandiu suas atividades a partir da criação de uma turma no curso de Mestrado Interinstitucional (MINTER), em atendimento à solicitação da Universidade Federal de Roraima.

No município de Parintins foram iniciadas as primeiras turmas para os cursos de Mestrado em Biotecnologia e Recursos Naturais e Mestrado em Educação em Ciências. Essa turma, exclusiva para os professores efetivos da UEA.

Na avaliação trienal (2007-2009) realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, dos 5 (cinco) programas *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) próprios, o Programa de Pós-Graduação em Medicina Tropical recebeu elevação do conceito de 3 para o 4.

Na Chamada de novas propostas de cursos de Mestrado da CAPES, de seis novos cursos submetidos, dois mestrados foram aprovados; um no formato profissional Letras e Artes e um acadêmico de Educação em Ciências. A UEA foi incluída ainda como membro da Rede de Ensino em Ciências e Matemática – REAMEC.

Receberam Certificação nos Cursos *LATO SENSU*, 622 alunos em 31 especializações

Ainda, em 2010, foram titulados 11 mestres e um doutor no Programa Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado interinstitucional (Dinter) em Clínica Odontológica dos 10 cursos existentes de doutorado e oito de mestrado. Não foram criados cursos Interinstitucionais novos, entretanto, houve seleção para o Minter e Dinter em Engenharia Civil, curso aprovado em 2009, em parceria com a COPPE Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### Programa de Pesquisa Científica e Tecnológica

A pesquisa científica e tecnológica na Universidade do Estado do Amazonas está voltada para a busca de novos conhecimentos e técnicas científicas, bem como para a identificação de novos recursos educacionais que sejam indispensáveis ao aprimoramento da formação superior.

Os projetos de pesquisa voltam-se, principalmente, para o conhecimento da realidade local e regional, procurando, contudo, a inserção do conhecimento nos contextos mais amplos da realidade brasileira e das generalizações universais. São financiados em sua maioria pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e por outras agências de fomento como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Capes e Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep). Alguns projetos são desenvolvidos em parceria com renomadas instituições de ensino e pesquisa do Estado, como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), Fundação de Medicina Tropical (FMT) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), contribuindo para o fortalecimento da pesquisa entre as instituições.

### Programa de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica da UEA representa um grande avanço no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica envolvendo professores e estudantes. Teve início em 2003 com a aprovação de 170 bolsas do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC) e atualmente estão em andamento 770 bolsas de Iniciação Científica (IC). Os projetos são financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em 2010, não foram implementadas novas cotas de bolsas para o Programa PAIC, entretanto foram concedidas e implementadas seis novas cotas de bolsas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-JR.), 28 novas cotas de bolsas para o

Programa IC-Saúde, 10 novas cotas de bolsas para o PIBIC e iniciou-se um novo programa com a implementação de 20 novas cotas de bolsas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT).

## SAÚDE

### Demografia

O Amazonas é o maior estado do Brasil com uma superfície de 1.558.987 Km<sup>2</sup>, da qual grande parte é ocupada por reserva florestal e a outra por água. O Estado conta com 62 municípios e uma área territorial de 1.570.745,68 Km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 2,2 habitantes por Km<sup>2</sup>.

A população no Amazonas em 2010 pelo Censo do IBGE foi de 3.480.937 pessoas, sendo 1.750.772 (50,2%) do sexo masculino e 1.730.165 (49,8%) do sexo feminino. A maior concentração dessas pessoas se encontra na zona urbana com 79,1% e a zona rural com 25% do total da população residente.

### POPULAÇÃO RESIDENTE NO AMAZONAS POR REGIONAL DE SAÚDE – 2010

REGIONAL DE SAÚDE	POPULAÇÃO	PERCENTUAL
Entorno de Manaus	2.038.177	58,50%
Amazonas	498.887	14,30%
Triângulo	244.217	7,00%
Baixo Amazonas	214.473	6,20%
Alto Solimões	183.445	5,30%
Rio Negro e Solimões	152.815	4,40%
Médo Amazonas	148.923	4,30%
Total Geral	3.480.937	10

Fonte: IBGE, Censo e Estatísticas

Na análise do número da população por Regional de Saúde, destaca-se a Regional do Entorno de Manaus com 58,6% do total populacional do Estado, do qual fazem parte os municípios de Autazes, Careiro da Várzea, Careiro, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Iranduba e Manaus. No município de Manaus observa-se a concentração de 51,7% da população do Amazonas.

### Acessibilidade

O acesso aos municípios amazonenses é lento e caro, em decorrência principalmente dos modais de transportes fluvial e/ou aéreo utilizados, sendo portanto o principal entrave para o deslocamento dessa população. As enormes distâncias e dificuldades de locomoção através dos rios, são fatores que interferem diretamente no custo saúde diferenciado, dispendido pelo estado para a manutenção da rede assistencial no Amazonas, em relação aos outros estados da União.

Garantir o acesso das populações do interior do Amazonas aos serviços de saúde, é um desafio e uma tarefa que envolve um grande esforço por parte de todo corpo técnico, tanto do Estado quanto dos municípios, além da alocação de uma grande quantidade de recursos financeiros, para investimento e manutenção da rede assistencial.

Neste contexto, trabalhar a acessibilidade no estado do Amazonas será sempre considerado como um grande desafio a ser enfrentado pelo sistema de saúde, em razão de suas barreiras geográficas, culturais, financeiras, políticas, estruturais e outras.

Para melhorar a acessibilidade, a SUSAM implantou serviços estratégicos no interior e ampliou a rede de média complexidade na capital, além de apoiar tecnicamente a inserção de equipes de saúde da família nos municípios.

O Fortalecimento da Gestão do SUS do Amazonas tem como finalidade promover a consolidação deste Sistema, favorecendo a participação e o controle social em processo de gestão, capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de ações de planejamento, controle, avaliação, auditoria, ouvidoria e assessoria aos municípios em ações relacionadas à gestão.

### Configuração da Rede Assistencial da Capital e do interior

A Rede Assistencial da SUSAM contou em 2010 com 54 Unidades de Saúde na Capital, além de mais 10 Unidades Complementares, como a Central de Medicamentos (CEMA), LACEN, Complexo Regulador, Centro de Profilaxia da Raiva (CEPRA), Centro de

Reabilitação Colônia Antônio Aleixo e cinco Farmácias Populares), totalizando 64 Unidades. Na Capital, a estrutura das Unidades de Saúde varia em tipologia e nível de atenção à saúde, dispondo desde a atenção básica, realizada principalmente nos Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs), Centros de Atenção Integral à Melhor Idade (CAIMIs), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e parcialmente, nos Serviços de Pronto Atendimento (SPAs). A Rede atende também na média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar em policlínicas, SPAs, Hospitais/Pronto-Socorros (HPS) adultos e infantis, hospitais, maternidades, fundações e hospital universitário.

A rede hospitalar da Capital mantida em 2010, compunha-se de cinco unidades hospitalares e seis unidades da rede obstétrica, dentre as quais, o Instituto da Mulher Dona Lindu, inaugurado em 2010. E a rede de urgência e emergência, composta por três Pronto-Socorros Gerais e 3 Prontos-Socorros Infantis.

No interior, foram mantidas unidades estaduais em 61 municípios. Além de uma unidade em cada município, o Estado mantém unidades de Itapeçu em Urucurituba, Iauaretê em São Gabriel da Cachoeira, além dos Hospitais Padre Colombo e Jofre Cohen, em Parintins, totalizando 65 Unidades de Saúde.

Na Atenção à Saúde, o Estado tem organizado de forma mais eficiente a oferta de serviços e o seu acesso à população. Para tanto, tem investido na estruturação da rede assistencial, como reformas, ampliações, incluindo o número de leitos de internação, aquisição de equipamentos e contratos profissionais, bem como proporcionando capacitações diversas para qualificação do atendimento. O Complexo de Regulação do estado do Amazonas funciona em sistema de cogestão com o município de Manaus e tem se revelado um importante instrumento para organização do acesso e planejamento assistencial. Sua ampliação para os municípios do interior foi trabalhada em 2010, com previsão de implantação a partir de 2011 de forma progressiva. A criação de um fórum técnico para discussão e pactuação das questões regionais de saúde, com vistas a fortalecer o processo de planejamento regional, contabilizou-se como uma experiência inédita no processo de descentralização de Gestão no Estado, melhorando as ações e serviços de saúde, respeitando as diferentes realidades locais.

Para o fortalecimento da participação popular e controle social na gestão local do SUS, o Estado em 2010 iniciou o movimento para implantação de sua Ouvidoria, realizando seminário de divulgação, articulando parcerias com o Ministério da Saúde para estruturação e capacitação do serviço, de forma que em 2011 o cidadão amazonense tivesse ao seu dispor uma escuta qualificada, que contribuía para o aperfeiçoamento da gestão do SUS.

Em relação aos indicadores acordados no Pacto Pela Saúde, relativos à atenção e gestão da saúde no âmbito do Estado, observa-se uma evolução gradual na melhoria desses indicadores, tendo apresentado o seguinte resultado em 2010:

O não alcance de muitas das metas relaciona-se em grande parte com a qualidade e resolutividade da atenção primária, que é executada diretamente pelos municípios, os quais devem receber apoio técnico e financeiro das demais esferas de gestão, ou seja, a Estadual e a Federal. O Estado apresenta historicamente indicadores relativos à mortalidade materno/infantil que denotam preocupação, pois apesar de apresentarem diminuição nos últimos anos, ainda são considerados elevados, comparando-se com outras regiões do país. Chamam atenção, ainda, os números relacionados à Saúde da Mulher, onde o Amazonas permanece entre os Estados com altos índices de morbimortalidade por neoplasias de colo de útero e mama. Tais constatações remetem à necessidade cada vez mais evidenciada de se fortalecer a Atenção Primária que, se bem estruturada, pode ter resolutividade significativa sobre os principais problemas de saúde que acometem a população. Destaca-se, no entanto, que mesmo a Atenção Primária em Saúde deve ser repensada para que possa dar respostas adequadas em nossa região, haja vista as dificuldades relatadas pelos gestores municipais em manter as Equipes de Saúde da Família nos moldes hoje preconizados pela Política Nacional de Atenção Básica do Ministério da Saúde, sendo que os recursos repassados pelo Governo Federal são insuficientes para o custeio, sobrecarregando os municípios com os custos operacionais da Estratégia Saúde da Família.

A conformação de redes de atenção à saúde é outra situação em que os gestores do sistema de saúde local terão de se debruçar, realizando ampla discussão de como estabelecer tais redes, de forma a garantir o acesso à atenção especializada, considerando a insuficiência de profissionais neste nível, especialmente, no interior, onde a população está dispersa em pequenos municípios e grandes áreas rurais, e o aglomerado de pessoas na Capital, que sofre com o processo migratório relevante e apresenta crescimento desordenado, impactando significativamente nas demandas sociais, principalmente na área da saúde. Diante desses cenários, a busca por soluções passa invariavelmente pela discussão da Gestão Compartilhada e Responsabilização Solidária. Assim, as Comissões Intergestores Regionais e a Comissão Intergestores Bipartite surgem como fóruns importantes nesse processo, aliados aos Conselhos de Saúde, que devem mobilizar a participação popular na gestão do SUS.

Ainda restam vários desafios a superar como a efetiva consolidação de um modelo de atenção à saúde centrado na Atenção Primária, a efetivação da Regionalização, a resolução dos problemas de fixação e capacitação de profissionais que atendam à necessidade dos diversos municípios, em especial para aqueles mais distantes da capital, o avanço no combate

às desigualdades regionais, na criação e implementação de políticas de saúde específicas voltadas para populações em situação de vulnerabilidade social, como ribeirinhos, assentados, com terra e sem-terra, e indígenas. Também ainda é preciso dar prosseguimento ao combate de doenças ditas do "mundo moderno", como as não transmissíveis, especialmente, os carcinomas, as do aparelho circulatório e a crescente mortalidade por causas externas, ao mesmo tempo que se mantém a luta contra as endemias clássicas, como a malária, hanseníase, tuberculose, AIDS, leishmaniose e dengue. Para o enfrentamento desses desafios, é fundamental a parceria entre gestores, trabalhadores do SUS e a população. Nesse aspecto é importante ressaltar que o Governo do Estado do Amazonas, por meio da SUSAM, não tem medido esforços para que se consiga implementar os projetos que busquem uma relação estreita entre a Instituição e a Sociedade, no sentido de responder aos anseios da última sobre um Sistema de Saúde que supra suas necessidades com qualidade, que leve em conta a história e a experiência dos sujeitos que habitam a região e a experiência de instituições, representantes dos diversos movimentos sociais, e do controle social em prol da construção do SUS que seja viável numa região tão imensamente grande, multifacetada e desafiadora como a Amazônica.

Relativamente às condições de higiene, é comprovada a influência do saneamento básico sobre a saúde populacional, mesmo assim, menos da metade da população amazonense vive em domicílios com sistema de esgoto sanitário inadequado. Quando se comparam os índices, em relação aos meios urbano e rural, as diferenças são gritantes.

#### Dados de Morbidade

##### Morbidade Hospitalar por Grupo de Causas e Faixa Etária

Entre as internações por grupo de causas (CID10) ocorridas em 2010 na rede hospitalar de todo o Estado do Amazonas, destacam-se as internações por gravidez, parto e puerpério com (37,3%), devido ao aumento do atendimento no ciclo gravídico-puerperal, seguido das doenças do aparelho respiratório (11,7%), doenças do aparelho digestivo (10,1%), doenças infecciosas e parasitárias (9,5%) e doenças do aparelho circulatório com (5,7%).

##### Morbidade por Doenças Transmissíveis

O quadro atual da ocorrência das doenças transmissíveis no Estado do Amazonas configura-se por um grupo de doenças que, nos últimos anos, vem apresentando um declínio significativo, especificamente aquelas doenças que se dispõem de medidas eficazes de proteção, ao lado de outras que se mantêm em patamares endêmicos, além do grupo das emergentes, principalmente as que apresentam estreita relação com o meio ambiente social e econômico.

No primeiro grupo de declínio significativo, destacam-se a difteria e o cólera com ausência de registro de casos nos anos analisados; a rubéola, coqueluche, febre amarela, tétano acidental e meningites com redução significativa na sua ocorrência e ausência de síndrome da rubéola congênita; o sarampo e o tétano neonatal registram os últimos casos nos anos de 2000 e 2002, respectivamente. Das doenças que mantêm os níveis endêmicos dentro dos limites esperados, destacam-se a dengue, febre tifoide, leishmaniose tegumentar e leptospirose.

Dentre as doenças denominadas emergentes, principalmente aquelas com a ocorrência de casos autóctones, destacam-se a doença de Chagas e a hantavirose (caracterizadas como zoonoses). Não há registro de ocorrência de casos da raiva humana no Amazonas desde 2002, no entanto, a situação deve ser constantemente monitorada, em razão da alta ocorrência de agressões humanas por morcegos hematófagos, mecanismo de transmissão alternativo e com descrição de surtos em outros estados da federação.

Continuam com índices altos, apesar de estarem em queda, a hanseníase, as hepatites virais, leishmaniose tegumentar, malária e a tuberculose.

#### NÚMERO DE CASOS DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS AMAZONAS 2006-2010

AGRAVOS	2006	2007	2008	2009	2010(*)
AIDS	121	297	379	509	650
Coqueluche	20	35	63	23	2
Dengue	566	1.708	8.507	1.467	1.848
D. Exantemática	2	0	0	0	0
D. Chagas	4	27	0	15	23
Febre Amarela	1	2	0	0	0
Febre Tifoide	39	4	9	28	27
Hantavirose	3	0	0	0	0
Hanseníase	1.035	784	958	880	845
Hepatite Viral	2.335	1.312	1.051	1.606	1.308
Leishmaniose tegumentar	1695	2.358	2.026	1.533	1.228
Leptospirose	61	40	48	66	37
Malária	188.782	202.690	139.189	101.373	73.918
Meningite	268	281	140	171	87
D. Diarreicas Agudas	129.493	158.057	157.220	162.119	186.601
Parafisia Flácida Aguda - PFA	21	12	19	17	11
Tétano Acidental	16	10	11	11	5

	1	0	0	0	0
Tétano Neonatal					
Tuberculose	2.456	2.184	2.962	2.769	2.809

Fonte: DSI SUSAM e Dado-SUSAM 2010

#### Acidentes por Animais Peçonhentos

Em 2010 foram registrados 1.870 casos de acidentes por animais peçonhentos. Destes, 76,3% (1.427/1.870) foram de acidentes ofídicos, 10,1% (189/1.870) escorpínicos, 5,3% (99/1.870) por aranhas e 8,3% (155/1.870), outros animais.

Os acidentes ofídicos são considerados um problema de saúde pública, não somente pela sua alta magnitude, mas também pela gravidade e sequelas marcantes. No Amazonas, os acidentes ofídicos ocorreram ao longo de todo ano, mas 72,1% (1.029/1.427) dos casos foram registrados nos meses de janeiro a julho, período que coincide com os meses mais chuvosos.

A incidência em 2010 foi de 40,9 casos por 100 mil habitantes. O município com maior risco para acidentes ofídicos foi Uarini, com uma incidência de 285,6 casos por 100 mil habitantes, seguido de Apuí (155,1/100 mil), Japurá (150,9/100 mil) e Autazes (144,3/100 mil). O município com a incidência menor foi Manaus, com 3,7 casos por 100 mil habitantes.

Do total de casos, 76,5% (1.093/1.427) acometeu o gênero masculino e 52% (737/1.427), a faixa etária de 20 a 49 anos. O acidente em zona rural representou 86,7% dos casos (1.237/1.427).

Em 2010 foram registrados 12 óbitos por acidentes ofídicos e a letalidade de 0,8% (12/1.427), ocorridos nos municípios de Apuí (um), Manaus (dois, procedentes de Iranduba e Itacoatiara), Novo Aripuanã (um), Parintins (um), Santa Isabel do Rio Negro (dois), São Gabriel da Cachoeira (quatro) e Santo Antônio do Itá (um). A maioria dos casos fatais, não recebeu tratamento com soro (42%; 05/12), devido à limitação de acesso aos serviços de assistência por problemas de transporte, três óbitos (25%; 03/12) receberam tratamento, dois deles evoluíram para óbito por complicações e quatro (33,3%) óbitos estão sendo investigados.

#### Dados de Mortalidade

Para a análise e construção destes indicadores, utilizou-se a base populacional do IBGE e o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), criado em 1979, sendo o mais antigo sistema de informação existente no Ministério da Saúde. Com base nos dados captados, é possível realizar análises que orientem a adoção de medidas preventivas e informem o processo de decisão na gestão do sistema de saúde, assim como realizar avaliações das ações implementadas que tenham impacto sobre a mortalidade.

Deve ser notificado ao SIM todo e qualquer óbito ocorrido no território estadual, em ambiente hospitalar ou não, com ou sem assistência médica. A causa básica de óbito considerada é aquela que desencadeou o processo mórbido que gerou o óbito, independentemente do tempo que o precedeu.

A heterogeneidade da cobertura e a qualidade das informações do SIM, nos municípios, interferem diretamente na análise e nas conclusões dos indicadores de mortalidade em nível municipal e estadual.

#### Mortalidade Geral e Cobertura por 1.000 Habitantes

Os indicadores de mortalidade no Estado apresentam deficiências quantitativas e qualitativas, à medida que os registros de óbitos efetuados nos municípios demonstram uma cobertura marcadamente baixa e heterogênea na captação e notificação de óbitos, com uma amplitude de variação de 12% a 97,8% em 2010 (Tonantins e Eirunepé, respectivamente), quando comparados aos óbitos esperados. Considerando a meta pactuada mínima no registro de 90% dos óbitos esperados, apenas dois municípios atingiram essa meta (Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira), sendo que o Estado atingiu a cobertura 72,4%. Há registros de que 58,1% dos municípios apresentaram notificação de óbitos superior a 50% dos óbitos esperados, mostrando um aumento de 16,2% em relação a 2009.

Os registros de óbitos informados apontam um coeficiente de mortalidade de 3,6 por mil habitantes para o Estado, enquanto na capital, Manaus, apresenta cobertura de 87,5% e coeficiente de 4,6 por mil habitantes, conforme detalhamento no quadro de coeficiente de mortalidade a seguir.

#### Coefficiente de Mortalidade Geral

O coeficiente de mortalidade geral do Estado do Amazonas apresenta oscilações pequenas no período analisado, sempre abaixo do estimado, que é de 4,98 óbitos por mil habitantes. Em 2010, com dados sujeitos à revisão e inclusão, apresentou-se um coeficiente de mortalidade geral de 3,7 por mil habitantes.

COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL AMAZONAS 2006-2010

ANOS	POPULAÇÃO	Nº. DE ÓBITOS	% 1.000 HABITANTES
2006	3.311.046	11.591	3,5
2007	3.389.081	11.757	3,5
2008	3.341.096	12.503	3,7
2009(*)	3.393.357	12.202	3,6
2010(*)	3.480.937	12.742	3,7

Fonte: SIM/SINASC/SINAIS, 2006-2010; PV/SINASC  
(\*) Dados sujeitos à revisão. Atualizado em 03/04/2011

Mortalidade Proporcional

A curva de mortalidade proporcional – Indicador de Nelson de Moraes, que objetiva avaliar o nível de saúde de uma população, acompanhando a evolução da mortalidade em diferentes faixas etárias, mostra na análise sequencial dos anos de 1990, 2000 e 2010 que o Estado do Amazonas vem apresentando uma diminuição da proporção de óbitos em menores de um ano e o consequente aumento da expectativa de vida, refletido na maior proporção de óbitos acima de 50 anos, configurando-se no formato em um jota invertido (a queda da mortalidade infantil transforma o U, característico das populações com baixo desenvolvimento em J), evidenciando-se uma melhora nas condições de vida e saúde da população.

NÚMERO E PROPORÇÃO DE ÓBITOS POR FAIXA ETÁRIA - AMAZONAS 1990/2000/2010

ANOS	Óbitos	FAIXA ETÁRIA				
		< 1 Ano	1-4 Anos	5-19 Anos	20-49 A.	50 + Anos
1990	Nº	2.112	567	535	1.576	3.129
	%	26,67	7,16	6,76	19,9	39,51
2000	Nº	1.864	402	572	2.339	5.286
	%	17,82	3,84	5,47	22,35	50,52
2010(*)	Nº	1.092	263	618	3.143	7.493
	%	8,7	2,1	4,9	24,9	59,4

Fonte: SINASC - PV/SINAIS  
(\*) Informações sujeitas à revisão. Atualizado em 03/04/2011

Proporção de Óbitos por Causas Mal Definidas

Nos óbitos notificados, nota-se uma melhora na qualificação da causa básica, com um percentual de causas não definidas de 15,1% para o Estado no ano de 2010, mostrando redução de 12,2% deste em relação a 2009 (A Organização Mundial da Saúde recomenda que seja no máximo de 10%). Esta análise por municípios revela uma ampla variação, observando-se extremos de 1,7% até 68,9%. Dez municípios (16,1%) apresentaram valores abaixo de 10%; quatorze entre 10% e 15% (22,6%). Para os óbitos ocorridos em menores de um ano encontrou-se uma variação de 0% a 68,8% rotulados como causa mal definida, porém, com um percentual bem mais aceitável de 9,3% para o Estado em 2010, sendo que nove municípios (14,5%) têm valores acima de 50%.

Contribuem para estes altos índices, o grande número de óbitos sem assistência médica, que ocorrem em sua maioria na área rural, onde há falta de profissionais de saúde e dificuldade de acesso.

É importante registrar que em 2008 foi implantado, como estratégia de qualificação das causas básicas dos óbitos, o Projeto "Autópsia Verbal". Esse projeto foi iniciado como um piloto em municípios de 15 estados, entre os quais o Amazonas, e validou os instrumentos de investigação – manuais e formulários, necessários para a execução das ações de vigilância de óbitos. Até o final de 2010, poucos municípios usavam esses instrumentos rotineiramente.

PROPORÇÃO DE ÓBITOS TOTAIS EM MENORES DE 1 ANO POR CAUSAS MAL DEFINIDAS - AMAZONAS, 2010

DESCRIÇÃO	AMAZONAS	
	Óbitos Gerais	Óbitos < 1 Ano
Total de Óbitos	12.742	1.092
Causas mal definidas	1.923	102
Percentual	15,1	9,3

Fonte: SINASC  
(\*) Dados sujeitos à revisão. Atualizado em 03/04/2011

Mortalidade Geral por Grupo de Causas

A análise dos principais grupos de causas de óbitos mostrou em 2010, por meio da proporção por grupo, um percentual de 15,1% de causas mal definidas, evidenciando a deficiência qualitativa desse registro e fragilizando esse indicador.

Das causas definidas em ordem de frequência e em ascensão, estão as doenças do aparelho circulatório, os grupos das chamadas Causas Externas (com aumento de 7,7% em 2010), as neoplasias, afecções respiratórias e as infecciosas parasitárias. Mostraram redução neste ano as neoplasias (0,6%), as afecções perinatais (16,7%), doenças do aparelho respiratório (5,9%) e as doenças infecto-parasitárias, com 4,0% de redução.

NÚMERO E PROPORÇÃO DE ÓBITOS POR GRUPO DE CAUSAS AMAZONAS, 2006-2010

GRUPOS DE CAUSAS	2006		2007		2008		2009(*)		2010(*)	
	Óbitos	%	Óbitos	%	Óbitos	%	Óbitos	%	Óbitos	%
Doenças do Aparelho Circulatório	1.932	21	1.984	20,5	2.300	21,9	2.190	20,5	2.309	21,3
Causas Externas	1.671	18	1.681	17,4	1.945	18,5	1.955	18,3	2.137	19,7
Neoplasias	1.512	16	1.716	17,7	1.744	16,6	1.793	16,8	1.803	16,7
Afecções Perinatal	659	7,2	622	6,4	632	6	637	6	537	5
Doenças Aparelho Respiratório	918	10	970	10	1.047	10	1.090	10,2	1.042	9,6
Doenças Infecções Parasitárias	703	7,6	728	7,5	745	7,1	807	7,6	792	7,3
Doenças End. Nut. Metab.	477	5,2	532	5,5	641	6,1	698	6,5	742	6,9
Doenças Aparelho Digestivo	470	5,1	579	6	547	5,2	537	5	528	4,9
Afecções Congênitas	283	3,1	281	2,9	266	2,5	278	2,6	277	2,6
Demais Definidas	577	6,3	595	6,1	644	6,1	703	6,6	655	6,1
Total Definidas	9.202	79	9.688	82,4	10.511	83,5	10.688	83,5	10.822	84,9
Afecções Mal Definidas	2.389	21	2.069	17,6	2.074	16,5	2.114	16,5	1.923	15,1
TOTAL	11.591	100	11.757	100	12.585	100	12.802	100	12.745	100

Fonte: SINASC/SINAIS - Informações sobre nascidos vivos - Amazonas, 2006-2010

Coefficiente de Mortalidade Infantil

Dentre os sistemas de informação utilizados para a construção deste indicador, encontra-se o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), implantado em todo o país em 1990, sob a responsabilidade das secretarias estaduais e municipais de saúde. O SINASC visa informar os nascimentos ocorridos no país, registrados ou não em cartórios. Esse sistema tem como instrumento de registro, a Declaração de Nascido Vivo (DN), que se constitui em um documento individualizado e padronizado em âmbito nacional. Documento oficial obrigatório, preenchido pela unidade de saúde para os nascidos vivos, ocorridos ou, para os que ocorrem em outros locais e que tenham recebido atendimento imediato nessas instituições; ainda, para os nascimentos domiciliares que tenham sido registrados em Cartórios de Registro Civil.

A mortalidade infantil e na infância é um indicador importante, não somente dos cuidados de saúde, mas também reflete as condições socioeconômicas em um país. Nos últimos anos, houve grandes mudanças no perfil demográfico do Amazonas, tanto com relação à fecundidade decrescente nos grandes centros urbanos, quanto com relação à óbitos com quedas na mortalidade infantil.

O Coeficiente de Mortalidade Infantil do Amazonas, nos últimos anos, vem sendo considerado baixo, segundo o parâmetro utilizado pelo Ministério da Saúde que classifica como alto (50 ou mais óbitos em menores de um ano por mil nascidos vivos); médio (20 a 49) e baixo (menos de 20). A evolução desse indicador, no período aqui analisado, tem demonstrado um declínio substancial no Estado, passando de 18,3 por mil nascidos vivos em 2006, para 15,3 em 2010.

Diversos fatores podem ter contribuído para a queda da mortalidade infantil e na infância, dentre as quais se destacam:

- Redução das doenças infecciosas, especialmente as imuno-preveníveis, que tiveram vacinas introduzidas recentemente, como a vacina contra haemophilus, que impactou fortemente na redução das meningites e pneumonias provocadas por esse agente;
- Redução das diarreias como causa de óbito, resultando numa maior queda da mortalidade, no período pós-neonatal e na infância como um todo;
- Melhoria das condições ambientais e nutricionais da população.

COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL, AMAZONAS 2006-2010

ANOS	NASCIDOS VIVOS			NÚMERO DE ÓBITOS < 1 Ano			COEFICIENTE/1000 NASCIDOS VIVOS		
	Ano			Ano			Ano		
	AM	Manaus	Interior	AM	Manaus	Interior	AM	Manaus	Interior
2006	75.975	38.676	37.299	1.365	649	716	18	16,8	19,2
2007	73.344	37.431	35.913	1.232	593	639	16,8	15,8	17,8
2008	74.774	38.293	36.481	1.234	598	636	16,5	15,6	17,4
2009 (*)	75.098	39.520	35.578	1.238	590	648	16,5	14,9	18,2
2010 (*)	72.494	39.265	33.229	1.109	539	570	15,3	13,7	17,2

Fonte: SINASC/SINAIS - Informações sobre nascidos vivos - Amazonas, 2006-2010  
(\*) Informações sujeitas à revisão.

A mortalidade neonatal componente da mortalidade infantil mantém-se alta, principalmente na capital do Amazonas. Traduz a ocorrência de óbitos em menores de 28 dias de idade, tendo, portanto, um grande reflexo nas condições do pré-natal, parto e atenção ao neonato. A taxa de mortalidade infantil neonatal precoce (óbitos em recém-nascidos menores de sete dias) confirma essa tendência, sendo menos expressiva para o interior do Estado, possivelmente em função da alta ocorrência de subnotificação.

Mortalidade Infantil por Grupo de Causas

Embora exista um declínio dos óbitos infantis nos últimos cinco anos, a situação ainda é preocupante. Na Tabela abaixo se verifica a predominância dos óbitos decorrentes das

afecções perinatais, que vêm se mantendo acima de 50% em todo período analisado. Vale ressaltar como causas ainda importantes, as anomalias congênicas que representam a segunda causa básica de óbito no Estado.

**MORTALIDADE PROPORCIONAL EM MENOR DE ANO POR GRUPO DE CAUSAS, AMAZONAS 2006-2010**

GRUPO DE CAUSAS	ANOS				
	2006	2007	2008	2009 (*)	2010 (*)
Afecções Perinatais	53,5	55,7	55,3	55,7	52,7
Anomalias Congênicas	19,8	20,4	19,2	21	22,4
Doenças Infecciosas e Parasitárias	9,1	9,3	9,1	8,3	8,3
Aparelho Respiratório	8,2	7,7	7,9	6,7	7,3
Causas Externas	2,4	1	1,2	1,7	1,8
Outras Causas	7,1	5,9	7,3	6,7	7,5
Total Definidas	89,1	89,2	92,1	91,8	91,3
Mal Definidas	10,9	10,8	7,9	8,3	8,7

Fonte: SIMDEFAMAM (\*) Informações sobre a revisão. Atualizado em 10/04/2011.

A tendência de queda da taxa de mortalidade infantil tem sido acompanhada de importantes mudanças na composição das diversas causas de óbito de crianças de até 1 ano. Até a década de 80, as principais causas de morte estavam relacionadas às doenças transmissíveis, muitas delas decorrentes das condições ambientais e sociais, e também da menor cobertura de serviços de atenção básica à saúde. Nos últimos anos, o motivo primordial dos óbitos de crianças nessa faixa etária passou a ser as afecções perinatais, que dependem de fatores associados às condições da criança no nascimento e à qualidade da assistência à gravidez e ao parto.

Fatores de desenvolvimento sociais, como a melhoria das condições habitacionais, e demográficas, como a redução da fecundidade da população, tiveram efeitos favoráveis na redução da mortalidade infantil, evidenciada principalmente a partir do ano 2000, considerando-se os sistemas de informações do Ministério da Saúde.

**Coefficiente de Mortalidade Materna**

O coeficiente de mortalidade materna para o Amazonas dentro da série histórica anual apresenta oscilações, denotando irregularidades na notificação dessa ocorrência. Para o ano de 2010, o Estado apresentou uma taxa de 84,1 óbitos por 100.000 nascidos vivos. Quando estratificada para a capital e municípios do interior, esta é de 76,4 e 93,3 por 100.000 nascidos vivos, respectivamente (vide tabela abaixo). Esses dados sofrem influência direta da notificação de nascidos vivos que ficou abaixo do esperado, sendo que em números absolutos apresenta redução de 3,7%.

**COEFICIENTE DE MORTALIDADE MATERNA, AMAZONAS, MANAUS, 2006-2010**

ANOS	NÚMERO DE ÓBITOS			NÚMERO DE NASCIDOS VIVOS			COEFICIENTE/100.000 NASCIDOS VIVOS		
	Amazonas	Manaus	Interior	Amazonas	Manaus	Interior	Amazonas	Manaus	Interior
2006	45	18	27	75.975	38.676	37.299	59,2	46,5	72,4
2007	57	28	29	73.344	37.471	35.913	77,7	74,7	80,8
2008	37	19	18	74.774	38.293	36.481	49,5	49,6	49,3
2009(*)	64	39	25	75.098	39.520	35.578	85,2	98,7	70,3
2010(*)	61	30	31	72.494	39.265	33.229	84,1	76,4	93,3

Fonte: SIMDEFAMAM (\*) Informações sobre a revisão.

**Mortalidade por Doenças Não Transmissíveis – DANTs**

Mudanças expressivas no perfil epidemiológico da mortalidade no Estado têm-se refletido na redução da mortalidade proporcional por doenças infecciosas e parasitárias e um aumento na mortalidade proporcional por doenças e agravos não transmissíveis. As três primeiras causas de óbitos, com causa básica definida nos últimos anos, são desta categoria. As doenças do aparelho circulatório têm sido a principal causa de óbitos nos últimos 10 anos, respondendo por 21,3% do total registrado em 2010. Em segundo lugar, aparecem as causas externas, com 19,7%, seguidas das neoplasias, com 16,7%.

Do ponto de vista social e econômico, o aumento da morbi-mortalidade por DANTs representa, além do comprometimento da saúde, uma grande perda de anos potenciais de vida, com mortes precoces na faixa etária economicamente ativa e suas implicações óbvias para a economia. Além disso, para o sistema de saúde, é necessário considerar os altos custos envolvidos em minimizar os graus variados de incapacidade ocasionados por acidentes, agressões e outras causas externas. Adicionalmente, com o envelhecimento da população, tem ocorrido um expressivo aumento das doenças cardiovasculares, neoplasias e outras doenças crônicas.

**Mortalidade por Causas Externas**

As Causas Externas apresentaram o maior aumento entre os óbitos definidos. Dentre o grupo de causas externas, destacam-se como principal causa de óbitos as agressões,

com proporção que variam de 52,8% a 21,4% dos óbitos no sexo masculino e feminino, respectivamente; os acidentes de transportes (maior causa de mortalidade externa feminina); e afogamentos, como as principais causas (tabela abaixo). Situação também preocupante são os óbitos decorrentes de lesões autoprovocadas, que devem receber abordagem diferenciada pelo Programa de Saúde Mental do Estado.

**MORTALIDADE PROPORCIONAL POR CAUSAS EXTERNAS, AMAZONAS 2010**

CAUSA (CID10 BR)	MASCULINO	%	FEMININO	%	TOTAL	%
Acidente de transporte	378	20,5	110	37,4	362	16,9
Quedas	91	4,9	32	10,9	90	4,2
Afogamento e submersões acidentais	135	7,3	18	6,1	129	6
Exposição a fumaça, ao fogo e as chamas	6	0,3	8	2,7	6	0,3
Envenenamento e intoxicações	9	0,5	2	0,7	9	0,4
Lesões autoprovocadas	114	6,2	29	9,9	113	5,3
Agressões	974	52,8	63	21,4	961	45
Eventos cuja intenção é indeterminada	39	2,1	3	1	37	1,7
Demais causas externas	97	5,3	29	9,9	94	4,4
<b>Total</b>	<b>1843</b>	<b>100</b>	<b>294</b>	<b>100</b>	<b>2137</b>	<b>100</b>

Fonte: SIMDEFAMAM BR (\*) Informações sobre a revisão.

**Financiamento da Saúde - Cumprimento da Emenda Constitucional 29**

Segundo o Artigo 77, Inciso II e Parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os Estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências nas ações e serviços públicos de saúde.

Em 2010, o Estado do Amazonas gastou com recursos próprios 21,62% da sua receita com saúde pública, seguindo a tendência de gastos acima do preconizado na legislação federal. Tal permanência de gastos acima dos 12% constitucionais deve-se essencialmente ao fato de que o custo das ações e serviços de saúde são muito elevados em relação a outros Estados. Apesar dos recursos repassados pelo governo federal para cobrir despesas por conta de especificidades regionais, ainda assim são insuficientes para manter a estrutura do estado do Amazonas que possui uma das melhores redes assistenciais da região Norte do país, o que resulta em um custo operacional muito elevado para a sua manutenção.

A apresentação de gastos públicos é necessária para a demonstração da transparência do sistema de saúde. A Tabela abaixo demonstra a evolução dos gastos da saúde no Amazonas entre 2008 e 2010, segundo fonte de financiamento.

FONTE	2008	%	2009	%	2010 (*)	%
Tesouro Estadual	1.101.288.708,12	78,4	1.218.884.476,73	77	1.275.562.006,86	74,8
Tesouro Federal/SUS	289.463.727,83	20,6	358.001.183,78	23	406.233.052,05	23,7
Convênios	11.064.502,09	0,79	13.687.053,14	0,9	24.902.048,25	1,46
Outros	2.606.805,06	0,19	1.099.347,17	0,1	1.333.879,65	0,08
<b>TOTAL</b>	<b>1.404.423.743,10</b>	<b>100</b>	<b>1.591.672.060,82</b>	<b>100</b>	<b>1.705.030.986,81</b>	<b>100</b>

Fonte: Tabela Elaborada pelo SEFIN - C. Modificada em 10/04/2011.

**SEGURANÇA PÚBLICA**

A Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é concebida em forma de sistema que interliga todos os órgãos envolvidos no processo, somando esforços em busca do bem estar da comunidade. O Sistema é formado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência, Gabinete de Gestão Integrada, Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública, Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública, Defesa Civil, Departamento Estadual de Trânsito, Conselho Estadual de Segurança Pública, Conselhos Interativos Comunitários de Segurança da Capital e Comitê de Gerenciamento de Crises.

A Segurança Pública é ainda mais abrangente e não se limita somente à política de combate à criminalidade e nem se restringe à atividade policial, como também nas ações de prevenção, orientação e repressão. Realiza também o acolhimento do cidadão por meio de programas sociais como Pró-Vida, Proerd, Formando Cidadão e Previne, onde oferecem serviços sociais diferenciados junto à sociedade, objetivando prevenir a ocorrência de violência e criminalidade.

Manaus, como uma das cidades escolhida para sede dos jogos da Copa de 2014, deverá ter no final de 2013 uma estrutura física organizacional, com bases sólidas, buscando minimizar seus problemas de toda ordem que possam divulgar de forma negativa a própria cidade e a imagem do País. Neste sentido, é necessário a implantação de uma complexa operação de logística e segurança com o objetivo de receber delegações convidadas,



autoridades, profissionais de empresa e turistas. Esse mega evento mundial irá exigir principalmente uma segurança pública e privada a fim de garantir a incolumidade física de todos os envolvidos no processo.

Com o crescimento populacional superior à média das capitais brasileiras, Manaus teve um crescimento de 22% da população de 1.405.835 em 2000, para 1.802.525 em 2010, onde a maior parte da população se concentra nas regiões norte e leste da cidade, sendo a Cidade Nova o bairro mais populoso. Uma das principais promessas de campanha do Governador do Estado, a implantação do Programa Ronda nos Bairros, objetivando integrar todas as ações e atividades desenvolvidas pelos órgãos participantes do Sistema de Segurança Pública, buscando reduzir o número de ocorrências e combater o crime em todas as suas expressões, com patrulhamento diuturno, na capital e interior do Estado, registrando a presença policial em pontos estratégicos requeridos pela demanda tendo como plano piloto a Zona Norte de Manaus em razão do alto índice de ocorrências registradas nesta área.

A questão da Segurança Pública é tratada pela SSP de forma compartilhada com órgãos das esferas Municipal, Estadual e Federal. E faz isso por meio do Gabinete de Gestão Integrada, um fórum deliberativo e executivo que opera por consenso da maioria, sem hierarquia e respeitando a autonomia das Instituições que o compõem, objetivando a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública no Estado, conforme Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Governo do Estado do Amazonas, instituído pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - Ministério da Justiça, sendo composto por membros que compõem o ciclo de justiça criminal, defesa social e ordem pública, podendo conforme a necessidade, convidar outros setores sociais ou partes interessadas.

Como instrumento de fiscalização e acompanhamento das atividades prestadas pelos seus agentes, a Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública do Estado do Amazonas cumpre importante papel na transparência das ações policiais. Sua característica principal é o controle interno da atividade policial, mediante o gerenciamento de informações relativas à instituição e de interesse da mesma, que possa torna-se de domínio público interno, externo e misto, a saber, policiais, funcionários, autoridades, órgãos públicos e privados relacionados ao trabalho exercido pela instituição, a sociedade e meios de comunicação, sabemos que a Corregedoria é instrumento essencial para a política de Segurança Pública. Sem Corregedoria forte, independente e acessível à população não teremos os mecanismos de controle interno e social da atividade policial. A Lei nº 3278, de 21 de julho de 2008 institui o regime disciplinar dos servidores do sistema de Segurança Pública, revoga dispositivos da Lei nº 2.271, de 10 de janeiro de 1994, unifica procedimentos aplicáveis a Polícia Civil e ao Departamento de Trânsito, assimila as regras de procedimentos disciplinares na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar.

Sabemos que a Defesa Civil promove a defesa permanente contra desastres naturais, humanos e mistos, conforme classificação adotada pelo Sistema Nacional de Defesa Civil e aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Civil, a Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos, tendo como finalidade prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres, atuar em situação de emergência ou calamidade pública e manter a articulação e a coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil.

O Estado do Amazonas tem um dos mais modernos e eficientes sistemas de coleta de informações das ocorrências policiais do país, por meio do Infopol, uma ferramenta tecnológica que permite a geração de estatísticas de toda a capital na hora em que estão ocorrendo. Isso facilita o planejamento e a execução das estratégias de combate da criminalidade, uma vez que a Segurança Pública tem condições de saber, a todo o momento, o mapa das ações criminosas. O mapa estatístico do primeiro semestre de 2011, comparativamente com o primeiro semestre do ano anterior, mostra claramente essa situação. E também apresenta uma considerável melhoria da produtividade dos serviços das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública, refletindo diversos benefícios à sociedade.

#### OCORRÊNCIAS POLICIAIS EM MANAUS - 2010-2011

NATUREZA	2010	2011	%
Homicídio Doloso	356	414	16
Laticínio	16	21	31,3
Lesão corporal dolosa	4.309	4.443	3,1
Fação corporal e Violência doméstica	2.476	2.457	-0,8
Estupro	315	429	36,2
Tentativa de homicídio	225	316	40,4
Furto	17.403	18.960	8,9
Roubo	11.578	14.124	22
Total Parcial I	36.678	41.164	12,2
Armas de fogo apreendidas	292	304	4,1
Veículos recuperados	684	864	26,3
Entorpecentes (porte e uso)	734	879	19,8
Entorpecentes (Tráfico)	441	655	48,5
Total Parcial II	2.151	2.702	25,6
Total Geral	38.829	43.866	13

Fonte: SSP-AM  
Nota: Dados referentes ao primeiro semestre de cada ano.

#### JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Esta área é coordenada pela Secretaria de Justiça, que além da administração do

Sistema Prisional, possui em sua estrutura o Departamento do Programa Estadual de Proteção, Orientação e Defesa do Consumidor, Departamento Estadual de Direitos Humanos e o Departamento Estadual de Políticas sobre Drogas, os quais têm como missão promover e assegurar os diversos direitos da pessoa humana.

No Sistema Prisional, várias iniciativas estão sendo desenvolvidas com o objetivo de reintegrar o preso, permitindo sua inclusão social e a de seus familiares. Para tanto, e para que seja reconhecida como uma instituição de excelência no controle formal da violência e da criminalidade, o Estado fará uso de novas ferramentas, incluindo as levadas às comunidades pelo terceiro setor. No período de abrangência do PPA 2012-2015 prosseguir-se-á no esforço para encontrar alternativas à pena privativa de liberdade e no processo de contínua modernização e adequação da infraestrutura do Sistema Penitenciário Estadual.

Para a garantia da segurança pública, a promoção dos direitos humanos, a melhoria das condições de aprisionamento e maiores possibilidades de constituição de programas que têm por escopo a recuperação da pessoa presa e sua reinserção social, é prioritária a edificação de estabelecimentos penais novos a partir de 2012, sendo uma para a custódia das mulheres e outra deve abrigar jovens e adultos na cidade de Manaus.

Finalmente, entre as novas unidades prisionais, duas devem ser edificadas para abrigar os presos provisórios dos municípios de Manacapuru e Humaitá. A definição das regiões onde elas serão construídas levou em consideração a concentração de demanda e a insuficiência de estabelecimentos dessa natureza. Esses estabelecimentos penais devem ter o formato de Centros de Detenção Provisória, com algumas modificações estruturais que possam minimizar os problemas atualmente enfrentados em decorrência das características arquitetônicas.

Em 2012 deverá ser realizado o Curso de Especialização Lato Sensu em Enfrentamento à Violência Doméstica, envolvendo servidores da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos no Amazonas e entidades parceiras que, no exercício de suas atividades, lidam direta ou indiretamente com o tema.

Para meados de 2014 e 2015, o Governo do Estado deverá edificar unidades prisionais destinadas a absorver o número de presos que cresce a cada ano em decorrência da diferença entre os que deixam o Sistema Penitenciário e os que são aprisionados. A construção de novas unidades não invalida o também necessário incremento da geração de vagas, do acompanhamento e da fiscalização das penas aplicadas como alternativa à privação de liberdade. Prevê-se, nessa área de atuação, a criação de cinco centrais de atendimento ao egresso.

É relevante destacar que, tanto o Governo do Estado quanto o Governo Federal tem dispensado excepcional atenção ao Sistema Penitenciário do Amazonas, adotando medidas eficazes que culminaram com o fim de uma crise carcerária de sangrentas rebeliões que ceifaram muitas vidas e causaram enormes prejuízos aos cofres públicos, crise esta herdada de administrações passadas e que somente foram vencidas graças à ação saneadora do Governo do Estado, como por exemplo, a terceirização de serviços de segurança interna com a contratação de empresa especializada, além da construção de novos presídios na capital e no interior do Estado, reduzindo, assim, o déficit de vagas existente no Sistema Prisional, fatores estes que, indiscutivelmente, contribuíram para que o Sistema Prisional possa oferecer um melhor tratamento aos apenados no sentido de reeducá-los e reintegrá-los ao convívio social, alcançando, desta forma, o objetivo primordial da pena preconizada na Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal) e na Lei n. 2.711/2001 (Estatuto Penitenciário do Estado do Amazonas).

A busca pelo aperfeiçoamento e pela humanização da educação nos presídios tem sido uma constante. Com um trabalho realizado em conjunto com a Escola Estadual Giovanni Eglmolo, que funciona nos estabelecimentos penais de Manaus, os presos têm aumentado a sua escolaridade e tido a oportunidade de participar, por exemplo, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A Escola de Administração Penitenciária, inaugurada em 2009, se tornou um marco no que se refere à qualificação e aperfeiçoamento de servidores e colaboradores que atuam na sede e no próprio sistema penitenciário. Vários cursos foram oferecidos aos servidores, tais como Informática Básica, Comunicação e Liderança, Gramática e Redação Oficial, Gestão de Pessoas, Planejamento Estratégico na Administração Pública e outros. Com o trabalho desempenhado, a Escola ainda ampliou a infraestrutura de elaboração de projetos dentro da Secretaria e da rede de instituições parceiras.

A atenção à saúde da população carcerária tem sido uma preocupação do Governo do Estado. Num trabalho feito em cooperação com as Secretarias de Saúde do Estado e Município, todas as unidades prisionais receberam equipes de saúde para realizar exames de HIV, Sífilis e Hanseníase nos internos. Os casos detectados estão sendo devidamente monitorados e tratados.

As principais demandas da sociedade na área de segurança, justiça e direitos humanos, conforme pesquisa, são:

#### Segurança

- Policiamento ostensivo nos bairros dos municípios do interior e da capital;

- Equipamentos, viaturas e aparelhamento das polícias civil, militar e bombeiro;
- Acompanhamento psicológico para os policiais;
- Melhor remuneração e qualificação das polícias civil, militar e bombeiro;
- Ampliação do monitoramento da cidade por meio de câmeras;
- Criação de postos do DETRAN
- Construção e reforma de unidades de segurança;
- Policiamento ambiental e fluvial;
- Informatização das Delegacias da Polícia Civil dos municípios do interior;

#### Justiça e Direitos Humanos

- Construção de cadeias e presídios;
- Implantação de unidades da Defensoria Pública nos municípios do interior;
- Desenvolvimento de programa antidroga;
- Implantação de postos do PROCON nos municípios do interior;
- Desenvolvimento de atividades laborais aos detentos e infratores do Sistema Prisional;
- Desenvolvimento de projetos de mutirão da cidadania;
- Contratação de agentes penitenciários.

#### INFRAESTRUTURA

O Governo do Estado do Amazonas apresenta um dos mais representativos volumes de obras e ações já realizados em todo o Estado, beneficiaram tanto a população da Capital quanto a do Interior. São intervenções de todos os tipos, atendendo às mais diversas demandas, desde a recuperação do sistema viário dos municípios, passando pelo saneamento básico e implantação de rede elétrica, até a recuperação e construção de estradas e vicinais. Tais ações são necessárias para a comunicação entre os municípios e o escoamento da produção rural, cujo volume tem aumentado, gradativamente, depois da implantação do Programa Zona Franca Verde, idealizado e implantado pelo Governo do Estado, objetivando a produção sustentável, a valorização da floresta em pé e o resgate da dignidade do homem.

A área de infraestrutura na Capital, direcionada para o sistema viário, tem na Avenida das Torres e nas diversas intervenções viárias realizadas em 2010, o redimensionamento da Max Teixeira, no entroncamento com a Torquato Tapajós; e a construção de uma nova passagem de nível, o ponto alto dessas ações. São intervenções que buscam a redução dos problemas ocasionados pelo crescente número de veículos em uma cidade carente de alternativas viárias.

A Avenida das Torres, entregue em maio de 2010, passou a ser um dos corredores viários mais importantes de Manaus, interligando as regiões Norte e Sul da Capital, aumentando as opções para o escoamento do fluxo de veículos entre as duas zonas da cidade.

Por outro lado, outro problema vivenciado durante anos pelos moradores das regiões Norte e Leste de Manaus, é a falta sistemática de água em suas torneiras, que caminha em direção a uma solução definitiva, em parceria com o Governo Federal, que propiciou a criação do Programa Água para Manaus (PROAMA), cujas obras civis estão concluídas, faltando apenas a eletrificação do sistema e a realização dos testes iniciais de captação, tratamento e distribuição de água.

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) contabilizou em 2010 a inauguração dos igarapés do Franco e Bombeamento, no bairro da Compensa; Sapolândia, no bairro da Alvorada, na zona Centro-Oeste; igarapé do Bindá, no bairro da União; e igarapé do Santo Agostinho, entre a Compensa e o bairro de Santo Agostinho. O Prosamim é considerado referência internacional e será levado também para o interior do Estado.

As intervenções viárias realizadas pelo Prosamim, nas margens do igarapé do Franco, foram da mais alta importância para o tráfego de veículos naquela região da cidade, com a construção de pontes e de um sistema viário inteiramente novo na margem esquerda do igarapé. Além das novas pontes construídas sobre o igarapé do Franco, o Governo do Estado também construiu, via PROSAMIM, uma quarta ponte sobre o igarapé do São Raimundo, interligando o novo viário na Avenida Brasil-Compensa com o Boulevard Álvaro Maia, no Centro, aumentando as alternativas viárias entre o Centro e a região Oeste de Manaus.

Com relação à Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo de 2014, o Governo do Estado criou uma estrutura especial para gerenciar o pleno atendimento às exigências da *Fédération Internationale de Football Association (FIFA)*, com destaque para o setor viário, no quesito mobilidade e acessibilidade.

Mesmo com esse volume de obras, a Pesquisa de Consulta à Sociedade registra as demandas nos vários segmentos da infraestrutura, principalmente, nos municípios do Interior, tais como:

#### Habitação

- Incentivo a aquisição da casa própria;
- Construção de casas populares;
- Erradicação das palafitas ao longo da orla fluvial;
- Adoção de medidas que impeçam invasões.

#### Saneamento Básico

- Instalação de esgoto de esgotos com tratamento antes de despejos nos rios;
- Implantação de aterro sanitário;
- Criação de centro de aproveitamento de lixo urbano e coleta seletiva;
- Construção de fossa séptica;
- Construção de poços artesanais na zona rural;
- Ampliação do fornecimento de água potável;
- Construção, ampliação e recuperação de muro de arrimo nas orlas das cidades;
- Drenagem e recuperação de igarapés.

#### Sistema Viário, Urbanização e Transporte

- Pavimentação das ruas das cidades;
- Ampliação e melhoria das estradas que interligam a capital aos municípios;
- Construção de meio fio, calçadas e sarjetas;
- Abertura e recuperação de estradas vicinais;
- Construção, ampliação e reforma de aeroportos e portos;
- Construção de pontes que interliguem os bairros;
- Construção de parques.

#### Energia

- Expansão da capacidade de energia;
- Expansão do Programa Luz para Todos;
- Renovação das matrizes geradoras de energia elétrica;
- Mudança da matriz energética - energia limpa;
- Implantação do sistema de energia solar na zona rural;
- Instalação de grupos geradores nas comunidades rurais.

#### Comunicação

- Expansão dos serviços de internet;
- Ampliação da telefonia fixa e móvel com cobertura mais diversificada;
- Instalação de telefones públicos na zona urbana e rural.

#### SOCIAL

##### Assistência Social e Cidadania

A política de Assistência Social, integrante da Seguridade Social e marco constitucional, é concebida como política pública, não contributiva, de dimensão universal, de responsabilidade estatal, como direito de cidadania, com potencialidade de ampliar os direitos sociais para os cidadãos de acordo com suas necessidades, a partir de sua condição inerente de sujeito de direito. Garantida na Constituição Federal, 1988, Art. 194 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - Lei Federal nº 8.742 (7 de dezembro de 1993), alterada pela Lei nº 12.435, 06 de julho de 2011. Esta lei determina a primazia do Estado na coordenação desta política e preconiza a necessidade de um órgão específico que assumira esta responsabilidade.

O Governo do Estado do Amazonas articula ações interinstitucionais no âmbito da Assistência Social e Cidadania, com o objetivo de promover a inclusão social, a emancipação, o acesso ao pleno exercício da cidadania e a universalização de garantias de direitos à população em situação de pobreza e vulnerabilidade, contribuindo deste modo para a melhoria da qualidade de vida dos usuários, oferecendo condições para a família prover suas necessidades básicas e sociais, no intuito de elevar o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, do Estado do Amazonas, sendo este último realizado por estimativa pelo Banco Central do Brasil, com base em dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD realizado pelo IBGE em 2007.

##### Atores e Competências

Os princípios contidos na Norma Operacional Básica - NOB/SUAS englobam todos os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), órgãos, gestores e executores dos serviços socioassistenciais, instituições e organizações governamentais e não governamentais da assistência social.

A promoção de apoio às famílias, sobretudo aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, passa obrigatoriamente pela busca dos objetivos prioritários do desenvolvimento humano, especificamente aos relativos à eliminação da pobreza, acesso à promoção da igualdade social entre gêneros e a proteção integral aos seus membros (crianças, adolescentes e jovens, homens, mulheres, idosos e pessoas com deficiência).

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) reorganiza os programas, projetos e serviços voltados aos direitos de cidadania e a quem dela necessita. Garante proteção social

básica e especial de média e alta complexidade, tendo centralidade na família em todo o território do Amazonas, ou seja, o espaço social onde seus usuários vivem.

#### Cenário atual do Setor

A Assistência Social no âmbito do Estado do Amazonas organiza-se em duas dimensões: uma com ênfase pela qualidade dos serviços socioassistenciais e a outra pelo aprimoramento da gestão. Dentre as ações realizadas na gestão da política de assistência social, destacam-se: o apoio técnico e o acompanhamento aos 62 municípios do Estado.

No que diz respeito ao reordenamento institucional e programática dos Gestores Estaduais e Municipais da Assistência Social do Amazonas, estes ainda não atingiram a sua completude, considerando não só os limites estruturais, mas, também, as dimensões e distâncias territoriais, e as dificuldades de acesso aos municípios, fatos que permeiam a realidade do maior estado do Brasil em densidade demográfica, como pode ser observado em sua dimensão.

De acordo com as informações da pesquisa do IBGE em 2010 relativas à população, o Estado do Amazonas apresentou um aumento de 8,4% da população de 3.221.940 em 2007 para 3.480.937 em 2010.

O Amazonas se encontra em 9º lugar no ranking da população em situação de extrema pobreza: 18,63% (648.694 de pessoas, estimativa do IBGE 2010), em relação aos demais estados do Brasil, comparado com o último levantamento realizado no período de 2006-2008 (LEP/CAEN, a partir de microdados da PNAD/IBGE), onde se encontrava em 10º lugar, demonstrando claramente os impasses significativos ainda não totalmente superados em termos de implantação e execução no que preconizam as legislações e normas vigentes da Política Pública da Assistência Social e do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

Dados levantados preliminares do universo do Censo 2010 indicam que nos últimos anos o governo do Brasil se aproximou das pessoas vulnerabilizadas. Assim, 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta e 36 milhões entraram na classe média.

Apesar de todo o esforço, 16 milhões de pessoas ainda permanecem na pobreza extrema. Dentre os motivos, há uma situação de miséria que dificilmente é alcançada pela ação do Estado, ficando perdida nos lugares mais longínquos desse imenso território ou em zonas segregadas das grandes cidades.

Assim, o contingente de pessoas em extrema pobreza totaliza 16,27 milhões de pessoas, que representa 8,5% da população total. Essas informações estão demonstradas a seguir, por região:

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL DE PESSOAS	%	URBANO		RURAL	
			Pessoas	%	Pessoas	%
Brasil	16.267.197	100%	8.673.845	53%	7.593.352	47%
Norte	2.658.452	17%	1.158.501	44%	1.499.951	56%
Nordeste	9.609.803	59%	4.560.486	48%	5.049.317	52%
Sudeste	2.725.532	17%	2.144.624	79%	580.908	21%
Sul	715.961	4%	437.346	61%	278.615	39%
Centro-Oeste	557.449	3%	372.888	67%	184.561	33%

Fonte: Censo IBGE 2010. (Domicílios particulares permanentes e ocupados).

Embora apenas 15,6% da população brasileira reside em áreas rurais, dentre as pessoas em estado de extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade (46,7%). A outra parte (53,3%) situa-se em áreas urbanas, onde reside a maior parte da população: 84,4%.

A identificação das desigualdades regionais e condições estruturais municipais, organizado de acordo com a adesão dos municípios no SUAS por níveis de Gestão Básica e Plena, tem se constituído uma das nossas prioridades. Assim, em termos de habilitação de Gestão dos 62 municípios do Estado, apenas cinco estão habilitados em Gestão Plena e 57 em Gestão Básica.

O funcionamento adequado do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS apresentam-se ainda com pendências ou dificuldades a serem superadas, daí serem considerados o interesse, a atenção e a necessidade do apoio técnico institucional.

#### Participação Social

A política pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais levando em conta as desigualdades socioterritoriais, visando à garantia dos mínimos sociais. Nessa perspectiva, o Governo do Estado, com base na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, tem como finalidade continuar a atender no decorrer de 2012-2015 as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, como segue:

- Prover serviços, programas, projetos e serviços de proteção social básica e/ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais;
- Assegurar que os serviços prestados no âmbito da assistência social tenham

centralidade voltada para a família, garantindo uma convivência familiar estruturada e comunitária.

Ainda existem outros fatores a serem considerados importantes e relevantes, como a ampliação e readequação dos espaços físicos para famílias e idosos, mulheres e demais segmentos; adquirir equipamentos e materiais permanentes modernos, contrato de pessoas na área da assistência social e outros.

#### Situação do setor no contexto nacional

A Política Nacional de Assistência Social estabelece princípios e diretrizes para a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, resultado de amplos debates realizados em todos os Estados e no Distrito Federal, por meio de proposta preliminar elaborada pela Secretaria Nacional de Assistência Social - Sistema Nacional da Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, com a participação ativa do Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS, dando cumprimento às deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social.

A regulação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e sua efetiva implantação e implementação em nível nacional, supõe um Estado que recupere a capacidade de direção política e reconstrua as bases de legitimidade social diante da população, recusando qualquer padrão minimalista na obtenção dos requisitos necessários para sua operacionalização.

Consolidando a implementação do SUAS, o Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS aprovou também em 13/12/2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH), instrumento responsável pela definição das responsabilidades na política de trabalho da área. A NOB/RH, sendo uma das deliberações da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social que aconteceram em dezembro de 2005.

O Sistema Único da Assistência Social - SUAS, por resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), vigora na prática há seis anos, desde 15 de julho de 2005, e no dia 6 de julho de 2011, a presidenta Dilma Rousseff assinou o projeto que garante a continuidade do repasse de benefícios de transferência de renda à população vulnerável e para os serviços ofertados nos Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS, que garantem a proteção social à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, por meio de uma rede descentralizada que envolve gestores de 99,5% dos municípios brasileiros. Isso significa que prefeituras, estados e o Distrito Federal têm autonomia para gerir a assistência social de forma organizada e com o apoio do Governo Federal, por meio de repasses de recursos.

Com a nova lei, serão adensadas as regulamentações, orientações e financiamentos, permitindo ao Estado assumir plenamente sua responsabilidade. No que deverá acontecer a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, pautada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), marcada para o período de 7 a 10 de dezembro de 2011, em Brasília, conforme Portaria MDS/CNAS nº 1, 17 de dezembro de 2010. Essa convocação desencadeia o processo de discussões e debates nas três esferas de governo que tratará sobre os avanços na consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios, e ainda avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento.

A execução do sistema requer o aprimoramento permanente de aspectos importantes, como a descentralização político-administrativa, o co-financiamento, o controle social e a gestão. Esta execução responde a requisitos de desenvolvimento da sociedade brasileira, como a erradicação da extrema pobreza, tarefa vinculada estruturalmente à geração de oportunidades, à qualificação dos serviços socioassistenciais e o aprimoramento das iniciativas de transferência de renda.

#### Análise Retrospectiva

Passando por um redimensionamento, a Política de Assistência Social e Cidadania aprimorou sua gestão embasada no Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal, instrumento de reforço para maior integração entre o governo federal e governos estaduais e municipais, no sentido de diminuir a vulnerabilidade social, trabalhando a inclusão das famílias e de todos os cidadãos que necessitam.

As propostas de trabalho operacionalizadas no Estado do Amazonas foram executadas por meio dos programas e serviços, possibilitando maior diversificação e amplitude de recursos e atividades, subsidiando a execução da Política Nacional da Assistência Social no Estado do Amazonas, coordenada pela SEAS.

Dentre as atividades da política de assistência social, situa-se a inclusão social das pessoas com deficiência, por meio da efetivação dos direitos, cabendo destacar que as questões referentes a este segmento são conduzidas na esfera dos direitos humanos. Tornou-se fundamental a promoção de acessibilidade na garantia e oportunidade às pessoas com deficiência de participarem plenamente na sociedade, valorizando o princípio do movimento de vida independente, assinalando a autonomia e independência individuais das pessoas com deficiência.

Deste modo, é urgente o aprofundamento da capacidade de intervenção e proposição de ações no campo da cidadania dessa parcela expressiva da sociedade, sendo assegurado o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade, do Estado e do Poder Público.

O Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, implantou e implementou serviços diversificados tanto na capital quanto no interior do estado do Amazonas, ampliando os serviços nas áreas de Atenção à Mulher, à Criança, ao Adolescente e ao Idoso e demais usuários, com a implantação da Rede da Mulher, reforma realizada no Centro Socioeducativo Senador Raimundo Parente, e ainda, nos quatro Centros de Convivência da Capital - Mutirão, André Araújo, 31 de Março e Maria de Miranda Leão, além da construção do Centro de Convivência do Idoso no município de Iranduba, o que contribuiu significativamente para o aumento da capacidade de abrangência e acesso da população usuária da assistência social.

Outro aspecto importante é a coordenação integral das Ações de Cidadania, por meio do Pronto Atendimento Itinerante - PAI, que oferta serviços nas comunidades mais longínquas do Estado, com os barcos Puxirum I, Puxirum II e Zona Franca Verde, e, ainda, o serviço disponibilizado de acesso à certidão de nascimento, que foi intensificado com a adesão da Campanha da Mobilização Nacional pela Certidão de Nascimento e documentação Básica.

É importante destacar que essas ações foram premiadas nacionalmente em 1º Lugar, no 2º Prêmio "Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família" promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pela operação de Registro Civil de Comunidades Índigenas no Amazonas realizada pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

Ainda por intermédio da SEAS, em dezembro de 2009 o estado do Amazonas foi condecorado com o prêmio federal Santa Quitéria do Maranhão, na Campanha de Erradicação do Sub-Registro de Nascimento, cerimônia realizada em Brasília, na presença do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, premiado na categoria Direitos Humanos.

A Assistência Social assumiu o desafio de promover a proteção e inclusão social daqueles que estão com acesso precário ou nulo aos serviços de proteção social, incluindo nesse âmbito a articulação com outros órgãos parceiros e conveniados que compartilham do mesmo objetivo.

#### Análise Prospectiva

Mudanças expressivas no sentido de reduzir o número da pobreza no país, é o novo desafio do Governo Federal, já iniciado com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, o qual deverá alcançar um público que esteja na linha da extrema de pobreza – renda *per capita* por família de até R\$ 70,00.

O Plano Brasil Sem Miséria foi criado exatamente para ir ao encontro dessas pessoas se encontram, rompendo barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam pessoas e regiões.

Dessa forma, cada Estado deverá formular um Plano de Ação e, o Governo do Estado do Amazonas, proativo neste sentido, já está providenciando um Plano Estadual, a ser executado pela área da assistência social e cidadania, articulada a outros órgãos de políticas públicas, para o combate à extrema pobreza.

A Assistência Social prioriza estabilidade da garantia de proteção social não contributiva, embasada nas metas nacionais do Plano Decenal SUAS - Plano 10, dentre estes, aumentar o número de famílias com cobertura de serviços socioassistenciais; elaborar padrões de qualidade dos serviços socioassistenciais para orientação aos municípios; implantar e implementar a vigilância social em todos os municípios; potencializar a proteção social básica e especial a idosos e pessoas com deficiência, dependentes, identificando e garantindo o acesso a 100% desse público e outros. Assim como, de acordo com o que expressa o SUAS nos Municípios e Estados "construir uma cultura intersetorial e de articulação das ações que envolvam planejamento e execução de programas e serviços, potencializando resultados e respondendo a totalidade das demandas sociais".

Levando-se em conta o estudo preliminar da necessidade de atendimentos especializados, os índices locais de violência e vulnerabilidade social, o Governo do Amazonas irá investir nos programas sociais, culturais e esportivos na busca da promoção e do bem-estar social da sociedade, comunidades, famílias e indivíduos, dependendo de três elementos, tais como: o gerenciamento de problemas, o atendimento a necessidades e a criação de oportunidades sociais.

Considerando que a área temática social abrange a assistência social, cidadania, cultura, esporte e lazer, registra-se os anseios da sociedade nesses segmentos

#### Assistência Social e Cidadania

- Implantação de centro de reeducação aos menores infratores usuários de droga;
- Implantação de casa de apoio aos doentes que estão em tratamento de saúde na sede dos municípios;
- Construção de centros de convivência social;
- Implantação de casa de apoio à mulher vítima de violência;

- Maior assistência à pessoa com deficiência;
- Implantação do Pronto Atendimento ao Cidadão (PAC) nos municípios do Interior;
- Ampliação dos serviços do Pronto Atendimento Itinerante (PAI);
- Implantação de programa de recuperação dos indígenas com problemas de alcoolismo.

#### Cultura

- Incentivo à arte para jovens e terceira idade;
- Implantação de cursos de artes cênicas, plásticas, música e dança;
- Implantação de bibliotecas informatizadas;
- Implantação de centros culturais com oficinas de artesanato;
- Qualificação dos profissionais da cultura.

#### Esporte e Lazer

- Construção e reforma de quadras poliesportivas, estádios e campos de futebol nos municípios do Interior;
- Investimento e apoio ao esporte e aos atletas locais;
- Incentivo ao esporte para crianças e adolescentes;
- Construção e revitalização de espaços esportivos e áreas de lazer;
- Instalação de equipamentos esportivos em praças e áreas de lazer;
- Capacitação de profissionais na área de esporte, desporto e lazer;
- Implementação de programas desportivos;
- Apoio aos eventos esportivos;
- Incentivo aos jogos indígenas.

#### LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO

No Brasil, três poderes formam os pilares da democracia: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, divididos em suas respectivas esferas de atuação. O Executivo e o Legislativo são observados na União, nos Estados e nos Municípios. Já o Poder Judiciário é de natureza federal e estadual. O Poder Legislativo exerce três funções primordiais para o estabelecimento de uma sociedade, que é representar a população, legislar e fiscalizar a aplicação de recursos públicos.

A Assembleia Legislativa tem funções especiais que se relacionam com o interesse público. Nas normas constitucionais existem alguns agentes políticos que são legitimados para iniciar o processo legislativo, ou seja, são pessoas ou órgãos que podem apresentar projetos de lei à Assembleia Legislativa e são exercidos por qualquer deputado estadual, qualquer Comissão da Assembleia Legislativa, pelo governador do Estado, pelo Tribunal de Justiça, pelo Procurador Geral de Justiça e pelo Tribunal de Contas.

No Amazonas, a ampliação e modernização da infraestrutura física da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Estado possibilitou maior eficiência e agilidade nos serviços oferecidos por esses órgãos.

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE), embebido de sua missão constitucional de assegurar a gestão, de regular os recursos públicos em benefício da sociedade, procura otimizar ao máximo a aplicação dos recursos materiais e humanos na busca por excelência em suas ações de controle.

O TCE, por meio da Escola de Contas Públicas, tem dado ênfase às atividades de treinamento e aperfeiçoamento de seu corpo técnico e dos jurisdicionados, contribuindo para a melhoria dos padrões de desempenho.

O Projeto Reformar possibilitou a implantação sistemática de documento e processo eletrônico na área administrativa e de controle externo, substituindo a utilização de documento em papel, otimizando os processos de trabalho, dando maior agilidade e qualidade na instrução e tramitação de documentos. Com esse sistema, o TCE tornou-se órgão de referência no assunto "Segurança da Informação", sendo procurado por outros órgãos da administração pública de outros estados.

O Tribunal de Justiça do Amazonas nas últimas décadas, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade amazonense, vem realizando inúmeras adequações em procedimentos e investimentos em pessoal, infraestrutura e tecnologia, buscando sempre a promoção da justiça. Em razão do amplo crescimento da demanda pelos serviços judiciais no estado do Amazonas, o Tribunal de Justiça investe na expansão da sua estrutura, aumentando a quantidade de Varas Especializadas e Juizados Especiais. Exemplo desse investimento são as criações dos Fóruns Desdor, Azarias de Menescal e Desdor, Lúcio Fontes de Rezende, situados nas regiões Leste e Norte da cidade de Manaus, respectivamente, buscando a aproximação dos serviços à comunidade e a celeridade nas sentenças proferidas.

Pensando sempre na qualidade da atividade jurisdicional, o Tribunal de Justiça do Amazonas vem desenvolvendo novos projetos de investimentos com a criação de novos Fóruns, melhoria da estrutura das comarcas do interior e, também, na sua capacidade administrativa. Paralelamente, investimentos na área de tecnologia da informação, com a implementação de sistemas automatizados no controle e manipulação dos processos judiciais, tornam o trâmite processual mais célere, aumentando a eficiência do Poder Judiciário Estadual, satisfazendo, desta forma, às determinações do órgão fiscalizador central do Poder

Judiciário Nacional, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Estão sendo também realizados investimentos na qualificação de pessoal, assim como concursos públicos para o aumento do quantitativo de servidores, buscando atender à demanda das várias unidades que compõem a estrutura do Poder Judiciário Estadual.

#### PLANEJAMENTO E GESTÃO

Dentro da estratégia da ação de planejamento desenvolvida, está a visão de natureza política e técnica que se articula, obedecendo a orientação estratégica de governo e no atendimento a curto, médio e longo prazo, das demandas da sociedade, na busca conjunta de aperfeiçoar a relação equilibrada que deverá presidir e relacionar os recursos disponíveis com demandas sociais, registrando que essas últimas tem sido sempre superior a disponibilidade da primeira.

O processo de otimização das ações de governo tendo como consequência a racionalidade do emprego dos recursos públicos, estrutura-se na base dos conceitos da visão estratégica propiciada pelos mecanismos do planejamento, que passam a despertar as novas práticas gerenciais da administração pública. Essas práticas gerenciais passaram a ter como suporte a mudanças pretendidas, a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade que por princípio estabelece a verdadeira ação de planejamento que é prever, acompanhar, avaliar e propor modificações necessárias às ações das Políticas Públicas do Estado.

A redução de gastos, a eficiência na prestação do serviço público e a capacitação do servidor, constituem a base de um pacote de conquistas que o Governo do Estado garante a modernização dos processos de gestão, melhoria dos gastos públicos, implantação de modernas soluções tecnológicas e transparência da administração pública.

Em busca da melhoria da qualidade profissional dos servidores públicos deste Estado, tanto do primeiro escalão da administração direta e indireta quanto aos servidores das áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública que apresentaram elevado desempenho no exercício de suas atividades, foi possibilitada a participação no evento - EXPOMANAGEMENT nos últimos anos. Propiciando a estes gestores contato com as melhores práticas gerenciais, a partir da interação com renomadas autoridades do universo corporativo, vindo destarte a vislumbrar a possibilidade de aperfeiçoamento nas áreas de planejamento e visão estratégica. Também foi propiciado suporte e acompanhamento à implantação de Sistemas de Gestão da Qualidade, baseados na norma ISO 9001:2000 em onze órgãos da administração pública estadual.

O Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal - PNAGE, implantado pelo Governo do Estado do Amazonas, com o apoio do Governo Federal, num trabalho conjunto dos diversos órgãos estaduais, possibilitou o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- Organização Sistematização e Divulgação da Legislação de Recursos Humanos na Internet - Rhnet - portal de legislação que disponibiliza na internet vasto conteúdo de informações sobre assuntos especializados em recursos humanos.
- Correio Eletrônico Expresso Livre - gera maior transparência, agiliza a comunicação institucional, aumentando a produtividade e diminuindo o tempo de resposta da informação. Proporciona a todos os órgãos a padronização do domínio am.gov.br, gera as mesmas condições de comunicação a todos os órgãos, facilita a localização dos servidores e racionaliza o consumo com papel, telefone, tinta e etc.
- Sistema de Controle de Diárias e Passagens - implantado em todos os órgãos da administração estadual.
- Portal do Servidor - com informações sobre a vida funcional do servidor.
- Sistema de Gestão de Compras e-compras.am - possibilita maior transparência no processo de licitação.
- Rede de Comunicação de Dados - em fibra ótica de alta velocidade, na cidade de Manaus, interligando os órgãos do Governo Estadual, que além de ampliar significativamente a capacidade de comunicação reduz os gastos.

Mesmo com estes avanços, o Sistema Estadual de Planejamento e Gestão ainda apresenta entraves, visto que a maioria dos órgãos não dispõem de um núcleo de planejamento, com pessoas qualificadas numa visão mais ampla e estratégica na área, o que demanda concurso público para o Cargo de Analista de Planejamento. Também verifica-se a necessidade da criação de fato do Comitê de Gestão do Plano Plurianual - PPA para maior eficiência, eficácia e efetividade das execução dos programas e ações do Governo.

Verifica-se, ainda, que nos últimos anos a estrutura do Estado cresceu, o que demandou maiores gastos em custeio, prejudicando assim a aplicação de investimentos em áreas prioritárias do Governo.

## ESTIMATIVA DAS DESPESAS



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Estimativa da Despesa por Área Temática

ÁREA TEMÁTICA	2012	2013/2015	TOTAL	%
Saúde	863.171.000	2.968.687.749	3.831.858.749	7,41
Educação	735.636.648	3.409.544.783	4.145.181.431	8,01
Segurança Pública e Justiça	164.374.849	552.352.460	716.727.309	1,39
Social	162.436.810	607.219.485	769.656.295	1,49
Infraestrutura	495.094.113	2.868.144.666	3.363.238.779	6,50
Econômica	585.605.468	1.321.566.366	1.907.171.834	3,69
Planejamento e Gestão	7.691.390.792	26.283.704.203	33.975.094.995	65,66
Legislativa, Controle Externo e Judiciário	665.847.000	2.371.317.008	3.037.164.008	5,87
<b>TOTAL</b>	<b>11.363.556.680</b>	<b>40.382.536.720</b>	<b>51.746.093.400</b>	<b>100,00</b>



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Estimativa da Despesa por Programa

PROGRAMA	2012	2013/2015	TOTAL	%
- AMAZONAS CULTURAL	61.852.000	216.010.613	277.862.613	0,54
- AMAZONAS EMPREENDEDOR	43.800.000	162.853.310	206.653.310	0,40
- AMAZONAS INDÍGENA	2.405.580	8.379.467	10.785.047	0,02
- AMAZONAS SAÚDE ITINERANTE	2.310.000	7.572.240	9.882.240	0,02
- AMAZONAS SOCIAL	83.171.048	310.983.933	394.154.981	0,76
- AMAZONAS 2020	220.138.528	1.470.034.278	1.690.172.806	3,27
- APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUS	2.046.000	6.793.199	8.839.199	0,02
- ASSISTÊNCIA A PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS TROPICAIS E INFECCIOSAS	7.710.000	25.278.926	32.988.926	0,06
- ASSISTÊNCIA À SAÚDE ONCOLÓGICA	2.309.000	7.650.674	9.959.674	0,02
- ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	157.297.000	536.646.154	693.943.154	1,34
- ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO	640.716.000	2.118.999.044	2.759.715.044	5,33
- ATENÇÃO EM TRAUMATO-ORTOPEDIA E OUTRAS ESPECIALIDADES	5.220.000	17.112.155	22.332.155	0,04
- ATUAÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA	35.185.700	106.957.290	142.142.990	0,27
- ATUAÇÃO LEGISLATIVA	186.414.000	659.317.569	845.731.569	1,63
- CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	1.893.740	6.245.821	8.139.561	0,02
- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	600.000	1.966.915	2.566.915	0,00
- CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS	127.947.000	435.495.595	563.442.595	1,09
- DEFESA JURÍDICA DO ESTADO	311.940	1.011.000	1.322.940	0,00
- DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (RMM)	24.660.685	227.094.818	251.755.503	0,49
- DESENVOLVIMENTO E GARANTIA DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	27.050.000	110.360.518	137.410.518	0,27
- DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	24.553.000	120.382.213	144.935.213	0,28
- EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE	289.353.000	1.797.843.968	2.087.196.968	4,03
- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	41.826.000	158.676.127	200.502.127	0,39
- EDUCAÇÃO SUPERIOR	166.133.648	604.469.508	770.603.156	1,49
- ELIMINAÇÃO DA HANSENIASE E TRATAMENTO DAS DOENÇAS DERMATOLÓGICAS E DST/HIV	101.500	335.315	436.815	0,00
- FOMENTO E APOIO À INICIATIVAS DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E INOVAÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS	84.341.000	299.206.912	383.547.912	0,74
- FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E GESTÃO DE POLÍTICAS	1.999.000	6.553.101	8.552.101	0,02



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Estimativa da Despesa por Programa

PROGRAMA	2012	2013/2015	TOTAL	%
ESTRATÉGICAS E TRANSVERSAIS				
- GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	1.518.000	5.894.560	7.412.560	0,01
- GESTÃO DA RECEITA E DO TESOURO	9.492.983	33.753.874	43.246.857	0,08
- GESTÃO DOS RECURSOS MINERAIS, ÓLEO E GAS, DA GEODIVERSIDADE E DOS RECURSOS HÍDRICOS	17.055.680	48.257.225	65.312.905	0,13
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	238.324.000	848.555.180	1.086.879.180	2,10
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	46.980.015	163.880.100	210.860.115	0,41
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	48.300.800	159.718.776	208.019.576	0,40
- GESTÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	197.616.496	630.751.518	828.368.014	1,60
- HABITAÇÃO	93.949.900	281.064.058	375.013.958	0,72
- HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA	6.062.000	20.053.133	26.115.133	0,05
- INVESTIMENTO EM SAÚDE	25.720.000	182.585.336	208.305.336	0,40
- MAIS JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	9.233.770	40.666.505	49.900.275	0,10



**Valor do Programa** 206.653.310,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	16.199.671,00
Despesa de Capital	453.639,00
Outras Fontes	190.000.000,00

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Bolsa Qualificação Amazonense	Trabalhador beneficiado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	4.022,00
			FIN	480.000,00
Desenvolvimento de Ações Itinerantes de Trabalho e Cidadania	Trabalhador atendido (Unidade)	Estado	FIS	15.360,00
			FIN	336.000,00
Desenvolvimento de Projetos Especiais em Ação	Cidadão atendido (Unidade)	Estado	FIS	17.063,00
			FIN	832.648,00
Desenvolvimento do Projeto Economia Solidária Amazonense	Cidadão atendido (Unidade)	Estado	FIS	6.780,00
			FIN	336.000,00
Desenvolvimento do Projeto Reeducação Profissionalizada	Apenado profissionalizado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	3.960,00
			FIN	384.000,00
Emissão de Carteira do Trabalho e Previdência Social	Cidadão assistido (Unidade)	Estado	FIS	135.000,00
			FIN	240.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Fortalecimento do Artesanato Amazonense	Peça comercializada (Unidade)	Estado	FIS	83.075,00
			FIN	803.008,00
Implementação do Núcleo de Apoio ao Empreendedor - NAE	Cidadão atendido (Unidade)	Estado	FIS	5.111,00
			FIN	480.244,00
Intermediação de Emprego	Vaga captada (Unidade)	Estado	FIS	71.032,00
			FIN	3.551.575,00
Qualificação Profissional e Social	Trabalhador qualificado (Unidade)	Estado	FIS	6.687,00
			FIN	3.520.700,00
Registro de Empresas Mercantis e Implantação da Redesim	Empresa registrada (Unidade)	Estado	FIS	29.300,00
			FIN	1.260.000,00
Seguro Desemprego	Trabalhador habilitado (Unidade)	Estado	FIS	316.000,00
			FIN	4.429.135,00

**Ações não Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado	Financiamento concedido (Unidade)	Estado	FIS	47.500,00
			FIN	190.000.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - ECONÔMICA**

**Objetivo do Governo:** Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:** 3277 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Produção Rural

**Órgãos Participantes:** SEPROR, IDAM

**Objetivo**

Fomentar melhores condições de vida aos homens e mulheres do campo com a criação de novas oportunidades de trabalho e renda, mediante arranjos produtivos sustentáveis, assegurando condições necessárias à produção e seu escoamento, comercialização, agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. Prestar serviços de assistência técnica, extensão rural, florestal e assessoria técnica, social e ambiental para promoção do desenvolvimento rural sustentável.

**Público-alvo:** Agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, aquicultores, assentados da reforma agrária, indígenas, jovens e mulheres rurais; produtores, criadores e suas organizações.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Produção de carne assistida na produção animal (T)	31/12/2010	17.749,00	81.138,00
Produção de madeira de Plano de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala (m³)	31/12/2010	28.796,00	130.316,00
Produtos alimentares assistidos na produção vegetal (UN)	31/12/2010	265.567,00	1.157.282,00
Produtos extrativos assistidos na produção não madeireira (UN)	31/12/2010	5.230,00	23.443,00

**Valor do Programa** 144.935.213,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	95.080.599,00
Despesa de Capital	49.854.614,00

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação do Quadro de Recursos Humanos do IDAM	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	54,00
			FIN	138.000,00
Assistência Técnica, Extensão Rural e Florestal	Agricultor familiar e produtor rural assistidos (Unidade)	Estado	FIS	384.000,00
			FIN	49.549.428,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Capacitação de Agricultores Familiares e Produtores Rurais	Agricultor familiar e produtor rural capacitados (Unidade)	Estado	FIS	36.500,00
			FIN	2.226.573,00
Casas Populares na Zona Rural	Casa construída (Unidade)	Estado	FIS	12,00
			FIN	404.000,00
Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades do IDAM	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Estado	FIS	274,00
			FIN	19.668.917,00
Encontros, Eventos e Feiras para Promoção da Produção Rural	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	115,00
			FIN	3.316.700,00
Expansão da Produção Agrícola	Produtor assistido (Unidade)	Estado	FIS	445.000,00
			FIN	19.072.780,00
Expansão da Produção de Pesca e Aquicultura	Pescador/aquicultor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	60.000,00
			FIN	2.503.000,00
Expansão da Produção Florestal e Fauna	Unidade geográfica delimitada (Unidade)	Estado	FIS	40,00
			FIN	460.000,00
Expansão da Produção Pecuária	Animal vacinado (Unidade)	Estado	FIS	5.950.000,00
			FIN	21.672.780,00
Implantação de Agroindústria de Produtos Agrícolas	Centro construído e implantado (Unidade)	Estado	FIS	67,00
			FIN	3.608.000,00
Implantação de Agroindústria de Produtos Animais	Unidade estruturada (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	408.000,00
Implantação de Agroindústria de Produtos de Pesca e Aquicultura	Unidade implantada (Unidade)	Estado	FIS	29,00
			FIN	3.608.000,00
Implantação de Agroindústria de Produtos de Origem Florestal e Fauna	Unidade construída/ampliada (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	408.000,00
Infraestrutura Agrícola	Unidade estruturada (Unidade)	Estado	FIS	72,00
			FIN	3.604.000,00
Infraestrutura da Pecuária	Unidade estruturada (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	404.000,00
Infraestrutura da Pesca e Aquicultura	Unidade estruturada (Unidade)	Estado	FIS	36,00
			FIN	3.604.000,00
Infraestrutura de Comercialização	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Estado	FIS	42,00
			FIN	2.104.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Infraestrutura de Escoamento da Produção Estradas Vicinais e Transporte	Estrada vicinal construída/recuperada (Quilômetro)	Estado	FIS	230,00
			FIN	4.600.000,00
Infraestrutura de Fauna e Flora	Unidade produtiva estruturada (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	404.000,00
Infraestrutura de Mecanização Agrícola e Implementos	Maquinário e equipamento adquirido (Unidade)	Estado	FIS	21,00
			FIN	2.104.000,00
Organização Social de Produtores Rurais	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	26,00
			FIN	267.035,00
Peixe Popular - Aquisição de Excedentes	Família beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	100.000,00
			FIN	800.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - ECONÔMICA**

**Objetivo do Governo:** Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:** 3244 FOMENTO E APOIO À INICIATIVAS DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E INOVAÇÃO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

**Órgãos Participantes:** FAPEAM

**Objetivo**

Fomentar e apoiar processos de desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, por meio de ações e projetos voltados para o custeio e investimento da pesquisa, formação de recursos humanos, inovação no setor

produtivo, melhoria de infraestrutura, difusão do conhecimento científico tecnológico e intercâmbio de cooperação nacional e internacional, que atendam áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento do Estado do Amazonas.

**Público-alvo:** Estudantes; Pesquisadores; Escolas de Ensino Fundamental e Médio; Instituições de Ensino Superior; Institutos de Pesquisa, Tecnologia e Inovação; Cooperativas e Associações; Setor Produtivo; Organizações governamentais e não-governamentais do Estado do Amazonas e parceiros nacionais e internacionais.

<b>Valor do Programa</b>	<b>383.547.912,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	306.461.333,00
Despesa de Capital	77.086.579,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Apoio à Infraestrutura Organizacional para Tecnologia e Inovação (T&I)	Projeto apoiado (Unidade)	Estado	FIS	149,00
			FIN	87.999.068,00
Fomento à Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia & Inovação	Bolsa implementada (Unidade)	Região do Alto Solimões	FIS	20,00
			FIN	253.700,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	100,00
			FIN	1.250.500,00
		Região do Madeira	FIS	8,00
			FIN	106.600,00
Região do Médio Amazonas	FIS	8,00		
	FIN	90.500,00		



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Fomento à Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia & Inovação	Bolsa implementada (Unidade)	Região do Purus	FIS	4,00
			FIN	36.800,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	28,00
			FIN	299.500,00
Fomento à Popularização e Difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação	Bolsa implementada (Unidade)	Região do Triângulo (Jatá, Juruá, Solimões)	FIS	52,00
			FIN	382.000,00
		Região Metropolitana	FIS	7.665,00
			FIN	113.009.163,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>7.885,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>115.428.763,00</b>
Fomento à Popularização e Difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação	Bolsa implementada (Unidade)	Estado	FIS	645,00
			FIN	21.720.000,00
Fomento a Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação em Instituições Públicas e Privadas e no Setor Produtivo	Projeto fomentado em CT&I (Unidade)	Estado	FIS	710,00
			FIN	154.400.081,00
Intercâmbio e Cooperação Interinstitucional, Nacional e Internacional	Bolsa implementada (Unidade)	Estado	FIS	120,00
			FIN	4.000.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - ECONÔMICA

**Objetivo do Governo:** Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda.

**Tipo de Programa:** Finalístico

## Programa:

3227 GESTÃO DOS RECURSOS MINERAIS, ÓLEO E GÁS, DA GEODIVERSIDADE E DOS RECURSOS

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos

**Órgãos Participantes:** CIGÁS, SEMGRH

## Objetivo

Promover, estabelecer e implementar a política estadual de Mineração, de Óleo e Gás, da Geodiversidade e dos Recursos Hídricos.

**Público-alvo:** Produtores rurais, extrativistas, populações indígenas e tradicionais, ribeirinhos, empresários, empreendedores, investidores, associações, cooperativas, instituições governamentais, pesquisadores, ONGs e sociedade em geral.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA	
			Meta	Valor
Percentual de empreendimentos regularizados/licenciados (%)	31/12/2010	200,00	200,00	
Total arrecadado por Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (MLH)	31/12/2010	124,00	540,00	
<b>Valor do Programa</b>			<b>65.312.905,00</b>	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Despesa Corrente			2.580.555,00	
Despesa de Capital			22.681.950,00	
Outras Fontes			40.050.400,00	

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação do Quadro Funcional da SEMGRH	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	35,00
			FIN	250.000,00
Construção da Sede da SEMGRH	Percentual de execução física (Percentual)	Estado	FIS	100,00
			FIN	3.250.000,00
Geodiversidade e Participação Comunitária e Interinstitucional	Projeto desenvolvido (Unidade)	Estado	FIS	300,00
			FIN	20.231.950,00
Plano Diretor de Mineração, Óleo e Gás	Plano elaborado (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	650.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Plano Estadual de Recursos Hídricos	Documento produzido (Unidade)	Estado	FIS	75,00
			FIN	880.555,00

## Ações não Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação da Rede Física de Gás Natural	Gasoduto enterrado (Metro)	Região Metropolitana	FIS	42.900,00
			FIN	40.050.400,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - ECONÔMICA

**Objetivo do Governo:** Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda.

**Tipo de Programa:** Finalístico

## Programa:

3223 MANAUS 2014 - A COPA DA AMAZÔNIA

**Órgão Responsável:** Governadora

**Órgãos Participantes:** FES, IDAM, SEC, SSP, PCAM, PMAM, CBMAM, SUBCOMANDEC, DETRAN, SEINF, SRMM, UGP COPA, FRMM, SEPLAN, AMAZONASTUR, SEJEL, FVO, FEAS, SEIND

## Objetivo

Promover ações que possibilitem a realização da COPA 2014, na cidade de Manaus, com base nos requerimentos estabelecidos pela FIFA (Federation Internationale de Football Association) e CBF (Confederação Brasileira de Futebol), contemplando os aspectos de infraestrutura, segurança física e lógica, tecnologia da informação, controle e monitoramento, sustentabilidade, acessibilidade, entre outros.

**Público-alvo:** População em geral

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA	
			Meta	Valor
Percentual de Execução Física dos Projetos (%)	31/12/2010	0,00	100,00	

<b>Valor do Programa</b>	<b>1.013.947.876,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	9.898.376,00
Despesa de Capital	1.004.049.500,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ação Preventiva com Serviços Socioassistenciais - Copa 2014	Pessoa assistida (Unidade)	Estado	FIS	35.000,00
			FIN	300.000,00
Ações Integradas da Segurança Pública para a Copa 2014	Campanha realizada (Unidade)	Estado	FIS	30,00
			FIN	1.800.000,00
Atuação do Detran na Copa 2014	Campanha realizada (Unidade)	Estado	FIS	62,00
			FIN	1.650.000,00
Construção da Arena Multiuso	Arena construída (% de execução)	Região Metropolitana	FIS	100,00
			FIN	221.000.000,00
Copa Saudável - Vigilância em Saúde	Plano de ação implementado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	1,00
			FIN	31.370,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Cultura na Copa 2014	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	3,00
			FIN	600.000,00
Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Copa de 2014	Profissional capacitado (Unidade)	Estado	FIS	950,00
			FIN	405.150,00
		Região Metropolitana	FIS	3.110,00
			FIN	1.292.450,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>4.060,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>1.697.600,00</b>



Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014	Profissional capacitado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	6.290,00
			FIN	31.370,00
Implementação da Qualidade da Atenção às Urgências e Emergências	Unidade implementada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	16,00
			FIN	31.370,00
Infraestrutura e Logística para Copa 2014	Projeto desenvolvido (Unidade)	Estado	FIS	20,00
			FIN	871.150,00
		Região Metropolitana	FIS	32,00
			FIN	10.236.848,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>52,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>11.107.998,00</b>
Obras Complementares para o Entorno da Arena Multiuso	Projeto desenvolvido (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	10,00
			FIN	35.000.000,00
Operacionalização do Serviço de Atenção à Saúde do Viajante/Turista	Serviço implantado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	1,00
			FIN	31.370,00
Preparando Manaus para Copa Brasil 2014	Projeto executado (% de Estado execução)	Estado	FIS	100,00
			FIN	3.175.798,00
Produção Orgânica - Copa 2014	Agricultor familiar e produtor rural assistido (Unidade)	Estado	FIS	1.050,00
			FIN	670.000,00
Reforma, Ampliação e Modernização do Centro de Educação Física e Desportos do Estado do Amazonas (Vila Olímpica de Manaus)	Estrutura adequada (Metro quadrado)	Região Metropolitana	FIS	21,00
			FIN	21.000,00
Transporte de Alta Capacidade de Manaus	Projeto desenvolvido (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	33,00
			FIN	736.800.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - ECONÔMICA**

**Objetivo do Governo:** Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**  
3127 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Política Fundiária

**Órgãos Participantes:** SPF, ITEAM

**Objetivo**

Planejar, monitorar e avaliar a implementação da política de gestão territorial; criar assentamento e promover a regularização fundiária.

**Público-alvo:** Administração pública e parceiros de programas e projetos de desenvolvimento territorial; famílias carentes e/ou sob risco social; ocupantes de terras públicas ou privadas em geral.

Indicadores (Unidade de medida)	Data	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
		Índice	Índice	
Quantidade de Títulos Expedidos (%)	07/02/2011	23,00		100,00
<b>Valor do Programa</b>				<b>11.673.921,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Despesa Corrente				10.202.184,00
Despesa de Capital				1.471.737,00

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Cooperação Técnica	Cooperação técnica firmada (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	40.000,00
Desapropriação de Imóveis para Fins de Assentamento	Imóvel desapropriado (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	457.640,00
Desenvolvimento de Ações Fundiárias	Título de terra expedido (Unidade)	Estado	FIS	24.000,00
			FIN	8.468.725,00
Implantação de Escritórios Locais	Unidade implantada (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS	4,00
			FIN	40.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS	4,00
			FIN	40.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Implantação de Escritórios Locais	Unidade implantada (Unidade)	Região do Madeira	FIS	4,00
			FIN	40.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	8,00
			FIN	100.000,00
		Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS	8,00
			FIN	80.000,00
		Região Metropolitana	FIS	8,00
			FIN	140.000,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>36,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>440.000,00</b>
Implementação de Escritórios Locais	Unidade implementada (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	187.278,00

Manutenção do Acervo Fundiário	Acervo mantido (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	1,00
			FIN	40.000,00
Reconstituição de Base Cartográfica e de Documentos	Documento produzido (Unidade)	Estado	FIS	2.000,00
			FIN	1.310.278,00
Regularização Fundiária das Famílias Rurais, Urbanas e em Unidades de Conservação	Família beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	4.000,00
			FIN	730.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - ECONÔMICA**

**Objetivo do Governo:** Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda.

**Tipo de Programa:** Gestao de Políticas Públicas

**Programa:**  
3248 MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Órgãos Participantes:** SDS, IPAAM, FEMA

**Objetivo**

Formular, coordenar e articular a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas.

**Público-alvo:** Produtores florestais e extrativistas, populações tradicionais, ribeirinhos, empresários, empreendedores, associações, cooperativas, instituições governamentais, ONGs e sociedade em geral.

Indicadores (Unidade de medida)	Data	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
		Índice	Índice	
Autos de infração lavrados (UN)	31/12/2010	386,00		1.521,00
Fiscalizações realizadas (UN)	31/12/2010	896,00		5.469,00
Focos de calor (UN)	31/12/2010	667,00		2.357,00
Imóveis rurais cadastrados (UN)	30/12/2011	900,00		3.100,00
Licenças ambientais concedidas (UN)	31/12/2010	2.496,00		11.227,00
<b>Valor do Programa</b>				<b>78.553.683,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Despesa Corrente				50.840.059,00
Despesa de Capital				27.709.624,00
Outras Fontes				4.000,00

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Cadastro Ambiental Rural	Imóvel rural cadastrado (Unidade)	Estado	FIS	300.000,00
			FIN	960.052,00
Conservação e Biodiversidade	Plano de gestão elaborado, publicado e/ou em execução (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	21.578.278,00
Educação Ambiental	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	100,00
			FIN	1.032.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Fiscalização e Monitoramento das Atividades Potencialmente Poluidoras	Fiscalização e monitoramento realizado (Unidade)	Estado	FIS	4.839,00
			FIN	3.942.000,00
Florestas e Extrativismo	Marco legal elaborado (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	1.164.523,00
Gestão Ambiental Integrada	Projeto elaborado e/ou em andamento (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	1.164.523,00
Gestão do Fundo Estadual para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas - Funcflima	Projeto aprovado, executado e monitorado (Unidade)	Estado	FIS	20,00
			FIN	4.278,00
Gestão dos Recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente	Projeto aprovado, executado e monitorado (Unidade)	Estado	FIS	32,00
			FIN	907.278,00
Licenciamento Ambiental das Atividades Potencialmente Poluidoras	Licença ambiental emitida (Unidade)	Estado	FIS	11.227,00
			FIN	2.212.000,00
Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais	Projeto implantado (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	1.164.523,00
Ordenamento Territorial	Ordenamento Territorial e Ambiental do Estado (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	44.420.228,00

**Ações não Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Monitoramento do Programa Bolsa Floresta	Relatório Trimestral emitido (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	4.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - ECONÔMICA**

**Objetivo do Governo:** Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

**Programa:**

3238 POLÍTICA E GESTÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO AMAZONAS

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

**Órgãos Participantes:** SECT

**Objetivo**

Clair políticas públicas voltadas ao fornecimento do sistema local de ciência, tecnologia e inovação do Estado e apoiar o planejamento, implantação, avaliação e controle dos programas e ações desta área voltados ao desenvolvimento socioeconômico regional.

**Público-alvo:** Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia e Inovação Tecnológica-CT&I, órgãos da administração pública estadual e setor produtivo/empresarial.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
% de Institutos de Ciência e Tecnologia Atendidos (%)	30/12/2010	50,00	355,00
% de Municípios atendidos em ações pela SECT (%)	30/12/2010	25,00	210,00
Índice de Gestão Pública de C, T & I (%)	30/12/2009	5,00	165,00
Taxa de Crescimento dos Programas (P), Projetos (Pj) e Ações de Cooperação (Ac) (%)	30/12/2010	50,00	193,00
Taxa de Crescimento Pesquisas Apoiadas (A) e Compartilhadas (C) (%)	26/07/2011	18,00	194,00
<b>Valor do Programa</b>	<b>2.547.014,00</b>		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente	2.547.014,00		
Despesa de Capital			

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Política Pública de CT&I	Reuniões interinstitucionais (Unidade)	Estado	FIS	210,00
			FIN	631.248,00
Difusão e Popularização do Conhecimento Científico e da Inovação Tecnológica	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	46,00
			FIN	1.116.494,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Estímulo e Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Setores Estratégicos	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS	4.600,00
			FIN	541.620,00
Inclusão Social, Científica e Digital e Formação de Recursos Humanos	Projeto apoiado (Unidade)	Estado	FIS	65,00
			FIN	257.652,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - EDUCAÇÃO**

**Objetivo do Governo:** Garantir o acesso da população amazonense à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**

3283 EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

**Órgãos Participantes:** SEDUC, FEICMEB

**Objetivo**

Garantir o acesso da população à educação básica de qualidade, respeitando a diversidade.

**Público-alvo:** Estudantes, professores, outros profissionais da educação e sociedade civil.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Aluno beneficiado por infraestrutura (%)	20/12/2008	75,00	355,00
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Anos Finais (Ind)	30/11/2011	3,10	7,40
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Anos Iniciais (Ind)	30/11/2011	4,50	9,10
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ensino Médio (Ind)	30/11/2011	2,50	5,90
<b>Valor do Programa</b>	<b>2.087.196.968,00</b>		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente	690.037.332,00		
Despesa de Capital	1.397.159.636,00		

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Adequação de Infraestrutura de Tecnologia e Comunicação para o Ensino de Jovens e Adultos	Unidade adequada (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	14.000.000,00
Adequação de Infraestrutura de Tecnologia e Comunicação para o Ensino Especial	Unidade adequada (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	15.000.000,00
Adequação de Infraestrutura de Tecnologia e Comunicação para o Ensino Fundamental	Unidade adequada (Unidade)	Estado	FIS	14,00
			FIN	27.000.000,00
Adequação de Infraestrutura de Tecnologia e Comunicação para o Ensino Médio	Unidade adequada (Unidade)	Estado	FIS	14,00
			FIN	27.000.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Construção e Equipamento de Escolas - Ensino de Jovens e Adultos	Unidade construída e equipada (Unidade)	Estado	FIS	2,00
			FIN	27.000.000,00
Construção e Equipamento de Escolas - Ensino Fundamental	Unidade construída e equipada (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	135.000.000,00
Construção e Equipamento de Escolas - Ensino Médio	Unidade construída e equipada (Unidade)	Estado	FIS	14,00
			FIN	75.000.000,00
Construção e Equipamento de Escolas do Ensino Especial	Aluno contemplado (Unidade)	Estado	FIS	2.300,00
			FIN	7.000.000,00
Construção e Equipamento de Escolas para a Educação Indígena - Ensino Fundamental	Unidade construída e equipada (Unidade)	Estado	FIS	19,00
			FIN	15.000.000,00
Construção e Equipamento dos CETIs (Centros de Educação de Tempo Integral de Ensino) - Ensino Fundamental	Unidade construída e equipada (Unidade)	Estado	FIS	36,00
			FIN	921.275.161,00
Desenvolvimento da Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental	Aluno beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	1.000,00
			FIN	14.000.000,00
Desenvolvimento da Educação Escolar Indígena do Ensino Médio	Aluno contemplado (Unidade)	Estado	FIS	1.000,00
			FIN	12.000.000,00
Expansão do Ensino Presencial por Mediação Tecnológica para o Ensino Fundamental	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	2.500,00
			FIN	54.000.000,00
Expansão do Ensino Presencial por Mediação Tecnológica para o Ensino Médio	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	4.500,00
			FIN	70.051.625,00
Fortalecimento da Gestão Escolar	Unidade administrada (Unidade)	Estado	FIS	700,00
			FIN	528.871.182,00
Reforma das Edificações da Rede para o Ensino Fundamental	Unidade reformada/adequada (Unidade)	Estado	FIS	13,00
			FIN	17.000.000,00
Reforma das Edificações da Rede para o Ensino Médio	Unidade reformada/adequada (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	23.000.000,00
Reforma e Manutenção das Edificações da Rede para o Ensino de Jovens e Adultos	Centro reformado/adequado (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	17.000.000,00
Reforma e Manutenção das Edificações da Rede para o Ensino Especial	Unidade reformada/adequada (Unidade)	Estado	FIS	2,00
			FIN	8.000.000,00
Valorização e Formação do Profissional de Educação	Profissional capacitado (Unidade)	Estado	FIS	10.000,00
			FIN	79.999.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - EDUCAÇÃO**

**Objetivo do Governo:** Garantir o acesso da população amazonense à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**

3249 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

**Órgãos Participantes:** CETAM

**Objetivo**

Promover a oferta de Educação Profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, e de inclusão digital, com o intuito de elevar a empregabilidade e renda dos cidadãos nos vários segmentos econômicos do Estado do Amazonas. Promover estudos, projetos, pesquisa aplicada, bens e serviços de natureza técnica, dentre os quais concursos e processos seletivos em função das demandas sociais relacionadas a atividade interna da instituição e de instituições públicas e privadas.

**Público-alvo:** População do Estado do Amazonas

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Índice de crescimento (Ind)	30/12/2007	6.570,00	24,00
Percentual de serviços realizados (%)	30/12/2010	2,00	8,00
<b>Valor do Programa</b>	<b>200.502.127,00</b>		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente	149.234.183,00		
Despesa de Capital	51.267.944,00		

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Concursos e Processos Seletivos	Concurso ou processo seletivo realizado (Unidade)	Estado	FIS	12,00
			FIN	2.240.000,00
Desenvolvimento de Projetos, Bens e Serviços Técnicos	Projeto desenvolvido (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	1.532.000,00
Educação Profissional Técnica	Cidadão capacitado (Unidade)	Estado	FIS	50.000,00
			FIN	55.575.473,00
Formação Inicial e Continuada	Cidadão capacitado (Unidade)	Estado	FIS	350.000,00
			FIN	52.893.944,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Implantação das Unidades Descentralizadas e dos Núcleos de Formação	Centro implantado (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	32.024.000,00
Inclusão Digital e Sociedade da Informação	Cidadão capacitado (Unidade)	Estado	FIS	370.000,00
			FIN	51.080.710,00
Manutenção das Unidades Descentralizadas e dos Núcleos de Formação	Centro mantido (Unidade)	Estado	FIS	13,00
			FIN	5.156.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - EDUCAÇÃO

**Objetivo do Governo:** Garantir o acesso da população amazonense à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**  
3246 EDUCAÇÃO SUPERIOR

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

**Órgãos Participantes:** UEA

## Objetivo

Formar profissionais de ensino superior em todas as áreas do conhecimento puro e aplicado e atuar como núcleo de inteligência geradora da política desenvolvimentista do Estado.

**Público-alvo:** Comunidade amazônica que busque os ensinamentos e conhecimentos oferecidos pela UEA.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA	
	Data	Índice		
Índice de Desempenho Acadêmico (Índ)	30/12/2010		1,60	7,10
Índice de Qualificação Docente da Instituição (Índ)	30/12/2010		2,85	12,90

**Valor do Programa** 770.603.156,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	492.758.060,00
Despesa de Capital	277.845.096,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação, Construção, Modernização e Reforma da Rede Física da UEA	Unidade ampliada, construída e reformada (Unidade)	Estado	FIS	21,00
			FIN	10.168.195,00
Atendimento às Atividades de Extensão e Assuntos Comunitários	Projeto desenvolvido (Unidade)	Estado	FIS	347,00
			FIN	66.106.557,00
Atendimento às Atividades de Graduação	Aluno de graduação (Unidade)	Estado	FIS	23.625,00
			FIN	220.465.570,00
Atendimento às Atividades de Pós-Graduação e Pesquisa	Aluno de pós-graduação (Unidade)	Estado	FIS	2.250,00
			FIN	44.325.826,00
Construção da Cidade Universitária	Cidade Universitária construída (% de execução)	Região Metropolitana	FIS	11,62
			FIN	232.468.113,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Manutenção das Unidades de Ensino da UEA	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	21,00
			FIN	197.068.895,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - EDUCAÇÃO

**Objetivo do Governo:** Garantir o acesso da população amazonense à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

3285 GESTÃO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

**Órgãos Participantes:** SEDUC, FEICMEB

## Objetivo

Prover o órgão de recursos financeiros e administrativos para a manutenção da educação básica.

**Público-alvo:** Alunos, professores e demais servidores da área de Educação.

**Valor do Programa** 1.086.879.180,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	1.086.879.180,00
Despesa de Capital	

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Implementação das Ações Integradas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Infra e Supraestrutura)	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	200.000,00
			FIN	169.824.000,00
Manutenção das Unidades da Rede, Unidades Descentralizadas e Núcleos de Formação - Ensino Médio	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	700,00
			FIN	166.000.000,00
Manutenção das Unidades de Ensino da Rede, Unidades Descentralizadas e Núcleos de Formação - Ensino Fundamental	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	700,00
			FIN	143.000.000,00
Manutenção das Unidades de Ensino de Jovens e Adultos-EJA	Aluno e docente atendido (Unidade)	Estado	FIS	1.000,00
			FIN	8.000.000,00
Manutenção do Ensino Fundamental	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	289.000,00
			FIN	227.000.000,00
Manutenção do Ensino Médio	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	151.000,00
			FIN	221.000.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Manutenção do Ensino Presencial por Mediação Tecnológica do Ensino Fundamental	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	1.210,00
			FIN	70.500.000,00
Manutenção do Ensino Presencial por Mediação Tecnológica do Ensino Médio	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	15.500,00
			FIN	81.555.180,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - INFRAESTRUTURA

**Objetivo do Governo:** Implantar, ampliar, modernizar, melhorar e recuperar a infraestrutura do Estado do Amazonas, de forma a consubstanciar o desenvolvimento socioeconômico com o desenvolvimento humano, visando a geração de emprego e renda para a população amazonense.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**  
3239 AMAZONAS 2020

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Infraestrutura

**Órgãos Participantes:** SEINF, ARSAM, SNPH, COSAMA

## Objetivo

Preparar o Estado do Amazonas para atingir o ano de 2020 com avanços Sociais e Estruturais apropriados ao desenvolvimento econômico e qualidade de vida da Sociedade.

**Público-alvo:** População do Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA	
	Data	Índice		
Extensão da Rede de Água por ligação (m)	31/12/2010		11,02	12,00
Indicador Médio de Saneamento Básico (%)	31/12/2010		0,01	0,01
Índice de atendimento urbano de água (%)	31/12/2010		0,01	0,01
Índice de Hidrômetração (%)	31/12/2010		-1,23	1,23
Percentual de Linhas de Telefonia Móvel Disponibilizada na zona Urbana (%)	31/12/2010		18,00	100,00
Percentual de Acessos de Serviços de Comunicação "Comutada" Disponibilizados (%)	31/12/2010		50,00	100,00
Percentual de Ligações de Energia Disponibiliza nos Domicílios da Zona Urbana e Rural (%)	31/12/2012		100,00	100,00
Percentual de Ligações de Energia Disponibilizadas nos Domicílios pelo Programa Luz para Todos (%)	31/12/2012		100,00	100,00
Percentual de Linhas de Telefonia Fixa Instaladas na Zona Urbana e Rural (%)	31/12/2010		18,00	100,00
Percentual de Linhas de Telefonia Móvel Disponibilizada na zona Urbana e Rural (%)	31/12/2010		18,00	100,00

<b>Valor do Programa</b>	<b>1.690.172.806,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	31.300.306,00
Despesa de Capital	1.658.872.500,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação e Melhoria do Sistema Aeroportuário	Aeroporto ampliado e/ou modernizado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	8,00
			FIN	7.000.000,00
Ampliação e Melhoria dos Serviços de Comunicação Comutada	Acessos disponibilizados (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	80,00
			FIN	4.000.000,00
Ampliação e Melhoria nos Serviços de Banda Larga	Conectividade disponibilizada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	50,00
			FIN	5.000.000,00
Ampliação e Modernização do Sistema Hidroviário	Terminal hidroviário ampliado (Unidade)	Região do Alto Solimões	FIS	8,00
			FIN	16.500.000,00
Ampliação, Melhoria da Rede de Comunicação de Telefonia Fixa e Móvel	Linha telefônica instalada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	4,00
			FIN	4.000,00
Contenção, Melhorias e Recuperação de Encostas, Orlas e Taludes	Estrada mantida e/ou recuperada (Quilômetro)	Região do Rio Negro/Solimões	FIS	4,00
			FIN	22.681.950,00
Controle de Cheias e Vazantes	Contenção realizada (Metro cúbico)	Região Metropolitana	FIS	61.000,00
			FIN	21.585.727,00
Destinação Final de Lixo e Resíduos Sólidos	Aterro sanitário implantado (Unidade)	Região do Baixo Amazonas	FIS	7,00
			FIN	3.500.000,00
Drenagem de Águas Pluviais e Dragagem de Canais	Linha de drenagem e dragagem realizada (Metro cúbico)	Região Metropolitana	FIS	40.000,00
			FIN	8.000.000,00
Fiscalização do Sistema Hidroviário	Porto fiscalizado (Unidade)	Região do Alto Solimões	FIS	4,00
			FIN	80.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	4,00
			FIN	80.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	4,00
			FIN	60.000,00
		Região Metropolitana	FIS	20,00
			FIN	28.672.126,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>32,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>28.892.126,00</b>
Implantação, Ampliação e Melhoria do Sistema de Energia nas Zonas Urbana e Rural	Domicílio beneficiado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	800,00
			FIN	4.000.000,00
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Espaços e Prédios Públicos	Área construída/melhorada (Metro quadrado)	Região Metropolitana	FIS	108.000,00
			FIN	43.000.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Estradas, Rodovias e Vicinas	Estrada construída (Quilômetro)	Região do Médio Amazonas	FIS	13,00
			FIN	157.723.235,00
		Região do Purus	FIS	88,00
			FIN	192.460.600,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	4,00
			FIN	3.920.000,00
		Região do Triângulo (Jutai, Jurua, Solimões)	FIS	227,00
			FIN	117.876.486,00
		Região Metropolitana	FIS	8,00
			FIN	5.000.000,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>340,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>476.980.321,00</b>
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Obras de Artes Especiais	Obra de arte especial construída (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	8,00
			FIN	7.500.000,00
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Portos e Terminais Hidroviários	Porto e terminal implantado (Unidade)	Região do Alto Jurua	FIS	16,00
			FIN	182.639.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS	4,00
			FIN	23.840.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	8,00
			FIN	23.043.000,00
		Região do Médio Amazonas	FIS	4,00
			FIN	15.815.000,00
		Região do Purus	FIS	8,00
			FIN	37.100.000,00

Região do Rio Negro/Solimões	FIS	8,00	
	FIN	24.948.000,00	
Região do Triângulo (Jutai, Jurua, Solimões)	FIS	8,00	
	FIN	17.627.765,00	
Região Metropolitana	FIS	16,00	
	FIN	86.446.000,00	
<b>Total da Ação :</b>		<b>FIS</b>	<b>72,00</b>
		<b>FIN</b>	<b>411.458.765,00</b>



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização do Sistema Viário Urbano	Rua asfaltada (Quilômetro)	Região do Madeira	FIS	16,00
			FIN	20.000.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	77,00
			FIN	579.919.132,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>93,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>599.919.132,00</b>
Implantação, Ampliação, Modernização e Recuperação do Sistema de Abastecimento de Água	Água tratada (Metro cúbico)	Região Metropolitana	FIS	2.000,00
			FIN	4.000.000,00
Implantação, Ampliação, Modernização e Recuperação do Sistema de Esgoto Sanitário	Sistema de esgoto sanitário Ampliado/Recuperado (Quilômetro)	Região do Triângulo (Jutai, Jurua, Solimões)	FIS	17,00
			FIN	5.735.000,00
Implantação de Aeroportos e Helipontos	Aeroporto/heliporto construído (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	4,00
			FIN	4.000.000,00
Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água - COSAMA	Água tratada (Metro cúbico)	Estado	FIS	6.000,00
			FIN	13.007.376,00
Programa Luz para Todos	Domicílio beneficiado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	160,00
			FIN	2.000.000,00
Regulação da Qualidade dos Serviços Públicos Concedidos pelo Estado	Cidadão beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	340.000,00
			FIN	1.428.409,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - INFRAESTRUTURA

**Objetivo do Governo:** Implantar, ampliar, modernizar, melhorar e recuperar a infraestrutura do Estado do Amazonas, de forma a consubstanciar o desenvolvimento socioeconômico com o desenvolvimento humano, visando a geração de emprego e renda para a população amazonense.

**Tipo de Programa:** Finalístico

## Programa:

3214 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (RMM)

**Órgão Responsável:** Governadoria

**Órgãos Participantes:** SEINF, SRMM, FRMM

## Objetivo

Realizar o planejamento integrado e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Metropolitana de Manaus, pautado pela sustentabilidade ambiental.

**Publico-alvo:** População dos municípios que integram a Região Metropolitana e grupos empresariais.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Aumento da participação dos municípios, a exceção de Manaus, no Produto Interno Bruto da Região Metropolitana de Manaus (%)	31/12/2008	4,76	5,00

<b>Valor do Programa</b>	<b>251.755.503,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	2.056.503,00
Despesa de Capital	249.699.000,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Infraestrutura Urbana Viária da Região Metropolitana	Área beneficiada (Quilômetro quadrado)	Região Metropolitana	FIS	7.456,33
			FIN	173.011.283,00
Manutenção e Operacionalização da Ponte sobre o Rio Negro	Contrato firmado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	2,00
			FIN	45.580.120,00
Saneamento Básico para a Região Metropolitana	Família beneficiada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	15.807,00
			FIN	18.073.000,00
Sistema Viário da Região Metropolitana	Estrada e rodovia construída/recuperada (Quilômetro)	Região Metropolitana	FIS	35,00
			FIN	15.091.100,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - INFRAESTRUTURA

**Objetivo do Governo:** Implantar, ampliar, modernizar, melhorar e recuperar a infraestrutura do Estado do Amazonas, de forma a consubstanciar o desenvolvimento socioeconômico com o desenvolvimento humano,

visando a geração de emprego e renda para a população amazonense.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**  
3198 HABITAÇÃO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Infraestrutura

**Órgãos Participantes:** SEINF, SUHAB

**Objetivo**

Reduzir o déficit Habitacional no Amazonas e oferecer condições dignas de moradia para a População de baixa renda e sob Risco Social.

**Público-alvo:** População de baixa renda e sob risco social, e servidores públicos.

<b>Valor do Programa</b>		375.013.958,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		899.900,00
Despesa de Capital		374.114.058,00

#### Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ações Emergenciais de Moradia	Família assistida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	4,00
			FIN	4.000,00
Disponibilização de Casas Populares para a População de Baixa Renda na Capital e Interior do Estado	Casa construída (Unidade)	Região do Triângulo (Jutai, Jurua, Solimões)	FIS	4,00
			FIN	40.000,00
		Região Metropolitana	FIS	40,00
			FIN	404.000,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>44,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>444.000,00</b>
Disponibilização de Casas Populares para a População sob Risco Social	Casa construída (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	12.687,00
			FIN	276.585.958,00
Disponibilização de Casas Populares para Servidores Públicos Estadual	Casa construída (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	330,00
			FIN	14.000.000,00



#### Governo do Estado do Amazonas Plano Plurianual 2012-2015 Anexo II - Programas de Governo

#### Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Manutenção da Infraestrutura de Conjuntos Habitacionais	Infraestrutura melhorada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	4,00
			FIN	4.000,00
Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV	Casa construída (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	2.038,00
			FIN	83.572.000,00
Reconstrução, Ampliação e Melhoria de Moradias para a População sob Risco Social	Casa reconstruída/ampliada/melhorada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	4,00
			FIN	4.000,00
Ressarcimento de Valores Pagos Indevidamente ou por Desistência de Terrenos Comercializados	Pessoa ressarcida (Unidade)	Estado	FIS	40,00
			FIN	400.000,00



#### Governo do Estado do Amazonas Plano Plurianual 2012-2015 Anexo II - Programas de Governo

#### Área Temática - INFRAESTRUTURA

**Objetivo do Governo:** Implantar, ampliar, modernizar, melhorar e recuperar a infraestrutura do Estado do Amazonas, de forma a consubstanciar o desenvolvimento socioeconômico com o desenvolvimento humano, visando a geração de emprego e renda para a população amazonense.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**  
3166 PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Infraestrutura

**Órgãos Participantes:** SEINF, UGPI, FEH, IPAAM

**Objetivo**

Melhorar as condições de moradia da população residente na área do entorno dos igarapés de Manaus

**Público-alvo:** População residente na área do entorno dos igarapés.

<b>Valor do Programa</b>		808.995.512,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		35.406.483,00
Despesa de Capital		773.589.029,00

#### Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Canalização e Dragagem dos Igarapés de Manaus	Drenagem/saneamento realizado (Metro)	Região Metropolitana	FIS	14.300,00
			FIN	71.500.000,00
Ligações Sanitárias Intradomiciliares	Ligação realizada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	15.610,00
			FIN	8.079.433,00
Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional	Drenagem/saneamento realizado (Metro)	Região Metropolitana	FIS	31.040,00
			FIN	599.682.177,00

Plano de Prevenção e Controle da Poluição Industrial - PCCI	Fiscalização e monitoramento realizado (Unidade)	Estado	FIS	46,00
			FIN	12.000,00
Reassentamento, Urbanização e Saneamento Básico do Entorno dos Igarapés	Família reassentada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	1.180,00
			FIN	91.083.512,00
Sustentabilidade Social e Institucional	Família assistida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	13.393,00
			FIN	38.638.390,00



#### Governo do Estado do Amazonas Plano Plurianual 2012-2015 Anexo II - Programas de Governo

#### Área Temática - INFRAESTRUTURA

**Objetivo do Governo:** Implantar, ampliar, modernizar, melhorar e recuperar a infraestrutura do Estado do Amazonas, de forma a consubstanciar o desenvolvimento socioeconômico com o desenvolvimento humano, visando a geração de emprego e renda para a população amazonense.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**

3278 PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DO INTERIOR DO AMAZONAS

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Infraestrutura

**Órgãos Participantes:** SEINF, FEH

**Objetivo**

Melhorar as condições de moradia e de vida da população residente nas áreas de entorno dos Igarapés de todo Estado do Amazonas.

**Público-alvo:** População residente na área do Entorno dos Igarapés do Interior do Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Índice de recuperação de Igarapés. (%)	31/12/2010	10,00	100,00

<b>Valor do Programa</b>		237.301.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		
Despesa de Capital		237.301.000,00

#### Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Canalização e Dragagem dos Igarapés dos Municípios do Amazonas	Drenagem/saneamento realizado (Metro)	Região do Rio Negro/Solimões	FIS	10,00
			FIN	90.500.000,00
Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional	Igarapé drenado e saneado (Unidade)	Região do Triângulo (Jutai, Jurua, Solimões)	FIS	4,00
			FIN	30.500.000,00
Reassentamento, Urbanização e Saneamento do Entorno dos Igarapés dos Municípios do Amazonas	Família reassentada (Unidade)	Região do Médio Amazonas	FIS	21,00
			FIN	1.000,00
		Região do Triângulo (Jutai, Jurua, Solimões)	FIS	3.069,00
			FIN	76.700.000,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>3.090,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>76.701.000,00</b>



#### Governo do Estado do Amazonas Plano Plurianual 2012-2015 Anexo II - Programas de Governo

#### Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Sustentabilidade Social e Institucional do Interior do Amazonas	Família assistida (Unidade)	Região do Médio Amazonas	FIS	2.000,00
			FIN	12.000.000,00
		Região do Triângulo (Jutai, Jurua, Solimões)	FIS	2.760,00
			FIN	27.600.000,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>4.760,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>39.600.000,00</b>



#### Governo do Estado do Amazonas Plano Plurianual 2012-2015 Anexo II - Programas de Governo

#### Área Temática - LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO

**Objetivo do Governo:** Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente; garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

**Programa:**

3282 ATUAÇÃO LEGISLATIVA

**Órgão Responsável:** Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

**Órgãos Participantes:** ALE

**Objetivo**

Desenvolver as atividades legislferantes com efetividade, eficiência, eficácia e transparência, informando e promovendo a participação da sociedade na consolidação de uma legislação clara e uma fiscalização atuante.

**Público-alvo:** População do Estado do Amazonas

<b>Valor do Programa</b>		845.731.569,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		813.301.778,00

Despesa de Capital 32.429.791,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ações de Informática da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas	Sistema gerido (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	3.108.643,00
Administração e Processamento Legislativo	Unidade administrada (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	642.227.278,00
Ampliação e Aparelhamento da Assembleia Legislativa	Unidade ampliada e aparelhada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	1,00
			FIN	27.070.000,00
Apreciação de Contas Públicas	Parecer realizado (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	8.000,00
Assistência ao Servidor da Assembleia Legislativa	Servidor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	2.300,00
			FIN	149.266.500,00
Instalação e Operacionalização do Canal Aberto de Televisão da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas	Programa veiculado (Unidade)	Estado	FIS	40,00
			FIN	10.388.148,00
Manutenção da Escola do Legislativo	Servidor e Dependente Capacitado (Unidade)	Estado	FIS	8.990,00
			FIN	12.855.000,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Serviços Itinerantes da Assembleia Legislativa	Comunidade atendida (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	808.000,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO

Objetivo do Governo: Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente, garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

0056 CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Órgão Responsável: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Órgãos Participantes: TCE

## Objetivo

Exercer as atribuições constitucionais de fiscalização dos gastos públicos, visando assegurar a boa e regular aplicação dos recursos que a sociedade coloca à disposição do Estado.

Público-alvo: Órgãos públicos da esfera estadual e municipal sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Valor do Programa 563.442.595,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	541.790.595,00
Despesa de Capital	21.652.000,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Amparo ao Servidor do TCE	Servidor amparado (Unidade)	Estado	FIS	687,00
			FIN	47.300.000,00
Assistência aos Servidores	Servidor e dependente assistido (Unidade)	Estado	FIS	815,00
			FIN	26.287.031,00
Construção da Sede da Escola de Contas Públicas do TCE	Percentual de execução física (Percentual)	Estado	FIS	100,00
			FIN	5.000.000,00
Desenvolvimento e Integração de Sistemas de Controle Informatizados	Sistema implantado (Unidade)	Estado	FIS	107,00
			FIN	10.072.000,00
Escola de Contas Públicas do TCE	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS	2.416,00
			FIN	20.750.000,00
Fiscalização Externa da Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos Estaduais e Municipais	Processo examinado (Unidade)	Estado	FIS	63.000,00
			FIN	23.020.000,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Manutenção da Unidade Administrativa	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	137.823.564,00
Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - PROMOEEX	Projeto implantado (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	400.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	Servidor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	700,00
			FIN	292.790.000,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO

Objetivo do Governo: Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente, garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

3234 DESENVOLVIMENTO E GARANTIA DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Órgão Responsável: Procuradoria Geral de Justiça

Órgãos Participantes: PGJ, FAMP

## Objetivo

Dotar a Instituição dos recursos humanos, estrutura física e organizacional, a fim de garantir a efetiva defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Público-alvo: Procuradoria-geral de Justiça, Membros, Servidores e Sociedade do Estado do Amazonas.

Valor do Programa 137.410.518,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	70.643.942,00
Despesa de Capital	66.766.576,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Amparo ao Servidor do Ministério Público	Servidor assistido (Unidade)	Estado	FIS	600,00
			FIN	37.674.000,00
Aparelhamento de Unidades Administrativas e Operacionais	Unidade aparelhada (Unidade)	Estado	FIS	56,00
			FIN	46.448.354,00
Capacitação de Servidores do Ministério Público	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS	1.600,00
			FIN	1.847.000,00
Construção de Unidades Administrativas e Operacionais	Unidade construída (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS	4,00
			FIN	2.600.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS	2,00
			FIN	1.300.000,00
		Região do Alto Solimões	FIS	3,00
			FIN	2.207.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	4,00
			FIN	2.600.000,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Construção de Unidades Administrativas e Operacionais	Unidade construída (Unidade)	Região do Madeira	FIS	4,00
			FIN	2.600.000,00
		Região do Médio Amazonas	FIS	4,00
			FIN	2.419.390,00
		Região do Purus	FIS	2,00
			FIN	2.000.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	3,00
			FIN	3.000.000,00
		Região Metropolitana	FIS	5,00
			FIN	4.300.000,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>31,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>23.026.390,00</b>
Defesa do Meio Ambiente da Ordem Urbanística e do Patrimônio Cultural	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	348.000,00
Desenvolvimento Institucional	Procedimentos implantados (Unidade)	Estado	FIS	20,00
			FIN	16.217.300,00
Prevenção e Atuação no Combate ao Crime, e ao Crime Organizado	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	780.000,00
Promoção dos Direitos Humanos	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	6.105.474,00
Proteção ao Patrimônio Público, das Ordens Tributárias e Econômicas	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	348.000,00
Proteção dos Direitos do Consumidor	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	348.000,00
Proteção e Defesa dos Direitos Individuais e Coletivos	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	348.000,00
Reforma e Ampliação de Unidades Administrativas e Operacionais	Unidade Reformada ou Ampliada (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS	1,00
			FIN	150.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS	2,00
			FIN	350.000,00
		Região do Alto Solimões	FIS	1,00
			FIN	150.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Reforma e Ampliação de Unidades Administrativas e Operacionais	Unidade Reformada ou Ampliada (Unidade)	Região do Médio Amazonas	FIS	1,00
			FIN	300.000,00
		Região do Purus	FIS	2,00
			FIN	300.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	2,00
			FIN	450.000,00
		Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS	4,00
			FIN	850.000,00
		Região Metropolitana	FIS	8,00
			FIN	1.370.000,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>21,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>3.920.000,00</b>



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO

**Objetivo do Governo:** Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente; garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

0025 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA ESTADUAL

**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

**Órgãos Participantes:** TJ, FUNETJ, FUNJEAM

## Objetivo

Garantir ao cidadão amazonense pleno exercício do direito por meio dos serviços jurisdicionais.

**Público-alvo:** População do Estado do Amazonas.

**Valor do Programa** 1.490.579.326,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	1.406.892.095,00
Despesa de Capital	83.687.231,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação do Quadro Funcional - TJ	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	140,00
			FIN	2.000.000,00
Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário Estadual	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS	3.260,00
			FIN	1.460.000,00
Construção e Aparelhamento de Fóruns, Juizados Especiais e Residências no Interior para Magistrados	Unidade construída/aparelhada (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	18.689.950,00
Manutenção e Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais	Processo julgado (Unidade)	Região do Rio Negro/Solimões	FIS	17.600,00
			FIN	43.000,00
		Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS	35.200,00
			FIN	86.000,00
		Região Metropolitana	FIS	87.200,00
			FIN	731.000,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>140.000,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>860.000,00</b>



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Operacionalização da Escola Superior de Magistratura	Aluno matriculado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	245,00
			FIN	2.820.918,00
Processamento e Julgamento das Causas Definidas na Constituição e nas Leis	Processo julgado (Unidade)	Estado	FIS	500.000,00
			FIN	1.464.708.458,00
Serviços Especializados nos Processos da Justiça Gratuita	Processo julgado (Unidade)	Estado	FIS	1.400,00
			FIN	40.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo do Governo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública

estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

**Tipo de Programa:** Finalístico

## Programa:

3168 CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Administração e Gestão

**Órgãos Participantes:** SEGOV, AGECOM, SEPROR, IDAM, SPF, ITEAM, SEC, SSP, SEINF, UGPI, SUHAB, CGE, CGL, SRMM, GVG, SEAD, SEFAZ, FFMF, SEPLAN, SEJEL, FVO, SDS, IPAAM, SEIND

## Objetivo

Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Governo do Estado com a capacitação e valorização de seus servidores.

**Público-alvo:** Servidor público estadual.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Nº de servidores concluintes (UN)	31/12/2010	12.306,00	27.000,00
<b>Valor do Programa</b>			<b>8.139.561,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			8.139.561,00
Despesa de Capital			

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Capacitação de Servidores Públicos Estaduais	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS	10.000,00
			FIN	7.579.561,00
Capacitação para Captação, Tratamento e Manipulação de Imagens	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS	80,00
			FIN	160.000,00
Qualificação dos Servidores Públicos Estaduais	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS	236,00
			FIN	400.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo do Governo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

**Tipo de Programa:** Finalístico

## Programa:

3135 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DO AMAZONAS - ZONA FRANCA

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

**Órgãos Participantes:** SEGOV, SEPLAN, AFEAM, CIAMA, SEDUC, SDS, ADS, SEARP

## Objetivo

Executar políticas regionais integradas para reverter aspectos negativos que interferem na melhoria das condições de vida da população do Estado.

**Público-alvo:** População do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Aplicação de crédito - Capital (R\$ mil)	07/01/2009	1.267,00	5.320,00
Aplicação de crédito - Interior (R\$ mil)	07/01/2009	1.590,00	6.600,00
Aplicação de inadimplência (R\$ milhão)	07/01/2009	37,00	90,00
Aplicação de recursos (R\$ milhão)	07/01/2009	244,00	1.500,00
Volume de investimento dos projetos - CODAM (R\$ milhão)	07/01/2009	633,00	3.400,00
<b>Valor do Programa</b>			<b>704.165.493,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			221.158.215,00
Despesa de Capital			95.307.278,00
Outras Fontes			387.700.000,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Apoio à Comercialização da Produção Agropecuária, Pecuária, Florestal e Mineral	Produtor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	186.000,00
			FIN	4.329.222,00
Aquisição de Produtos Regionalizados para a Rede Estadual de Ensino	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	380.000,00
			FIN	213.236.460,00
Articulação para as Ações de Desenvolvimento Territorial	Territórios consolidados (Unidade)	Estado	FIS	12,00
			FIN	502.411,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Desenvolvimento de Ações Integradas na Região do Alto Solimões	Unidade gerenciada (Unidade)	Região do Alto Solimões	FIS	9,00
			FIN	72.400.000,00
Formulação e Gestão da Política de Desenvolvimento Econômico e Regional	Estudo e pesquisa realizada (Unidade)	Estado	FIS	14,00
			FIN	13.742.196,00
Fortalecimento da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	218,00
			FIN	2.014.556,00

Gestão Amazonas Territorial	Territórios Apoiados (Unidade)	Estado	FIS	3,00
			FIN	2.014.556,00
Organização e Dinamização de Cadeias Produtivas Florestais, Minerárias, Pesqueiras e Agropecuárias.	Produtor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	186.000,00
			FIN	3.931.656,00
Promoção Comercial: Feiras e Outros Eventos	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	4.294.436,00

## Ações não Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Elaboração e Execução de Projetos para o Desenvolvimento do Amazonas	Projeto gerenciado (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	6.200.000,00
Financiamento de Projetos de Desenvolvimento	Projeto financiado (Unidade)	Estado	FIS	2.010,00
			FIN	381.500.000,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo do Governo: Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Programa:

3192 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Administração e Gestão

Órgãos Participantes: SEAD

Objetivo

Conceder pagamento de auxílio-funeral a família do servidor falecido na atividade, ou ainda a terceiros para custear despesas com funeral.

Público-alvo: Família do servidor falecido na atividade, aposentado ou ainda a terceiros para custear despesas com funeral.

**Valor do Programa** 2.566.915,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	2.566.915,00
Despesa de Capital	

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Encargos com Benefícios Sociais	Família beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	456,00
			FIN	2.566.915,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo do Governo: Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Programa:

3074 DEFESA JURÍDICA DO ESTADO

Órgão Responsável: Governadoria

Órgãos Participantes: PGE

Objetivo

Garantir a defesa judicial e extrajudicial dos interesses estatais.

Público-alvo: Entes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Governo do Estado do Amazonas.

**Valor do Programa** 1.322.940,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	1.267.940,00
Despesa de Capital	35.000,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação do Quadro Funcional da PGE	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	40,00
			FIN	7.000,00
Articulação e Operacionalização da Procuradoria do Estado no Distrito Federal	Unidade funcionando (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	149.500,00
Cobrança da Dívida Ativa e Recuperação do Crédito Tributário	Diligência cumprida (Unidade)	Estado	FIS	180,00
			FIN	18.000,00
Operacionalização do Centro de Estudos Jurídicos	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS	5.100,00
			FIN	1.109.440,00
Reforma e Ampliação do Prédio da Procuradoria Geral do Estado	Percentual de execução física (Percentual)	Região Metropolitana	FIS	100,00
			FIN	39.000,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo do Governo: Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Programa:

3259 GESTÃO DA RECEITA E DO TESOUREIRO

Órgão Responsável: Secretaria de Estado da Fazenda

Órgãos Participantes: SEFAZ, FFMF

Objetivo

Realizar a arrecadação dos tributos estaduais de forma eficiente e eficaz, desenvolvendo processos de inovação que assegurem a maximização da receita do Estado, bem como gerenciar os recursos orçamentários e financeiros, buscando o equilíbrio das contas públicas, normalizando e efetuando a contabilidade geral do Estado.

Público-alvo: Contribuintes, órgãos da administração pública estadual, seus poderes e, consequentemente, a sociedade amazonense.

**Valor do Programa** 43.246.857,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	19.414.847,00
Despesa de Capital	23.832.010,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Administração Tributária, Financeira, Contábil e Orçamentária	Unidade administrativa em funcionamento (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	17.272.848,00
Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentação das Unidades da SEFAZ	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS	2,00
			FIN	107.160,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS	2,00
			FIN	80.370,00
		Região do Alto Solimões	FIS	2,00
			FIN	129.484,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	3,00
			FIN	183.064,00
		Região do Madeira	FIS	5,00
			FIN	267.900,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentação das Unidades da SEFAZ	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Região do Médio Amazonas	FIS	1,00
			FIN	26.790,00
		Região do Purus	FIS	2,00
			FIN	2.082.130,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	1,00
			FIN	26.788,00
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS	1,00
			FIN	75.904,00
		Região Metropolitana	FIS	12,00
			FIN	20.208.596,00
		<b>Total da Ação :</b>	<b>FIS</b>	<b>31,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>23.188.186,00</b>
Funcionamento das Unidades da SEFAZ	Unidade mantida (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS	2,00
			FIN	67.943,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS	2,00
			FIN	93.423,00
		Região do Alto Solimões	FIS	2,00
			FIN	161.364,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	4,00
			FIN	326.977,00
		Região do Madeira	FIS	6,00
			FIN	493.725,00
		Região do Médio Amazonas	FIS	1,00
			FIN	50.958,00
		Região do Purus	FIS	2,00
			FIN	135.887,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	1,00
			FIN	67.942,00
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS	1,00
			FIN	50.958,00
		Região Metropolitana	FIS	6,00
			FIN	1.336.646,00





Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
<b>Total da Ação :</b>			FIS	27,00
			FIN	2.785.823,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo do Governo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

3229 GESTÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

**Órgãos Participantes:** CASA CIVIL, SEGOV, AGECOM, IDAM, SEINF, UGPI, ARSAM, SUHAB, SNPH, CASA MILITAR, CGE, CGL, SERGB, IMPEAM, SEAD, SEFAZ, FFMF, SEPLAN, IPEM-AM, PRODAM, AMAZONASTUR

## Objetivo

Realizar a gestão dos serviços ofertados pelo Estado, visando melhoria na capacidade de gestão e planejamento do mesmo, a fim de assegurar eficiência, eficácia e transparência nas ações públicas.

**Público-alvo:** Órgãos da Administração Pública Estadual, seus poderes e, consequentemente a sociedade amazonense.

**Valor do Programa** 828.368.014,00

## Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	422.675.020,00
Despesa de Capital	42.492.994,00
Outras Fontes	363.200.000,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Acompanhamento e Documentação das Ações de Governo	Mídia impressa e eletrônica disponibilizada (Unidade)	Estado	FIS	86.800,00
			FIN	12.000.000,00
Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social	Projeto implementado (Unidade)	Estado	FIS	48,00
			FIN	27.588.000,00
Articulação Política do Governo do Amazonas	Articulação realizada (Unidade)	Estado	FIS	1.070,00
			FIN	20.158.260,00
Auditoria e Controle Interno	Auditoria realizada (Unidade)	Estado	FIS	336,00
			FIN	130.000,00
Cerimonial Público	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	472,00
			FIN	1.585.438,00
Desenvolvimento de Estudos, Pesquisas e Geoprocessamento	Pesquisa realizada (Unidade)	Estado	FIS	21,00
			FIN	3.006.105,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Disseminação de Valores Éticos e da Transparência no Serviço Público	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	48,00
			FIN	40.000,00
Divulgação e Publicidade das Ações de Governo	Peça publicitária veiculada (Unidade)	Estado	FIS	1.400,00
			FIN	115.833.664,00
Edição do Diário Oficial do Estado	Jornal publicado (Unidade)	Estado	FIS	184.000,00
			FIN	35.320.582,00
Fortalecimento da Capacidade de Planejamento e de Gestão do Estado - PNAGE/AMAZONAS	Projeto implementado (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	2.576.662,00
Fortalecimento do Sistema de Planejamento do Estado	Relatório emitido (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	10.736.090,00
Funcionamento da Estrutura de Tecnologia da Informação do Governo do Amazonas	Divulgação Realizada (Unidade)	Estado	FIS	48,00
			FIN	49.000,00
Gestão da Política de Turismo e da Promoção da Marca Amazonas - AMAZONASTUR	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	96,00
			FIN	24.018.014,00
Implantação e Manutenção de Sistemas de Gestão da Qualidade	Órgão certificado (Unidade)	Estado	FIS	10,00
			FIN	6.441.654,00
Modernização Tecnológica e Informatização	Projeto implantado (Unidade)	Estado	FIS	82,00
			FIN	111.558.706,00
	Região Metropolitana		FIS	52,00
			FIN	4.339.652,00
<b>Total da Ação :</b>			FIS	134,00
			FIN	115.898.358,00
Rede Metropolitana de Manaus - METROMAO	Rede metropolitana de cabeamento óptico mantida (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	3.907.937,00

Transporte e Segurança de Autoridades	Ação realizada (Unidade)	Estado	FIS	7.680,00
			FIN	85.887.250,00

## Ações não Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Avaliação da Conformidade	Fiscalização e monitoramento realizado (Unidade)	Estado	FIS	155.000,00
			FIN	8.000.000,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações não Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Controle Metroológico dos Instrumentos de Pesar e Medir	Fiscalização metroológica realizada (Unidade)	Estado	FIS	144.000,00
			FIN	7.200.000,00
Funcionamento da Estrutura de Tecnologia da Informação do Governo do Amazonas	Sistema mantido (Unidade)	Estado	FIS	1.200,00
			FIN	280.000,00
Implantação de Redes Metropolitanas Secundárias	Rede implantada (Unidade)	Região do Rio Negro/Solimões	FIS	12,00
			FIN	12.000.000,00
		Região Metropolitana	FIS	4,00
			FIN	4.000.000,00
<b>Total da Ação :</b>			FIS	16,00
			FIN	16.000.000,00
Implantação de Sistemas Estratégicos e Cooperativos	Sistema implantado (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	20.000.000,00
Implantação do Data Center no Estado	Data Center implantado (% de execução)	Estado	FIS	100,00
			FIN	32.000.000,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo do Governo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

0003 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

**Órgão Responsável:** Governo do Estado do Amazonas

**Órgãos Participantes:** GOVERNO AM, ALE, TCE, PGJ, TJ, FES, IDAM, ITEAM, DETRAN, SEINF, ARSAM, SUHAB, SNPH, IMPEAM, FUNTEC, SEFAZ-EG, SEPLAN, JUCEA, IPEM-AM, FVO, SDS, IPAAM, SECT, CETAM, UEA, FAPEAM, SEIND

## Objetivo

Realizar o Pagamento de Sentenças Judiciais

**Público-alvo:** Credores do Estado

**Valor do Programa** 43.299.721,00

## Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	43.299.721,00
Despesa de Capital	

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	Sentença cumprida (Unidade)	Estado	FIS	13,00
			FIN	13.600,00
Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (precatórios) Devidas pelo Estado, Autarquias e Fundações Públicas	Sentença cumprida (Unidade)	Estado	FIS	1.391,00
			FIN	43.286.121,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo do Governo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

3170 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GERENCIAMENTO DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Fazenda

**Órgãos Participantes:** SEAD, SEFAZ-EG

## Objetivo

Realizar transferência de recursos, restituições e indenizações.

**Público-alvo:** Credores do Governo do Estado.

<b>Valor do Programa</b>	<b>3.433.450.916,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	3.433.450.916,00
Despesa de Capital	

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Contribuição Governamental para o Fundo de Previdência do Servidor Público	Servidor aposentado e pensionista beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	6.896,00
			FIN	2.713.789.971,00
Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	Valor do PASEP recolhido (Reais)	Estado	FIS	611.596.016,00
			FIN	611.596.016,00
Devolução de Tributos e Cauções	Valor do tributo ou caução restituído (Reais)	Estado	FIS	12.000.000,00
			FIN	12.000.000,00
Encargos com Previdência Especial	Pensionista beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	4.113,00
			FIN	88.064.929,00
Serviço de Apoio Administrativo Financeiro ao Estado	Contrato firmado (Unidade)	Estado	FIS	2.000.000,00
			FIN	8.000.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo do Governo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

1408 OPERAÇÕES ESPECIAIS: PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS EMPRESAS ESTATAIS

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

**Órgãos Participantes:** SEINF, SEPLAN, SDS

## Objetivo

Transferir recursos que irão compor a participação societária do Governo do Estado nas Empresas Estatais.

**Público-alvo:** Empresas Estatais.

<b>Valor do Programa</b>	<b>45.658.963,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	19.324.963,00
Despesa de Capital	26.334.000,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Participação do Estado no Capital da ADS	Recurso financeiro repassado (Reais)	Estado	FIS	1.500.500,00
			FIN	1.500.500,00
Participação do Estado no Capital da AMAZONASTUR	Recurso financeiro repassado (Reais)	Estado	FIS	4.294,00
			FIN	4.294,00
Participação do Estado no Capital da CIAMA	Recurso financeiro repassado (Reais)	Estado	FIS	19.329.257,00
			FIN	19.329.257,00
Participação do Estado no Capital da CIGÁS	Recurso financeiro repassado (Reais)	Estado	FIS	1.500.500,00
			FIN	1.500.500,00
Participação do Estado no Capital da COSAMA	Recurso financeiro repassado (Reais)	Estado	FIS	8.330.000,00
			FIN	8.330.000,00
Participação do Estado no Capital da PRODAM	Recurso financeiro repassado (Reais)	Estado	FIS	14.994.412,00
			FIN	14.994.412,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo do Governo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

3179 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Fazenda

**Órgãos Participantes:** SEFAZ-EG

## Objetivo

Realizar transferências constitucionais e legais para os municípios.

**Público-alvo:** Prefeituras Municipais.

<b>Valor do Programa</b>	<b>7.803.279.432,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	7.803.279.432,00
Despesa de Capital	

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS	Valor do ICMS repassado (Reais)	Estado	FIS	6.479.200.000,00
			FIN	6.479.200.000,00
Participação dos Municípios na Arrecadação do Imposto sobre Exportação de Produtos Industrializados	Valor do IPI repassado (Reais)	Estado	FIS	51.259.672,00
			FIN	51.259.672,00
Participação dos Municípios na Arrecadação do IPVA	Valor do IPVA repassado (Reais)	Estado	FIS	1.104.319.780,00
			FIN	1.104.319.780,00
Participação dos Municípios na Cota Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	Cota parte repassada (Reais)	Estado	FIS	35.000.000,00
			FIN	35.000.000,00
Participação dos Municípios no Produto da Exploração do Petróleo e Outros Minerais	Cota parte repassada (Reais)	Estado	FIS	133.500.000,00
			FIN	133.500.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo do Governo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

0004 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÃO)

**Órgão Responsável:** Governo do Estado do Amazonas

**Órgãos Participantes:** GOVERNO AM, SUHAB, SEFAZ-EG, SEIND

## Objetivo

Cumprir Obrigações com o Pagamento da Dívida Interna e Externa.

**Público-alvo:** Credores Especiais.

<b>Valor do Programa</b>	<b>3.562.410.050,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	1.099.452.900,00
Despesa de Capital	2.462.957.150,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	Dívida contratual externa amortizada (Reais)	Estado	FIS	419.383.995,00
			FIN	419.383.995,00
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	Dívida contratual interna amortizada (Reais)	Estado	FIS	3.143.026.055,00
			FIN	3.143.026.055,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo do Governo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

0002 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO

**Órgão Responsável:** Governo do Estado do Amazonas

**Órgãos Participantes:** GOVERNO AM, ALE, TCE, PGJ, TJ, AGECOM, DPE, SEIND

## Objetivo

Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos do Estado, seus pensionistas e dependentes.

**Público-alvo:** Servidores Públicos Estaduais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

<b>Valor do Programa</b>	<b>836.310.047,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	836.310.047,00
Despesa de Capital	

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Encargos com Pessoal Inativo e Pensionistas	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	1.059,00
			FIN	836.310.047,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

## Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo do Governo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

Programa:  
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Órgão Responsável: Reserva de Contingência


Órgãos Participantes: RESERVA

Objetivo  
Garantir os valores legais destinados à Reserva de Contingência.

Público-alvo: Órgãos do Governo do Estado.

<b>Valor do Programa</b>	<b>1.198.938.613,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	
Despesa de Capital	

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Reserva de Contingência	Recurso contingenciado Estado (Reais)	Estado	FIS	1.198.938.613,00
			FIN	1.198.938.613,00

 **Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Objetivo do Governo: Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

Tipo de Programa: Apoio Administrativo

Programa:  
0001 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Órgão Responsável: Governo do Estado do Amazonas


Órgãos Participantes: GOVERNO AM, PGJ, CASA CIVIL, SEGOV, PGE, OGE, AGECON, ERGSP, FES, SEPROR, IDAM, SPF, ITEAM, SEC, SEJUS, COMPAJ, CPDRVP, PFM, HCTP, CAM, SEXAD, PROCON, SSP, PCAM, PMAM, CBMAM, DETRAM, DPE, SEINF, UGPI, ARSAM, SUHAB, SNPH, CASA MILITAR, CGE, CGL, SRMM, SERGB, UGP COPA, IMPEAM, FUNTEC, CVG, SEAD, SEFAZ, SEPLAN, JUCEA, IPEM-AM, SETRAB, SEJEL, FVO, SEDUC, FEICMEB, SDS, IPAAM, SEAS, SECT, CETAM, UEA, FAPEAM, SEARP, SEIND, SEMGRH, SEPED

Objetivo  
Prover os Órgãos da Administração Estadual dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-alvo: Órgãos do Governo do Estado.

<b>Valor do Programa</b>	<b>15.463.437.473,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	15.217.659.377,00
Despesa de Capital	245.778.096,00

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Administração da Unidade	Unidade administrada (Unidade)	Estado	FIS	336,00
			FIN	1.447.812.891,00
Administração de Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto e Telefonia	Unidade administrada (Unidade)	Estado	FIS	1.832,00
			FIN	409.570.428,00
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Servidor assistido (Unidade)	Estado	FIS	18.772,00
			FIN	189.960.418,00
Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Servidor público estadual remunerado (Unidade)	Servidor público militar remunerado (Unidade)	Estado	FIS	108.144,00
			FIN	11.383.272.353,00
Remuneração do Pessoal Ativo (militares) do Estado e Encargos Sociais	Servidor público militar remunerado (Unidade)	Estado	FIS	14.146,00
			FIN	2.032.821.383,00

 **Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - SAÚDE**

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersecretoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3286 AMAZONAS SAÚDE ITINERANTE

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: FES

Objetivo  
Atender demanda de cirurgias e consultas especializadas no interior.

Público-alvo: População usuária do SUS no Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Número de Cirurgias Eletivas (UN)	31/12/2010	3.500,00	14.000,00
Número de Consultas Especializadas (UN)	31/12/2010	9.500,00	24.000,00

<b>Valor do Programa</b>	<b>9.882.240,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	9.882.240,00
Despesa de Capital	

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Apoio ao Pronto Atendimento Itinerante - PAI	Paciente atendido (Unidade)	Estado	FIS	1.840.000,00
			FIN	470.220,00
Operacionalização da Saúde Itinerante - Amazonas	Paciente atendido (Unidade)	Estado	FIS	80.000,00
			FIN	9.412.020,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - SAÚDE**

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersecretoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3243 ASSISTÊNCIA A PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS TROPICAIS E INFECCIOSAS

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: FMT, FES

**Objetivo**

Promover atendimento aos pacientes do Estado do Amazonas acometidos por doenças tropicais e infecciosas.

Público-alvo: População do Estado do Amazonas.

<b>Valor do Programa</b>	<b>32.988.926,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	32.988.244,00
Despesa de Capital	22.682,00

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Atenção à Saúde das Pessoas Vivendo com HIV/Aids e Outras DST's	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS	80.440,00
			FIN	731.570,00
Atendimento ao Portador de Doenças Tropicais e Infecciosas	Paciente atendido (Unidade)	Estado	FIS	1.534.006,00
			FIN	27.876.288,00
Operacionalização dos Laboratórios de Pesquisa da FMT-HVD	Exame realizado (Unidade)	Estado	FIS	5.879,00
			FIN	4.338.287,00
Promoção de Eventos Ligados às Doenças Tropicais e Infecciosas	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	146,00
			FIN	42.781,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - SAÚDE**

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersecretoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3261 ASSISTÊNCIA À SAÚDE ONCOLÓGICA

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: FES, FCECON

**Objetivo**

Diminuir a incidência e a mortalidade de pessoas com câncer no estado do Amazonas.

Público-alvo: População do Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Incidência de câncer, diagnosticados na FCECON em um determinado período. (%)	31/12/2010	10,00	43,40
Taxa de mortalidade geral hospitalar da FCECON por câncer ocorrido em determinado período. (%)	31/12/2010	6,20	23,40

<b>Valor do Programa</b>	<b>9.959.674,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	9.959.674,00
Despesa de Capital	

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Atendimento à População Indígena em Oncologia	Indígena atendido (Unidade)	Estado	FIS	1.077,00
			FIN	1.365.195,00
Desenvolvimento de Atividades Educativas, Preventivas e de Detecção Precoce do Câncer	Campanha realizada (Unidade)	Estado	FIS	24,00
			FIN	526.217,00
Realização de Atividades de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	Projeto desenvolvido (Unidade)	Estado	FIS	140,00
			FIN	684.510,00
Tratamento e Controle do Câncer	Paciente atendido (Unidade)	Estado	FIS	355.585,00
			FIN	7.383.752,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática - SAÚDE

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3258 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: FES

Objetivo

Reestruturar a Assistência Farmacêutica e garantir à população o acesso à assistência farmacêutica nos diversos níveis da atenção à saúde, observando as especificidades e as prioridades regionais definidas nas instâncias gestoras do SUS e adotando medidas que favoreçam a redução dos custos e dos preços.

Público-alvo: População usuária do SUS no Estado.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA	
			Meta	Valor
Gasto per capita com medicamentos (Ind)	31/12/2010	0,01	0,06	

Valor do Programa		693.943.154,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		693.943.154,00
Despesa de Capital		

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Apoio às Farmácias Populares	Farmácia popular mantida (Unidade)	Estado	FIS	6,00
			FIN	5.863.835,00
Fornecimento de Medicamentos e Insumos para a Rede Assistencial do Estado	Unidade de saúde beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	118,00
			FIN	572.641.420,00
Fornecimento de Medicamentos Excepcionais e de Alto Custo	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	104.600,00
			FIN	81.169.589,00
Transferência de Recursos Financeiros à Farmácia Básica nos Municípios	Município beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	62,00
			FIN	34.268.310,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática - SAÚDE

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3276 ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: FES

Objetivo

Garantir o atendimento de média e alta complexidade na assistência à saúde para a população do Estado do Amazonas em nível ambulatorial, internação hospitalar, apoio diagnóstico e terapêutico.

Público-alvo: População do Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA	
			Meta	Valor
Internações hospitalares (SUS) por habitantes (%)	31/12/2010	20,00	100,00	
Procedimentos complementares de média e alta complexidade por consulta médica (%)	31/12/2010	25,00	100,00	

Valor do Programa		2.759.715.044,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		2.759.715.044,00
Despesa de Capital		

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Contratação dos Serviços Cooperativados Assistenciais	Cooperativa contratada (Unidade)	Estado	FIS	23,00
			FIN	1.677.749.683,00
Encaminhamento e Remoção de Pacientes em Tratamento de Saúde Fora de Domicílio	Paciente removido/encaminhado (Unidade)	Estado	FIS	7.600,00
			FIN	39.941.190,00
Fornecimento de Órtese e Prótese em Saúde	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	5.917,00
			FIN	25.476.627,00
Manutenção da Rede Assistencial de Média e Alta Complexidade da Capital	Unidade mantida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	9,00
			FIN	241.744.353,00
Manutenção da Rede Assistencial de Urgência e Emergência na Capital	Unidade mantida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	6,00
			FIN	213.973.727,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Manutenção da Rede Assistencial do Estado no Interior	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	65,00
			FIN	119.789.350,00
Manutenção da Rede Básica Estadual	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	6.468.624,00
Manutenção da Rede Hospitalar e Obstétrica da Capital	Unidade mantida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	10,00
			FIN	66.828.360,00
Manutenção da Rede Telessaúde	Município integrado ao projeto (Unidade)	Estado	FIS	61,00
			FIN	42.781,00
Manutenção das Unidades de Pronto Atendimento - UPA	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	5,00
			FIN	42.781,00
Manutenção do Complexo Regulador do Estado	Complexo regulador mantido (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	2.792.234,00
Manutenção do SAMU	Município com SAMU implantado (Unidade)	Estado	FIS	45,00
			FIN	42.781,00
Manutenção do Serviço de Assistência aos Nefropatas Crônicos	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	9.694.191,00
Operacionalização do Serviço de Remoção Assistencial do Estado	Paciente atendido (Unidade)	Estado	FIS	12.000,00
			FIN	42.781,00
Operacionalização do Serviço de Transporte Sanitário	Paciente transportado (Unidade)	Estado	FIS	1.000,00
			FIN	42.781,00
Saúde em Casa	Pessoa atendida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	2.400,00
			FIN	42.781,00
Saúde na Escola e na Comunidade	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS	21.600,00
			FIN	385.036,00
Serviços Prestados pela Rede Complementar do SUS	Unidade contratada (Unidade)	Estado	FIS	84,00
			FIN	350.336.792,00
Transferência de Recursos da Média e Alta Complexidade aos Municípios	Município beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	6,00
			FIN	4.278.191,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática - SAÚDE

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3275 ATENÇÃO EM TRAUMATO-ORTOPEDIA E OUTRAS ESPECIALIDADES

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: FES

Objetivo

Promover assistência no âmbito da saúde, com ênfase em Traumatologia-Ortopedia, Fisioterapia, ao Ensino e Pesquisa, nas áreas Clínicas, Cirúrgicas e de Apoio ao Diagnóstico.

Público-alvo: População usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), oriundos de demanda espontânea e referenciada.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA	
			Meta	Valor
Percentual de consultas realizadas em Traumatologia-Ortopedia (%)	31/12/2010	37.170,00	350,00	
Percentual de execução de cirurgias de Traumatologia-Ortopedia (%)	31/12/2010	2.375,00	350,00	
Percentual de execução de outras cirurgias (%)	31/12/2010	3.374,00	350,00	
Percentual de procedimentos realizados na fisioterapia (%)	31/12/2010	179.451,00	350,00	

Valor do Programa		22.332.155,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		22.332.155,00
Despesa de Capital		

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Assistência à Saúde nas Áreas Traumatologia-Ortopedia e Outras Especialidades	Paciente atendido (Unidade)	Estado	FIS	325.000,00
			FIN	17.968.402,00
Desenvolvimento de Ensino, Pesquisa e Eventos em Saúde	Profissional qualificado (Unidade)	Estado	FIS	280,00
			FIN	42.781,00
Fornecimento de Órtese e Prótese para Traumatologia-Ortopedia	Material de órtese e prótese dispensada (Unidade)	Estado	FIS	4.600,00
			FIN	4.278.191,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Treinamento de Acadêmicos de Outras Instituições	Acadêmico treinado (Unidade)	Estado	FIS	1.920,00
			FIN	42.781,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática - SAÚDE

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3242 ELIMINAÇÃO DA HANSEIASE E TRATAMENTO DAS DOENÇAS DERMATOLÓGICAS E DST/HIV

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: FUAM, FES

Objetivo

Diagnosticar e tratar com a máxima resolvidade as doenças dermatológicas e sexualmente transmissíveis, bem como coordenar as ações para a eliminação da hanseníase no Estado do Amazonas.

Público-alvo: Pessoas com Hanseníase, doenças dermatológicas e doenças sexualmente transmissíveis.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Coefficiente de detecção da Hanseníase do Estado do Amazonas (Índ)	31/12/2010	24,61	69,92
Coefficiente de prevalência da Hanseníase no Estado do Amazonas (Índ)	31/12/2010	4,80	3,71
<b>Valor do Programa</b>			<b>436.815,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			436.815,00
Despesa de Capital			

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período: 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Inovação Científica e Tecnológica	Artigo científico publicado (Unidade)	Estado	FIS	60,00
			FIN	226.743,00
Monitoramento do Programa de Eliminação da Hanseníase	Município monitorado (Unidade)	Estado	FIS	31,00
			FIN	121.927,00
Resolvidade Diagnóstica e Terapêutica	Procedimento realizado (Unidade)	Estado	FIS	308.000,00
			FIN	88.145,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática - SAÚDE

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3284 FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E GESTÃO DE POLÍTICAS

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: FES

Objetivo

Implementar a Política de Atenção Primária em Saúde, priorizando a Estratégia Saúde da Família como estratégia prioritária da organização da atenção à saúde, e ainda coordenar e monitorar o processo de operacionalização das Políticas Estratégicas e Transversais do SUS no âmbito do Estado, com vistas a ampliação do acesso equitativo e humanizado aos serviços de saúde a partir da Atenção Primária.

Público-alvo: Usuários do SUS no estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Média anual de consultas médicas nas especialidades básicas por habitante (UN)	31/12/2010	1,27	6,30
Média mensal de visitas domiciliares por família (UN)	31/12/2010	0,33	5,10
Proporção da população coberta pelo Programa Saúde da Família - PSF (%)	31/12/2010	36,52	161,75
Taxa de Mortalidade Infantil (Índ)	31/12/2010	16,80	55,50
<b>Valor do Programa</b>			<b>8.552.101,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			8.552.101,00
Despesa de Capital			

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período: 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Apoio à Implementação das Ações de Humanização	Ação de humanização realizada (Unidade)	Estado	FIS	12,00
			FIN	2053.531,00
Apoio à Implementação das Políticas Estratégicas	Município apoiado (Unidade)	Estado	FIS	62,00
			FIN	42.781,00
Apoio à Implementação das Políticas Transversais	Município apoiado (Unidade)	Estado	FIS	62,00
			FIN	342.255,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período: 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Apoio ao Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde	Município apoiado (Unidade)	Estado	FIS	62,00
			FIN	6.113.534,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática - SAÚDE

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3256 HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: HEMOAM, FES

Objetivo

Garantir a execução das políticas públicas relacionadas à Hemoterapia e Hematologia, por meio da obtenção de autossuficiência na distribuição de sangue e seus produtos com qualidade e segurança transfusional. Descentralizar o diagnóstico e tratamentos das doenças hematológicas benignas para a rede básica e para o interior do Estado. Fortalecer a política de treinamento em recursos humanos visando o desenvolvimento técnico-científico e da gestão administrativa institucional contribuindo para a execução adequada e eficiente do recurso público destinados à saúde. Desenvolver o ensino e a pesquisa com foco em linhas de pesquisa voltadas a Hematologia, Hemoterapia e Gestão.

Público-alvo: População do Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Evolução do atendimento da hematologia (Índ)	31/12/2010	14.346,00	61.688,00
Taxa de doador por habitante (%)	31/12/2010	1,39	5,84
<b>Valor do Programa</b>			<b>26.115.133,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			26.115.133,00
Despesa de Capital			

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período: 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Operacionalização das Atividades de Ensino e Pesquisa	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	20,00
			FIN	213.909,00
Operacionalização das Atividades em Hematologia	Procedimento realizado (Unidade)	Estado	FIS	3.326.172,00
			FIN	13.219.610,00
Operacionalização das Atividades em Hemoterapia	Procedimento realizado (Unidade)	Estado	FIS	2.980.036,00
			FIN	12.681.614,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática - SAÚDE

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3267 INVESTIMENTO EM SAÚDE

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: HEMOAM, FUAM, FHAJ, FVS, FES

Objetivo

Melhorar a resolvidade e ampliar a cobertura da assistência ambulatorial e hospitalar no Estado.

Público-alvo: População atendida no Estado.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Varição anual dos investimentos em construção, ampliação, reforma e aparelhamento em unidades de saúde. (%)	31/12/2010	15,00	50,00
<b>Valor do Programa</b>			<b>208.305.336,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			10.249.402,00
Despesa de Capital			198.055.934,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período: 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Adequação Física para Funcionamento da Rede de Regulação em Saúde	Sede adequada/modernizada (Unidade)	Estado	FIS	5,00
			FIN	8.556.382,00
Apoio à Implementação de Convênios e Parcerias com o Estado	Convênio firmado (Unidade)	Estado	FIS	32,00
			FIN	8.768.946,00
Aquisição de Ambulâncias Terrestre e Fluvial nos Municípios	Município beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	61,00
			FIN	62.564,00
Aquisição de Equipamento e Material Permanente na Capital	Unidade equipada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	24,00
			FIN	24.638.803,00
Aquisição de Equipamento e Material Permanente no Interior	Unidade equipada (Unidade)	Estado	FIS	28,00
			FIN	1.892.564,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Co-financiamento para Fortalecimento da Regionalização	Regional beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	9,00
			FIN	62.564,00
Co-financiamento para Reestruturação da Atenção Primária de Saúde no Estado	Município contemplado (Unidade)	Estado	FIS	62,00
			FIN	112.564,00
Construção da Nova Sede da SUSAM	Percentual de execução física (Percentual)	Estado	FIS	100,00
			FIN	21.348.861,00
Construção do Hospital Pronto-Socorro da Zona Norte	Percentual de execução física (Percentual)	Região Metropolitana	FIS	100,00
			FIN	81.865.766,00
Construção e Ampliação da Estrutura Física da Saúde na Capital	Unidade construída/ampliada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	8,00
			FIN	46.880.716,00
Construção e Ampliação da Estrutura Física da Saúde no Interior	Unidade construída/ampliada (Unidade)	Estado	FIS	49,00
			FIN	5.350.755,00
Construção e Ampliação de Estrutura de Gestão para Apoio a Regionalização	Escritório regional construído (Unidade)	Estado	FIS	9,00
			FIN	112.564,00
Desenvolvimento das Atividades de Apoio ao PRODERAM	Comunidade assistida (Unidade)	Região do Alto Solimões	FIS	6,00
			FIN	59.484,00
		Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS	2,00
			FIN	15.644,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>8,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>75.128,00</b>
Implantação da Nova Central Estadual de Transplantes	Central implantada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	1,00
			FIN	4.390.755,00
Implantação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	Unidade implantada (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	1.000.000,00
Implantação do Centro de Reabilitação para Dependentes Químicos	Percentual de execução física (Percentual)	Estado	FIS	100,00
			FIN	512.564,00
Implantação do SAMU	Município atendido (Unidade)	Estado	FIS	32,00
			FIN	212.564,00
Reforma e Adequação da Estrutura Física da Saúde na Capital	Unidade reformada/adequada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	10,00
			FIN	1.888.037,00
Reforma e Adequação da Estrutura Física da Saúde no Interior	Unidade reformada/adequada (Unidade)	Estado	FIS	32,00
			FIN	512.564,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Revitalização do Parque Tecnológico da Saúde	Unidade equipada (Unidade)	Estado	FIS	20,00
			FIN	62.675,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - SAÚDE

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersecretoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3274 VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: FVS, FES

## Objetivo

Buscar a melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Amazonas, por meio da promoção e proteção à saúde, mediante ações integradas das vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e laboratorial, bem como o controle de doenças e agravos, incluindo educação, capacitação, pesquisa e ações interinstitucionais.

Público-alvo: População do Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA	
			Meta	Valor
Cobertura de municípios com inspeções sanitárias realizadas nos estabelecimentos cadastrados, excetos os de alimentação (%)	31/12/2010	28,00		210,00
Cobertura vacinal por tetra-pentavalente em menores de 1 ano (%)	31/12/2010	94,16		380,00
Índice de infestação predial com larvas Aedes Aegypti nos municípios prioritários para o controle da dengue no estado (%)	31/12/2010	1,00		4,00
Proporção de óbitos investigados de mulheres em idade fértil - MIF (de 10 a 49 anos) (%)	31/12/2010	66,27		270,00
Redução percentual da ocorrência do número de casos de Malária (%)	31/12/2010	27,58		120,00
<b>Valor do Programa</b>			<b>50.788.972,00</b>	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Despesa Corrente			50.788.972,00	
Despesa de Capital				

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Análise Laboratorial de Interesse em Saúde Pública - LACEN	Exame realizado (Unidade)	Estado	FIS	202.000,00
			FIN	15.445.337,00
Operacionalização das Ações de Vigilância Ambiental em Saúde	Número de caso de malária (Unidade)	Estado	FIS	91.748,00
			FIN	30.688.144,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Operacionalização das Ações de Vigilância Epidemiológica	Criança vacinada (Unidade)	Estado	FIS	969.512,00
			FIN	1.788.283,00
Operacionalização das Ações de Vigilância Sanitária	Inspeção sanitária realizada (Unidade)	Estado	FIS	27.600,00
			FIN	2.643.674,00
Revitalização dos Sistemas de Informações de Saúde na FVS/AM	Município monitorado (Unidade)	Estado	FIS	62,00
			FIN	223.534,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - SAÚDE

Objetivo do Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersecretoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

## Programa:

3231 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUS

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes: FUAM, FES

## Objetivo

Promover o fortalecimento e a consolidação do SUS/AM; favorecer a participação e o controle social em processo de gestão; capacitar recursos humanos; desenvolver ações de planejamento, controle e avaliação, auditoria, ouvidoria e assessorar os municípios em ações relacionadas à gestão.

Público-alvo: População usuária do SUS no Estado do Amazonas.

## Valor do Programa

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	8.839.199,00
Despesa Corrente	8.839.199,00
Despesa de Capital	

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Apoio ao Controle Social	Conselho apoiado (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	1.069.547,00
Apoio ao Processo de Descentralização da Gestão	Contrato assinado (Unidade)	Estado	FIS	11,00
			FIN	213.909,00
Desenvolvimento das Ações de Educação Permanente em Saúde	Profissional capacitado (Unidade)	Estado	FIS	9.600,00
			FIN	5.372.286,00
Desenvolvimento das Ações de Fortalecimento do Controle Social e Participação Popular/ParticipaSUS	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	95,00
			FIN	42.781,00
Fortalecimento da Comissão Intergestores Bipartite/AM e Comissão Intergestores Regional	Comissão Intergestores implementada (Unidade)	Estado	FIS	10,00
			FIN	1.283.457,00
Fortalecimento das Ações de Gestão do Trabalho da SUSAM e Fundações	Consultoria contratada (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	42.781,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Implementação das Ações de Auditoria/ParticipaSUS	Auditoria realizada (Unidade)	Estado	FIS	58,00
			FIN	213.909,00
Implementação das Ações de Ouvidoria/ParticipaSUS	Ouvidoria implementada (Unidade)	Estado	FIS	37,00
			FIN	213.909,00
Implementação do PlanejaSUS do Amazonas	Município acompanhado (Unidade)	Estado	FIS	62,00
			FIN	42.781,00
Monitoramento, Controle e Avaliação/ParticipaSUS	Instrumento de monitoramento e avaliação elaborado (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	42.781,00
Operacionalização do Cartão SUS	Usuário cadastrado (Unidade)	Estado	FIS	3.600,00
			FIN	213.509,00
Realização de Concurso Público para SUSAM e Fundações	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	16.417,00
			FIN	42.781,00
Realização de Estudos e Pesquisas em Saúde	Estudo e pesquisa realizada (Unidade)	Estado	FIS	12,00
			FIN	44.766,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

Área Temática - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

Objetivo do Governo: Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema carcerário e direitos humanos.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3264 ATUAÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Órgãos Participantes: SSP, PCAM, PMAM, CBMAM, SUBCOMANDEC, DETRAN, FRAI

Objetivo  
Integrar as ações das atividades desenvolvidas pelo Sistema de Segurança Pública, com vistas à promoção da melhoria na qualidade de vida da população do Estado do Amazonas.

Público-alvo: Instituições do Sistema de Segurança Pública

Valor do Programa		142.142.990,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		98.255.434,00
Despesa de Capital		43.887.556,00

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ações da Corregedoria Geral da Segurança Pública	Procedimento realizado (Unidade)	Estado	FIS	7.300,00
			FIN	4.000.000,00
Ações de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico	Ação realizada (Unidade)	Estado	FIS	125,00
			FIN	7.131.710,00
Ações do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública	Profissional qualificado (Unidade)	Estado	FIS	5.000,00
			FIN	1.800.000,00
Ampliação e Melhoria do Quadro de Pessoal do Sistema de Segurança Pública	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	14.239,00
			FIN	3.916.745,00
Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito	Campanha realizada (Unidade)	Estado	FIS	23,00
			FIN	3.708.224,00
Capacitação e Formação dos Servidores da Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros Militar e DETRAN	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS	6.710,00
			FIN	6.020.602,00
Construção e Reforma das Unidades de Segurança Pública	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Estado	FIS	395,00
			FIN	46.920.364,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Emissão e Documentação de CNH e de Documentos de Veículos Automotores	Documentação emitida (Unidade)	Estado	FIS	2.550.000,00
			FIN	39.869.180,00
Fortalecimento das Ações de Caráter Sigiloso	Ação de inteligência (Unidade)	Estado	FIS	40,00
			FIN	2.540.000,00
Implantação dos Postos de Atendimento do Detran - PAD	Posto implantado (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	730.000,00
Modernização e Ampliação do Sistema de Telecomunicações do Sistema de Segurança Pública	Equipamento adquirido (Unidade)	Estado	FIS	449,00
			FIN	12.750.810,00
Potencializar o Atendimento a Ocorrências	Ocorrência atendida (Unidade)	Estado	FIS	32.000,00
			FIN	3.696.390,00
Prevenção e Preparação para Desastres	Intervenção realizada (Unidade)	Estado	FIS	137,00
			FIN	2.626.595,00
Reabilitação e Reconstrução Pós-Desastre	Área reconstruída (Quilômetro quadrado)	Estado	FIS	11,00
			FIN	376.000,00
Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito no Estado	Sinalização horizontal e vertical implantada (Unidade)	Estado	FIS	32,00
			FIN	5.700.000,00
Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre	Pessoas vitimadas (Unidade)	Estado	FIS	2.145,00
			FIN	356.370,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

Área Temática - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

Objetivo do Governo: Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema carcerário e direitos humanos.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3247 PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Órgãos Participantes: SEJUS, PROCON, FUNDECON, FEAD

Objetivo

Exercer a competência legal contribuída ao Estado, para assegurar a promoção de ações de políticas públicas

de Direitos Humanos, de defesa do Consumidor e de Tratamento e Reinserção Social dos presos.  
Público-alvo: Presos, população economicamente carente, consumidores e sociedade em geral.

Valor do Programa		4.440.024,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		4.087.875,00
Despesa de Capital		352.149,00

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Apoio à Justiça e aos Direitos Humanos nos Municípios	Município assistido (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	200.000,00
Apoio e Operacionalização das Atividades de Defesa do Consumidor	Consumidor atendido (Unidade)	Estado	FIS	1.200,00
			FIN	2.847.982,00
Divulgação e Distribuição de Material Informativo ao Consumidor	Consumidor atendido (Unidade)	Estado	FIS	800,00
			FIN	72.000,00
Prevenção ao Uso de Drogas	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	248,00
			FIN	174.678,00
Promoção de Ações e Eventos em Defesa dos Direitos Humanos	Cidadão atendido (Unidade)	Estado	FIS	1.200,00
			FIN	1.080.000,00
Recuperação e Reinserção Social de Usuários de Entorpecentes	Pessoa assistida (Unidade)	Estado	FIS	100,00
			FIN	65.364,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

Área Temática - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

Objetivo do Governo: Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema carcerário e direitos humanos.

Tipo de Programa: Finalístico

Programa:  
3262 RONDA NO BAIRRO

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Órgãos Participantes: SSP, PCAM, PMAM, CBMAM, SEARP

Objetivo

Implantar uma política de segurança pública com foco no cidadão, aperfeiçoando a prevenção e a repressão qualificada nas condutas ofensivas à sociedade através da compatibilização territorial de atuação, integração, modernização organizacional e tecnológica, construção e reforma de infraestrutura, reaparelhamento, inleração, inclusão e capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de metodologia de policiamento comunitário, bem como ações estratégicas dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Amazonas.

Público-alvo: Instituições do Sistema de Segurança e a sociedade amazonense.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Índice de criminalidade (%)	08/06/2011	40,00	75,00

Valor do Programa		109.884.360,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		47.537.026,00
Despesa de Capital		62.347.334,00

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ações de Segurança Pública Junto às Comunidades	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	1.850,00
			FIN	4.401.150,00
		Região Metropolitana	FIS	28.816,00
			FIN	20.000,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>30.666,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>4.421.150,00</b>
Apoio Sociopsicológico aos Servidores do Sistema de Segurança	Servidor/policial assistido (Unidade)	Estado	FIS	18.078,00
			FIN	1.354.722,00
Assistência ao Policiamento Animal	Animal apto para o policiamento (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	132,00
			FIN	7.086.182,00
Equipamentos, Viaturas e Aparelhamento do Sistema de Segurança Pública	Equipamento adquirido (Unidade)	Estado	FIS	5.084,00
			FIN	6.243.695,00
		Região Metropolitana	FIS	75,00
			FIN	60.000.000,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>5.159,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>66.243.695,00</b>
Mobilização Social para a Segurança Pública com Cidadania	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	199,00
			FIN	2.014.556,00
Modernização das Atividades da Polícia Técnico-Científica em Perícias Criminais, Médico-Legais e Dattiloscópicas	Documento expedido (Unidade)	Estado	FIS	1.216.527,00
			FIN	3.838.710,00
Realização de Operações do Sistema de Segurança Pública	Operação realizada (Unidade)	Estado	FIS	5.680,00
			FIN	14.728.955,00
Uniforme e Acessórios para o Sistema de Segurança Pública	Policial militar uniformizado e equipado (Unidade)	Estado	FIS	3.358,00
			FIN	8.556.390,00
Uniformes e Acessórios para os servidores do CBMAM	Uniformes adquiridos (Unidade)	Estado	FIS	2.580,00
			FIN	1.640.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA**

**Objetivo do Governo:** Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema carcerário e direitos humanos.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**  
3260 SISTEMA PENITENCIÁRIO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

**Órgãos Participantes:** SEJUS, COMPAJ, CPDRVP, PFM, HCTP, CAM, SEXAD, FUPEAM

**Objetivo**

Prover as unidades prisionais de condições físicas estruturais adequadas ao custodiamento dos internos do sistema penitenciário, reintegrando o apenado judicial ao convívio social, utilizando e aplicando os recursos jurídicos, laborais, educativos e profissionalizantes, direcionada às condições de cada regime de pena.

**Público-alvo:** População carcerária.

<b>Valor do Programa</b>		<b>41.380.244,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		3.964.684,00
Despesa de Capital		37.415.560,00

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação do Quadro Funcional da SEJUS	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	40,00
			FIN	4.000,00
Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado	Unidade construída (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	11.500.000,00
Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário	Unidade equipada (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	14.255.560,00
Implementação da Escola Penitenciária do Estado	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS	250,00
			FIN	320.000,00
Incentivo a Atividades Laborais	Custodiado beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	840,00
			FIN	76.000,00
Muitidão da Execução Penal no Estado do Amazonas	Processo tramitado (Unidade)	Estado	FIS	40,00
			FIN	4.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Operacionalização das Ações do Fundo Penitenciário de Estado do Amazonas	Apenado assistido (Unidade)	Estado	FIS	692,00
			FIN	3.152.884,00
Profissionalização de Detentos e Albergados	Apenado profissionalizado (Unidade)	Estado	FIS	3.510,00
			FIN	567.800,00
Reforma, Ampliação e Aparelhamento das Unidades Prisionais no Estado	Unidade reformada e ampliada (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	11.500.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA**

**Objetivo do Governo:** Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema carcerário e direitos humanos.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

**Programa:**

3263 GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Segurança Pública

**Órgãos Participantes:** SSP, PCAM, PMAM, CBMAM, DETRAN

**Objetivo**

Promover o gerenciamento da segurança por meio das técnicas de gestão, seguindo uma perspectiva democrática e cidadã, e com rigorosa observância dos direitos humanos, contribuindo com a melhoria e o avanço das atividades de Segurança Pública.

**Público-alvo:** Instituições do Sistema de Segurança Pública

<b>Valor do Programa</b>		<b>211.360.115,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		188.865.969,00
Despesa de Capital		22.494.146,00

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Manutenção da Creche e do Colégio Militar da Polícia Militar	Aluno matriculado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	3.996,00
			FIN	189.846,00

Manutenção das Unidades de Saúde da Polícia Militar	Militar, dependente e funcionário civil da PM atendido (Unidade)	Estado	FIS	4.950,00
			FIN	599.614,00
Melhoria das Unidades do Sistema de Segurança Pública	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	188,00
			FIN	40.833.740,00
Modernização e Manutenção do Sistema de Informações dos Órgãos de Segurança Pública	Sistema mantido (Unidade)	Estado	FIS	78,00
			FIN	19.794.575,00
Operacionalização da Frota do Sistema de Segurança Pública	Frota mantida (Unidade)	Estado	FIS	1.920,00
			FIN	58.650.073,00
Operacionalização do Serviço de Alimentação	Servidor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	1.254,00
			FIN	2.410.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Operacionalização do Serviço de Alimentação	Servidor beneficiado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	10.475,00
			FIN	72.909.687,00
<b>Total da Ação :</b>			FIS	11.729,00
			FIN	75.319.687,00
Operacionalização dos Programas do Plano Nacional de Segurança Pública	Programa apoiado (Unidade)	Estado	FIS	39,00
			FIN	15.972.780,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA**

**Objetivo do Governo:** Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema carcerário e direitos humanos.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

**Programa:**

3266 GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

**Órgãos Participantes:** SEJUS, COMPAJ, CPDRVP, PFM, HCTP, CAM, SEXAD

**Objetivo**

Promover o desenvolvimento da gestão penal assegurando condições dignas aos internos do sistema penitenciário.

**Público-alvo:** População carcerária.

<b>Valor do Programa</b>		<b>208.019.576,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		208.019.576,00
Despesa de Capital		

**Ações Orçamentárias**

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Manutenção do Sistema Penitenciário no Estado	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	72,00
			FIN	208.019.576,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo II - Programas de Governo**

**Área Temática - SOCIAL**

**Objetivo do Governo:** Promover a integração social nas suas mais variadas dimensões, desenvolvendo ações de assistência social, proteção, promoção dos direitos, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**

2003 AMAZONAS CULTURAL

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Cultura

**Órgãos Participantes:** SEC

**Objetivo**

Promover o resgate e a preservação da identidade cultural do Amazonas, bem como a restauração, preservação, conservação e defesa do patrimônio histórico, arquitetônico, documental e da cultura popular.

**Público-alvo:** Artistas, intelectuais, pesquisadores, estudantes, técnicos ligados à área cultural, prestadores de serviços de apoio e visitantes.


Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Índice de Frequência da População nos Espaços / Eventos Culturais (%)	31/12/2010	27,67	115,50

<b>Valor do Programa</b>		<b>277.862.613,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente		265.852.613,00
Despesa de Capital		12.010.000,00



## Ações Orçamentárias


Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Apoio à Execução de Políticas de Desenvolvimento Cultural	Contrato firmado (Unidade)	Estado	FIS	2,00
			FIN	107.649.000,00
Apoio a Projetos Culturais	Recurso financeiro repassado (Reais)	Estado	FIS	10.737.000,00
			FIN	10.737.000,00
Apoio às Festas Populares na Capital e Interior	Recurso financeiro repassado (Reais)	Região do Baixo Amazonas	FIS	13.060.000,00
			FIN	13.060.000,00
		Região do Madeira	FIS	40.000,00
			FIN	40.000,00
		Região Metropolitana	FIS	71.831.000,00
			FIN	71.831.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
<b>Total da Ação :</b>			FIS	<b>84.931.000,00</b>
			FIN	<b>84.931.000,00</b>
Formação Técnica e Artística	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	720,00
			FIN	6.200.000,00
Integração Sistemática das Unidades Culturais	Pessoa atendida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	5.000.000,00
			FIN	37.725.613,00
Prêmios Governo do Estado	Pessoa premiada (Unidade)	Estado	FIS	400,00
			FIN	4.940.000,00
Preservação, Restauração e Manutenção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado	Patrimônio restaurado / mantido (Unidade)	Estado	FIS	11,00
			FIN	13.110.000,00
Realização de Eventos Culturais	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	10,00
			FIN	12.570.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - SOCIAL

**Objetivo do Governo:** Promover a integração social nas suas mais variadas dimensões, desenvolvendo ações de assistência social, proteção, promoção dos direitos, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**  
3006 AMAZONAS INDÍGENA

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado para os Povos Indígenas

**Órgãos Participantes:** SEC, SEIND

## Objetivo

Promover, incentivar e disseminar o etno-desenvolvimento dos povos indígenas do Amazonas.

**Público-alvo:** População indígena do estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Percentual de Indígenas atendidos (%)	31/12/2010	168.000,00	100,00
<b>Valor do Programa</b>			<b>10.785.047,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			6.248.657,00
Despesa de Capital			4.536.390,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Gestão Ambiental e Territorial Compartilhada nas Comunidades Indígenas	Indígena beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	10.500,00
			FIN	1.405.334,00
Produção Sustentável dos Povos Indígenas	Indígena beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	10.500,00
			FIN	4.413.331,00
Promoção dos Direitos Socioculturais dos Povos Indígenas	Indígena beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	10.500,00
			FIN	3.180.791,00
Promoção e Proteção dos Conhecimentos Tradicionais	Indígena beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	5.265,00
			FIN	1.785.591,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - SOCIAL

**Objetivo do Governo:** Promover a integração social nas suas mais variadas dimensões, desenvolvendo ações de assistência social, proteção, promoção dos direitos, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**  
3235 AMAZONAS SOCIAL

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania

**Órgãos Participantes:** OGE, FPS, SEJEL, SEAS, FEAS, FECA, SEARP, SEPED

## Objetivo


Promover a redução da pobreza, a inclusão social e a promoção da cidadania tendo como base a emancipação da família articulando todos os atores sociais públicos e privados.

**Público-alvo:** Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos (famílias e indivíduos).

<b>Valor do Programa</b>		<b>394.154.981,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Despesa Corrente	377.629.425,00	
Despesa de Capital	16.525.556,00	

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Acolhimento Institucional	Pessoa assistida (Unidade)	Estado	FIS	6.800,00
			FIN	20.966.000,00
Amazonas sem Miséria	Família beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	86.250,00
			FIN	3.980.875,00
Ame a Vida	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS	660.000,00
			FIN	31.030.930,00
Apoio Financeiro a Iniciativas de Geração de Emprego, Renda e Exercício da Cidadania	Iniciativa apoiada (Unidade)	Estado	FIS	38,00
			FIN	6.698.956,00
Apoio Financeiro a Iniciativas de Inclusão Social	Iniciativa apoiada (Unidade)	Estado	FIS	56,00
			FIN	18.883.956,00
Articulação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Social	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	4.520,00
			FIN	2.014.556,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Benefícios Socioassistenciais	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS	203.000,00
			FIN	13.292.873,00
Construção e Adequações de Espaço Físico à Pessoa com Deficiência	Estrutura construída (% de execução)	Estado	FIS	100,00
			FIN	671.000,00
Construção, Reforma e Equipamento de Unidades de Atendimento Socioeducativo	Centro construído/reformado (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	705.000,00
Descentralização dos Serviços Socioassistenciais	Entidade conveniada (Unidade)	Estado	FIS	120,00
			FIN	146.248.500,00
Fortalecimento dos Movimentos Sociais e Populares	Grupo Social atendido (Número)	Estado	FIS	540,00
			FIN	2.014.556,00
Garantia de Direitos	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS	9.900,00
			FIN	1.000.000,00
Implantação das Unidades de Pronto Atendimento ao Cidadão - PAC	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Região do Alto Solimões	FIS	1,00
			FIN	111.000,00
		Região do Triângulo (Jutai, Jurua, Solimões)	FIS	1,00
			FIN	111.000,00
		Região Metropolitana	FIS	2,00
			FIN	213.000,00
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>4,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>435.000,00</b>
Implantação de Serviços de Garantias de Direitos	Centro implantado (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	700.000,00
Implantação dos Centros Estaduais de Convivência da Família e do Idoso	Centro construído e implantado (Unidade)	Estado	FIS	9,00
			FIN	5.755.000,00
Implementação da Política de Direitos da Pessoa com Deficiência	Pessoa assistida (Unidade)	Estado	FIS	400,00
			FIN	1.880.233,00
Implementação das Atividades dos Centros Estaduais de Convivência da Família e do Idoso	Atendimento realizado (Unidade)	Estado	FIS	5.030.000,00
			FIN	55.944.070,00
Implementação das Unidades de Pronto Atendimento ao Cidadão - PAC	Atendimento realizado (Unidade)	Região do Baixo Amazonas	FIS	163.853,00
			FIN	432.046,00
		Região Metropolitana	FIS	9.640.257,00
			FIN	11.514.922,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
<b>Total da Ação :</b>			<b>FIS</b>	<b>9.804.110,00</b>
			<b>FIN</b>	<b>11.946.968,00</b>
Implementação do Sistema Socioeducativo	Adolescente e jovem atendido (Unidade)	Estado	FIS	28.600,00
			FIN	5.748.674,00
Jovem Cidadão	Adolescente e jovem atendido (Unidade)	Estado	FIS	138.565,00
			FIN	28.885.000,00
Serviços Itinerantes Socioassistenciais e de Atendimento realizado Cidadania	(Unidade)	Estado	FIS	890.000,00
			FIN	35.352.834,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - SOCIAL

**Objetivo do Governo:** Promover a integração social nas suas mais variadas dimensões, desenvolvendo ações de assistência social, proteção, promoção dos direitos, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**  
3271 MAIS JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer

**Órgãos Participantes:** SEJEL, FVO

## Objetivo

Estimular o desenvolvimento e a prática do esporte e do lazer no Estado do Amazonas.

**Público-alvo:** Atletas de base, atletas e para-atletas de profissionais, estudantes, portadores de necessidades especiais, idosos, grupo de etnias e a comunidade em geral.

**Valor do Programa** **49.900.275,00**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	45.334.434,00
Despesa de Capital	4.565.841,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação e Capacitação do Quadro de Pessoal	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	44,00
			FIN	174.000,00
Apoio ao Conselho Estadual da Juventude do Amazonas - CEJAM	Conselho e Comissão apoiados (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	245.650,00
Bolsa Atleta	Atleta assistido (Unidade)	Estado	FIS	325,00
			FIN	950.000,00
Cadastro Unificado	Estudo e pesquisa realizada (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	31.000,00
Capacitação em Desporto	Pessoa capacitada (Unidade)	Estado	FIS	68,00
			FIN	58.420,00
Esporte e Lazer para a Pessoa Idosa no Amazonas	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS	86,00
			FIN	441.680,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Galera Nota 10	Adolescente e jovem atendido (Unidade)	Estado	FIS	2.725,00
			FIN	7.485.600,00
Implantação de Equipamentos Esportivos	Equipamento esportivo concluído (Unidade)	Estado	FIS	21,00
			FIN	4.321.749,00
Implementação das Atividades do Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Amazônia	Atleta assistido (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	39,00
			FIN	2.600.000,00
Jogos dos Povos Indígenas	Índigena participante (Unidade)	Estado	FIS	250,00
			FIN	150.000,00
Olimpíadas Escolares	Estudante atleta/beneficiário (Unidade)	Estado	FIS	67,00
			FIN	300.000,00
Olimpíadas Rio 2016: Gestão e Logística dos Locais dos Treinamentos para os Pré-Jogos Olímpicos	Atleta Beneficiário (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	31,00
			FIN	31.000,00
Olimpíadas Rio 2016: Reforma, Ampliação e Modernização dos Locais de Treinamento para os Pré-Jogos	Metro quadrado reformado e/ou ampliado (Metro quadrado)	Região Metropolitana	FIS	31,00
			FIN	41.000,00
Projovem Urbano	Jovem capacitado (Unidade)	Estado	FIS	60,00
			FIN	589.731,00
Promoção do Desporto e Lazer	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS	2.098.959,00
			FIN	32.480.445,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - SOCIAL

**Objetivo do Governo:** Promover a integração social nas suas mais variadas dimensões, desenvolvendo ações de assistência social, proteção, promoção dos direitos, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins.

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Programa:**

3257 TELECOMUNICAÇÃO E RADIODIFUSÃO PARA CULTURA E ENSINO A DISTÂNCIA

**Órgão Responsável:** Governadora

**Órgãos Participantes:** FUNTEC

## Objetivo

Modernizar e expandir a Televisão e Rádio Cultura do Amazonas, de forma a torná-la o principal meio de difusão de eventos culturais e informações de interesse público; implantar plataforma tecnológica de educação e de medicina a distância.

**Público-alvo:** A sociedade em geral.

**Valor do Programa** **11.099.417,00**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	719.417,00
Despesa de Capital	10.380.000,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação do Quadro Funcional da Funtec	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	85,00
			FIN	5.000,00
Construção da Nova Sede da Funtec	Sede construída e equipada (% de execução)	Região Metropolitana	FIS	100,00
			FIN	3.000.000,00
Expansão da TV Cultura	Retransmissora implantada (Unidade)	Estado	FIS	44,00
			FIN	3.616.917,00
Implantação de Plataforma Tecnológica de Ensino a Distância e Telemedicina	Plataforma implantada (% de execução)	Região Metropolitana	FIS	100,00
			FIN	2.000.000,00
Modernização e Digitalização da Televisão e Rádio Cultura	Equipamento digital implantado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	40,00
			FIN	2.477.500,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - SOCIAL

**Objetivo do Governo:** Promover a integração social nas suas mais variadas dimensões, desenvolvendo ações de assistência social, proteção, promoção dos direitos, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins.

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

**Programa:**

3237 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania

**Órgãos Participantes:** SEAS, FEAS, SEPED

## Objetivo

Assegurar a Gestão da Assistência Social como Política Pública, amplamente consolidada e compartilhada, com vistas a prover maior eficiência, eficácia e efetividade nas atuações específicas e intersetoriais, em prol da garantia de direitos e cidadania aos usuários da Rede de Atendimento Socioassistencial

**Público-alvo:** Gestores Estaduais e Municipais, Conselheiros, Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social e usuários da Rede Estadual de Serviços Socioassistenciais.

**Valor do Programa** **7.412.560,00**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	6.732.101,00
Despesa de Capital	680.459,00

## Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período : 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação e Capacitação de Recursos Humanos da Assistência Social	Profissional capacitado (Unidade)	Estado	FIS	2.110,00
			FIN	910.000,00
Apoio aos Conselhos de Direitos e Assistência Social	Conselho e Comissão apoiados (Unidade)	Estado	FIS	5,00
			FIN	1.339.000,00
Implementação de Projetos Federais	Projeto implementado (Unidade)	Estado	FIS	18,00
			FIN	1.910.918,00
Monitoramento, Informação e Avaliação do SUAS	Serviço monitorado (Unidade)	Estado	FIS	100,00
			FIN	2.300.000,00
Serviços Socioassistenciais de Ação Continuada de Proteção Social de Assistência Social	Programa e projeto coordenado (Unidade)	Estado	FIS	10,00
			FIN	952.642,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo II - Programas de Governo

## Área Temática - SOCIAL

**Objetivo do Governo:** Promover a integração social nas suas mais variadas dimensões, desenvolvendo ações de assistência social, proteção, promoção dos direitos, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins.

Tipr de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Programa:  
3269 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DA DEFESA E DA CIDADANIA

Órgão Responsável: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Órgãos Participantes: DPE, FDPE


Objetivo  
Assegurar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita ao cidadão juridicamente necessitado do estado do Amazonas.

Público-alvo: População do Estado

<b>Valor do Programa</b>	<b>18.441.402,00</b>
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	16.330.373,00
Despesa de Capital	2.111.029,00

#### Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Período: 2012 - 2015	
			Meta	Valor
Ampliação do Quadro de Defensores e Servidores	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	95,00
			FIN	110.398,00
Ampliação e Manutenção da Estrutura da Tecnologia da Informação	Unidade equipada (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	3.672.003,00
Aquisição, Construção, Reforma e Equipamento de Unidades da DPE	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	6.659.001,00
Atendimento Jurídico Especializado Gratuito	Pessoa assistida (Unidade)	Estado	FIS	873.878,00
			FIN	7.200.000,00
Resocialização dos Jovens em Liberdade Provisória e Familiares de Detentos	Família assistida (Unidade)	Estado	FIS	7.129,00
			FIN	800.000,00

 **Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

#### Área Temática: ECONÔMICA


Objetivo de Governo: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda.

Programa  
3223 - MANAUS 2014 - A COPA DA AMAZÔNIA

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Ação Preventiva com Serviços Socioassistenciais - Copa 2014	Pessoa assistida (Un)	5.000,00
Ações Integradas da Segurança Pública para a Copa 2014	Campanha realizada (Un)	5,00
Atuação do Detran na Copa 2014	Campanha realizada (Un)	2,00
Construção da Arena Multiuso	Arena construída (%)	70,00
Copa Saudável - Vigilância em Saúde	Plano de ação implementado (Un)	1,00
Cultura na Copa 2014	Evento realizado (Un)	1,00
Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Copa de 2014	Profissional capacitado (Un)	900,00
Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014	Profissional capacitado (Un)	790,00
Implementação da Qualidade da Atenção às Urgências e Emergências	Unidade implementada (Un)	16,00
Infraestrutura e Logística para Copa 2014	Projeto desenvolvido (Un)	18,00
Obras Complementares para o Entorno da Arena Multiuso	Projeto desenvolvido (Un)	2,00
Operacionalização do Serviço de Atenção à Saúde do Viajante/Turista	Serviço implantado (Un)	1,00
Preparando Manaus para Copa Brasil 2014	Projeto executado (%)	40,00
Produção Orgânica - Copa 2014	Agricultor familiar e produtor rural assistido (Un)	300,00
Reforma, Ampliação e Modernização do Centro de Educação Física e Desportos do Estado do Amazonas (Vila Olímpica de Manaus)	Estrutura adequada (m²)	1,00
Transporte de Alta Capacidade de Manaus	Projeto desenvolvido (Un)	10,00

Programa  
3227 - GESTÃO DOS RECURSOS MINERAIS, ÓLEO E GÁS, DA GEODIVERSIDADE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Plano Diretor de Mineração, Óleo e Gás	Plano elaborado (Un)	1,00
Plano Estadual de Recursos Hídricos	Documento produzido (Un)	50,00

 **Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

#### Área Temática: ECONÔMICA

Objetivo de Governo: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda.

Programa  
3244 - FOMENTO E APOIO À INICIATIVAS DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E INOVAÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Apoio à Infraestrutura Organizacional para Tecnologia e Inovação (T&I)	Projeto apoiado (Un)	35,00
Fomento à Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia & Inovação	Bolsa implementada (Un)	1.951,00
Fomento à Popularização e Difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação	Bolsa implementada (Un)	150,00
Fomento a Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação em Instituições Públicas e Privadas e no Setor Produtivo	Projeto fomentado em CT&I (Un)	170,00

Intercâmbio e Cooperação Interinstitucional, Nacional e Internacional	Bolsa implementada (Un)	30,00
---	-------------------------	-------

Programa  
3277 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Assistência Técnica, Extensão Rural e Florestal	Agricultor familiar e produtor rural assistidos (Un)	93.000,00
Capacitação de Agricultores Familiares e Produtores Rurais	Agricultor familiar e produtor rural capacitados (Un)	7.870,00
Casas Populares na Zona Rural	Casa construída (Un)	3,00
Encontros, Eventos e Feiras para Promoção da Produção Rural	Evento realizado (Un)	25,00
Expansão da Produção Agrícola	Produtor assistido (Un)	100.000,00
Expansão da Produção de Pesca e Aquicultura	Pescador/aquicultor beneficiado (Un)	15.000,00
Expansão da Produção Florestal e Fauna	Unidade geográfica delimitada (Un)	10,00
Expansão da Produção Pecuária	Animal vacinado (Un)	1.450.000,00
Implantação de Agroindústria de Produtos Agrícolas	Centro construído e implantado (Un)	2,00
Implantação de Agroindústria de Produtos Animais	Unidade estruturada (Un)	1,00
Implantação de Agroindústria de Produtos da Pesca e Aquicultura	Unidade implantada (Un)	1,00
Implantação de Agroindústria de Produtos de Origem Florestal e Fauna	Unidade construída/ampliada (Un)	1,00
Infraestrutura Agrícola	Unidade estruturada (Un)	2,00
Infraestrutura da Pecuária	Unidade estruturada (Un)	1,00
Infraestrutura da Pesca e Aquicultura	Unidade estruturada (Un)	1,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

#### Área Temática: ECONÔMICA

Objetivo de Governo: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de emprego e distribuição de renda.

Programa  
3277 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Infraestrutura de Comercialização	Unidade construída, reformada e equipada (Un)	2,00
Infraestrutura de escoamento da Produção: Estradas Vicinais e Transporte	Estrada vicinal construída/recuperada (Km)	50,00
Infraestrutura de Fauna e Flora	Unidade produtiva estruturada (Un)	1,00
Infraestrutura de Mecanização Agrícola e Implementos	Maquinário e equipamento adquirido (Un)	1,00
Peixe Popular - Aquisição de Excedentes	Família beneficiada (Un)	25.000,00

Programa  
3248 - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Cadastro Ambiental Rural	Imóvel rural cadastrado (Un)	60.000,00
Fiscalização e Monitoramento das Atividades Potencialmente Poluidoras	Fiscalização e monitoramento realizado (Un)	1.075,00
Licenciamento Ambiental das Atividades Potencialmente Poluidoras	Licença ambiental emitida (Un)	2.605,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

#### Área Temática: EDUCAÇÃO

Objetivo de Governo: Garantir o acesso da população amazonense à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.

Programa  
3246 - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Construção da Cidade Universitária	Cidade Universitária construída (%)	2,58

Programa  
3249 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Formação Inicial e Continuada	Cidadão capacitado (Un)	80.000,00
Inclusão Digital e Sociedade da Informação	Cidadão capacitado (Un)	85.000,00

Programa  
3283 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Adequação de Infraestrutura de Tecnologia e Comunicação para o Ensino de Jovens e Adultos	Unidade adequada (Un)	2,00
Adequação de Infraestrutura de Tecnologia e Comunicação para o Ensino Especial	Unidade adequada (Un)	2,00
Adequação de Infraestrutura de Tecnologia e Comunicação para o Ensino Fundamental	Unidade adequada (Un)	3,00
Adequação de Infraestrutura de Tecnologia e Comunicação para o Ensino Médio	Unidade adequada (Un)	3,00
Construção e Equipamento de Escolas - Ensino de Jovens e Adultos	Unidade construída e equipada (Un)	2,00
Construção e Equipamento de Escolas - Ensino Fundamental	Unidade construída e equipada (Un)	2,00
Construção e Equipamento de Escolas - Ensino Médio	Unidade construída e equipada (Un)	2,00
Construção e Equipamento de Escolas do Ensino Especial	Aluno contemplado (Un)	2.300,00
Construção e Equipamento de Escolas para a Educação Indígena - Ensino Fundamental	Unidade construída e equipada (Un)	4,00
Construção e Equipamento dos CETIs (Centros de Educação de Tempo Integral de Ensino) - Ensino Fundamental	Unidade construída e equipada (Un)	2,00

Desenvolvimento da Educação Escolar Indígena - Ensino Fundamental	Aluno beneficiado (Un)	1.000,00
Desenvolvimento da Educação Escolar Indígena do Ensino Médio	Aluno contemplado (Un)	1.000,00
Expansão do Ensino Presencial por Mediação Tecnológica para o Ensino Fundamental	Aluno atendido (Un)	2.000,00
Expansão do Ensino Presencial por Mediação Tecnológica para o Ensino Médio	Aluno atendido (Un)	4.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

**Área Temática:** EDUCAÇÃO

**Objetivo de Governo:** Garantir o acesso da população amazonense à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.

**Programa**  
**3283 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE**

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Fortalecimento da Gestão Escolar	Unidade administrada (Un)	700,00
Reforma das Edificações da Rede para o Ensino Fundamental	Unidade reformada/adequada (Un)	4,00
Reforma das Edificações da Rede para o Ensino Médio	Unidade reformada/adequada (Un)	4,00
Reforma e Manutenção das Edificações da Rede para o Ensino de Jovens e Adultos	Centro reformado/adequado (Un)	2,00
Reforma e Manutenção das Edificações da Rede para o Ensino Especial	Unidade reformada/adequada (Un)	2,00
Valorização e Formação do Profissional de Educação Profissional capacitado (Un)		10.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

**Área Temática:** INFRAESTRUTURA

**Objetivo de Governo:** Implantar, ampliar, modernizar, melhorar e recuperar a infraestrutura do Estado do Amazonas, de forma a consubstanciar o desenvolvimento socioeconômico com o desenvolvimento humano, visando a geração de emprego e renda para a população amazonense.

**Programa**  
**3166 - PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS**

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Canalização e Dragagem dos Igarapés do Manaus	Drenagem/saneamento realizado (m)	100,00
Ligações Sanitárias Intradomiciliares	Ligação realizada (Un)	2.421,00
Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional	Drenagem/saneamento realizado (m)	6.794,00
Reassentamento, Urbanização e Saneamento Básico do Entorno dos Igarapés	Família reassentada (Un)	250,00
Sustentabilidade Social e Institucional	Família assistida (Un)	2.317,00

**Programa**  
**3198 - HABITAÇÃO**

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Disponibilização de Casas Populares para a População de Baixa Renda na Capital e Interior do Estado	Casa construída (Un)	11,00
Disponibilização de Casas Populares para a População sob Risco Social	Casa construída (Un)	2.487,00
Disponibilização de Casas Populares para Servidores Públicos Estadual	Casa construída (Un)	142,00
Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV	Casa construída (Un)	930,00
Ressarcimento de Valores Pagos Indevidamente ou por Desistência de Terrenos Comercializados	Pessoa ressarcida (Un)	10,00

**Programa**  
**3214 - DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (RMM)**

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Infraestrutura Urbana Viária da Região Metropolitana	Área beneficiada (Km²)	1.540,00
Manutenção e Operacionalização da Ponte sobre o Rio Negro	Contrato firmado (Un)	2,00
Saneamento Básico para a Região Metropolitana	Família beneficiada (Un)	3.310,00
Sistema Viário da Região Metropolitana	Estrada e rodovia construída/recuperada (Km)	7,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

**Área Temática:** INFRAESTRUTURA

**Objetivo de Governo:** Implantar, ampliar, modernizar, melhorar e recuperar a infraestrutura do Estado do Amazonas, de forma a consubstanciar o desenvolvimento socioeconômico com o desenvolvimento humano, visando a geração de emprego e renda para a população amazonense.

**Programa**  
**3239 - AMAZONAS 2020**

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Ampliação e Melhoria do Sistema Aeroportuário	Aeroporto ampliado e/ou modernizado (Un)	2,00
Ampliação e Melhoria dos Serviços de Comunicação Comutada	Acessos disponibilizados (Un)	20,00
Ampliação e Melhoria nos Serviços de Banda Larga	Conectividade disponibilizada (Un)	10,00
Ampliação e Modernização do Sistema Hidroviário	Terminal hidroviário ampliado (Un)	1,00
Contenção, Melhorias e Recuperação de Encostas, Orlas e Taludes	Estrada mantida e/ou recuperada (Km)	1,00
Controle de Cheias e Vazantes	Contenção realizada (m²)	4.000,00
Destinação Final de Lixo e Resíduos Sólidos	Aterro sanitário implantado (Un)	1,00

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Drenagem de Águas Pluviais e Dragagem de Canais	Linha de drenagem e dragagem realizada (m²)	10.000,00
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Espaços e Prédios Públicos	Área construída/melhorada (m²)	12.000,00
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Estradas, Rodovias e Vicinais	Estrada construída (Km)	67,00
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Obras de Artes Especiais	Obra de arte especial construída (Un)	2,00
Implantação, Ampliação Melhorias e Modernização de Portos e Terminais Hidroviários	Porto e terminal implantado (Un)	18,00
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização do Sistema Viário Urbano	Rua asfaltada (Km)	15,00
Implantação, Ampliação, Modernização e Recuperação do Sistema de Abastecimento de Água	Água tratada (m³)	500,00
Implantação de Aeroportos e Heliportos	Aeroporto/heliporto construído (Un)	1,00
Programa Luz para Todos	Domicílio beneficiado (Un)	40,00
Regulação da Qualidade dos Serviços Públicos Concedidos pelo Estado	Cidadão beneficiado (Un)	70.000,00

**Programa**  
**3278 - PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DO INTERIOR DO AMAZONAS**

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Canalização e Dragagem dos Igarapés dos Municípios do Amazonas	Drenagem/saneamento realizado (m)	1,00
Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional	Igarapé drenado e saneado (Un)	1,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

**Área Temática:** INFRAESTRUTURA

**Objetivo de Governo:** Implantar, ampliar, modernizar, melhorar e recuperar a infraestrutura do Estado do Amazonas, de forma a consubstanciar o desenvolvimento socioeconômico com o desenvolvimento humano, visando a geração de emprego e renda para a população amazonense.

**Programa**  
**3278 - PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DO INTERIOR DO AMAZONAS**

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Reassentamento, Urbanização e Saneamento do Entorno dos Igarapés dos Municípios do Amazonas	Família reassentada (Un)	21,00
Sustentabilidade Social e Institucional do Interior do Amazonas	Família assistida (Un)	2.050,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

**Área Temática:** PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Objetivo de Governo:** Melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência institucional na administração pública estadual, contribuindo para a otimização do gasto público e o desenvolvimento econômico do Estado.

**Programa**  
**3135 - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DO AMAZONAS - ZONA FRANCA VERDE**

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Apoio à Comercialização da Produção Agropecuária, Pesqueira, Florestal e Mineral	Produtor beneficiado (Un)	43.000,00
Aquisição de Produtos Regionalizados para a Rede Estadual de Ensino	Aluno atendido (Un)	380.000,00
Desenvolvimento de Ações Integradas na Região do Alto Solimões	Unidade gerenciada (Un)	6,00
Organização e Dinamização de Cadeias Produtivas Florestais, Minerais, Pesqueiras e Agropecuárias	Produtor beneficiado (Un)	43.000,00
Promoção Comercial: Feiras e Outros Eventos	Evento realizado (Un)	3,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

**Área Temática:** SAÚDE

**Objetivo de Governo:** Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

**Programa**  
**3243 - ASSISTÊNCIA A PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS TROPICAIS E INFECCIOSAS**

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Atenção à Saúde das Pessoas Vivendo com HIV/Aids e Outras DST's	Pessoa atendida (Un)	19.420,00
Atendimento ao Portador de Doenças Tropicais e Infecciosas	Paciente atendido (Un)	370.335,00
Operacionalização dos Laboratórios de Pesquisa da FMT-HVD	Exame realizado (Un)	1.420,00

**Programa**  
**3256 - HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA**

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Operacionalização das Atividades de Ensino e Pesquisa	Evento realizado (Un)	5,00
Operacionalização das Atividades em Hematologia	Procedimento realizado (Un)	827.829,00
Operacionalização das Atividades em Hemoterapia	Procedimento realizado (Un)	741.681,00

**Programa**  
**3258 - ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA**

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Apoio às Farmácias Populares	Farmácia popular mantida (Un)	6,00
Fornecimento de Medicamentos e Insumos para a Rede Assistencial do Estado	Unidade de saúde beneficiada (Un)	118,00
Fornecimento de Medicamentos Excepcionais e de Alto Custo	Pessoa beneficiada (Un)	26.000,00
Transferência de Recursos Financeiros à Farmácia Básica nos Municípios	Município beneficiado (Un)	62,00

## Programa

## 3261 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE ONCOLÓGICA

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Atendimento à População Indígena em Oncologia	Indígena atendido (Un)	250,00
Desenvolvimento de Atividades Educativas, Preventivas e de Detecção Precoce do Câncer	Campanha realizada (Un)	6,00
Realização de Atividades de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	Projeto desenvolvido (Un)	35,00
Tratamento e Controle do Câncer	Paciente atendido (Un)	82.500,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

## Área Temática: SAÚDE

**Objetivo de Governo:** Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

## Programa

## 3267 - INVESTIMENTO EM SAÚDE

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Adequação Física para Funcionamento da Rede de Regulação em Saúde	Sede adequada/modernizada (Un)	5,00
Apoio à Implementação de Convênios e Parcerias com o Estado	Convênio firmado (Un)	32,00
Aquisição de Ambulâncias Terrestre e Fluvial nos Municípios	Município beneficiado (Un)	32,00
Aquisição de Equipamento e Material Permanente na Capital	Unidade equipada (Un)	24,00
Aquisição de Equipamento e Material Permanente no Interior	Unidade equipada (Un)	45,00
Co-financiamento para Fortalecimento da Regionalização	Regional beneficiada (Un)	9,00
Co-financiamento para Reestruturação de Atenção Primária de Saúde no Estado	Município contemplado (Un)	62,00
Construção do Hospital Pronto-Socorro da Zona Norte	Percentual de execução física (%)	20,00
Construção e Ampliação da Estrutura Física da Saúde na Capital	Unidade construída/ampliada (Un)	8,00
Construção e Ampliação da Estrutura Física da Saúde no Interior	Unidade construída/ampliada (Un)	12,00
Construção e Ampliação de Estrutura de Gestão para Apoio à Regionalização	Escritório regional construído (Un)	9,00
Desenvolvimento das Atividades de Apoio ao PRODERAM	Comunidade assistida (Un)	8,00
Implantação da Nova Central Estadual de Transplantes	Central implantada (Un)	1,00
Implantação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	Unidade implantada (Un)	1,00
Implantação do Centro de Reabilitação para Dependentes Químicos	Percentual de execução física (%)	30,00
Implantação do SAMU	Município atendido (Un)	4,00
Reforma e Adequação da Estrutura Física da Saúde na Capital	Unidade reformada/adequada (Un)	10,00
Reforma e Adequação da Estrutura Física da Saúde no Interior	Unidade reformada/adequada (Un)	4,00
Revitalização do Parque Tecnológico da Saúde	Unidade equipada (Un)	5,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

## Área Temática: SAÚDE

**Objetivo de Governo:** Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

## Programa

## 3274 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Análise Laboratorial de Interesse em Saúde Pública - LACEN	Exame realizado (Un)	42.300,00
Operacionalização das Ações de Vigilância Ambiental em Saúde	Número de caso de malária (Un)	36.221,00
Operacionalização das Ações de Vigilância Epidemiológica	Criança vacinada (Un)	238.247,00
Operacionalização das Ações de Vigilância Sanitária	Inspeção sanitária realizada (Un)	5.200,00
Revitalização dos Sistemas de Informações de Saúde na EVS/AM	Município monitorado (Un)	62,00

## Programa

## 3275 - ATENÇÃO EM TRAUMATO-ORTOPEDIA E OUTRAS ESPECIALIDADES

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Assistência à Saúde nas Áreas Traumató-Ortopedia e Outras Especialidades	Paciente atendido (Un)	78.000,00
Desenvolvimento de Ensino, Pesquisa e Eventos em Saúde	Profissional qualificado (Un)	70,00
Fornecimento de Órtese e Prótese para Traumató-Ortopedia	Material de órtese e prótese dispensada (Un)	1.000,00
Treinamento de Acadêmicos de Outras Instituições	Acadêmico treinado (Un)	480,00

## Programa

## 3276 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Contratação dos Serviços Cooperativados Assistenciais	Cooperativa contratada (Un)	23,00
Encaminhamento e Remoção de Pacientes em Tratamento de Saúde Fora de Domicílio	Paciente removido/encaminhado (Un)	1.900,00
Fornecimento de Órtese e Prótese em Saúde	Pessoa beneficiada (Un)	1.275,00
Manutenção da Rede Assistencial de Média e Alta Complexidade da Capital	Unidade mantida (Un)	9,00
Manutenção da Rede Assistencial de Urgência e Emergência na Capital	Unidade mantida (Un)	6,00
Manutenção da Rede Assistencial do Estado no Interior	Unidade mantida (Un)	65,00
Manutenção da Rede Básica Estadual	Unidade mantida (Un)	16,00
Manutenção da Rede Hospitalar e Obstétrica da Capital	Unidade mantida (Un)	10,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

## Área Temática: SAÚDE

**Objetivo de Governo:** Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

## Programa

## 3276 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Manutenção da Rede Telessaúde	Município integrado ao projeto (Un)	61,00
Manutenção das Unidades de Pronto Atendimento - UPA	Unidade mantida (Un)	5,00
Manutenção do Complexo Regulador do Estado	Complexo regulador mantido (Un)	1,00
Manutenção do SAMU	Município com SAMU implantado (Un)	21,00
Manutenção do Serviço de Assistência a Nefropatas Crônicos	Unidade mantida (Un)	1,00
Operacionalização do Serviço de Remoção Assistencial do Estado	Paciente atendido (Un)	3.000,00
Operacionalização do Serviço de Transporte Sanitário	Paciente transportado (Un)	250,00
Saúde em Casa	Pessoa atendida (Un)	600,00
Saúde na Escola e na Comunidade	Pessoa atendida (Un)	5.400,00
Serviços Prestados pela Rede Complementar do SUS	Unidade contratada (Un)	84,00
Transferência de Recursos da Média e Alta Complexidade aos Municípios	Município beneficiado (Un)	6,00

## Programa

## 3284 - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E GESTÃO DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS E TRANSVERSAIS

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Apoio à Implementação das Ações de Humanização	Ação de humanização realizada (Un)	4,00
Apoio à Implementação das Políticas Estratégicas	Município apoiado (Un)	62,00
Apoio à Implementação das Políticas Transversais	Município apoiado (Un)	62,00
Apoio ao Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde	Município apoiado (Un)	62,00

## Programa

## 3286 - AMAZONAS SAÚDE ITINERANTE

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Apoio ao Pronto Atendimento Itinerante - PAI	Paciente atendido (Un)	460.000,00
Operacionalização da Saúde Itinerante - Amazonas	Paciente atendido (Un)	20.000,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

## Área Temática: SAÚDE

**Objetivo de Governo:** Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, articulando ações intersetoriais para a humanização e qualidade dos serviços prestados.

## Programa

## 3231 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUS

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Apoio ao Controle Social	Conselho apoiado (Un)	1,00
Apoio ao Processo de Descentralização da Gestão	Contrato assinado (Un)	3,00
Desenvolvimento das Ações de Educação Permanente em Saúde	Profissional capacitado (Un)	2.400,00
Desenvolvimento das Ações de Fortalecimento do Controle Social e Participação Popular/ParticipaSUS	Evento realizado (Un)	10,00
Fortalecimento das Ações de Gestão do Trabalho da SUSAM e Fundações	Consultoria contratada (Un)	1,00
Implementação das Ações de Auditoria/ParticipaSUS	Auditoria realizada (Un)	16,00
Implementação das Ações de Ouvidoria/ParticipaSUS	Ouvidoria implementada (Un)	10,00
Implementação do Plano SUS do Amazonas	Município acompanhado (Un)	82,00
Monitoramento, Controle e Avaliação/ParticipaSUS	Instrumento de monitoramento e avaliação elaborado (Un)	1,00
Operacionalização do Cartão SUS	Usuário cadastrado (Un)	1.080,00



**Governo do Estado do Amazonas**  
**Plano Plurianual 2012-2015**  
**Anexo III - Metas e Prioridades - 2012**

## Área Temática: SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

**Objetivo de Governo:** Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema prisional e direitos humanos.

## Programa

## 3247 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Apoio à Justiça e aos Direitos Humanos nos Municípios	Município assistido (Un)	8,00
Prevenção ao Uso de Drogas	Evento realizado (Un)	8,00
Recuperação e Reinserção Social de Usuários de Entorpecentes	Pessoa assistida (Un)	100,00

## Programa

## 3260 - SISTEMA PENITENCIÁRIO

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado	Unidade construída (Un)	2,00
Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário	Unidade equipada (Un)	16,00
Reforma, Ampliação e Aparelhamento das Unidades Prisionais no Estado	Unidade reformada e ampliada (Un)	4,00

Programa  
3262 - RONDA NO BAIRRO

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Ações de Segurança Pública Junto às Comunidades	Pessoa beneficiada (Un)	7.804,00
Apoio Sociopsicológico aos Servidores do Sistema de Segurança	Servidor/policial assistido (Un)	4.577,00
Assistência ao Policiamento Animal	Animal apto para o policiamento (Un)	104,00
Equipamentos, Viaturas e Aparelhamento do Sistema de Segurança Pública	Equipamento adquirido (Un)	1.051,00
Modernização das Atividades da Polícia Técnico-Científica em Perícias Criminais, Médico-Legais e Datiloscópicas	Documento expedido (Un)	293.139,00
Realização de Operações do Sistema de Segurança Pública	Operação realizada (Un)	1.120,00
Uniforme e Acessórios para o Sistema de Segurança Pública	Policial militar uniformizado e equipado (Un)	3.311,00
Uniformes e Acessórios para os servidores do CBMM	Uniformes adquiridos (Un)	600,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo III - Metas e Prioridades - 2012

Área Temática: SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

Objetivo de Governo: Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema carcerário e direitos humanos.

Programa  
3264 - ATUAÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Ações da Corregedoria Geral da Segurança Pública	Procedimento realizado (Un)	2.000,00
Ações de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico	Ação realizada (Un)	31,00
Ações do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública	Profissional qualificado (Un)	1.000,00
Ampliação e Melhoria do Quadro de Pessoal do Sistema de Segurança Pública	Cargo preenchido (Un)	3.323,00
Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito	Campanha realizada (Un)	20,00
Capacitação e Formação dos Servidores da Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros Militar e DETRAN	Servidor capacitado (Un)	1.700,00
Construção e Reforma das Unidades de Segurança Pública	Unidade construída, reformada e equipada (Un)	89,00
Emissão e Documentação de CNH e de Documentos de Veículos Automotores	Documentação emitida (Un)	600.000,00
Fortalecimento das Ações de Caráter Sigiloso	Ação de inteligência (Un)	10,00
Implantação dos Postos de Atendimento do Detran - PAD	Posto implantado (Un)	1,00
Modernização e Ampliação do Sistema de Telecomunicações do Sistema de Segurança Pública	Equipamento adquirido (Un)	106,00
Potencializar o Atendimento a Ocorrências	Ocorrência atendida (Un)	8.000,00
Prevenção e Preparação para Desastres	Intervenção realizada (Un)	30,00
Reabilitação e Reconstrução Pós-Desastre	Área reconstruída (Km²)	2,00
Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito no Estado	Sinalização horizontal e vertical implantada (Un)	6,00
Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre	Pessoas vitimadas (Un)	500,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo III - Metas e Prioridades - 2012

Área Temática: SOCIAL

Objetivo de Governo: Promover a integração social nas suas mais variadas dimensões, desenvolvendo ações de assistência social, proteção, promoção dos direitos, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins.

Programa  
2003 - AMAZONAS CULTURAL

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Apoio às Festas Populares na Capital e Interior	Recurso financeiro repassado (R\$)	19.254.000,00

Programa  
3235 - AMAZONAS SOCIAL

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Acolhimento Institucional	Pessoa assistida (Un)	1.700,00
Amazonas sem Miséria	Família beneficiada (Un)	5.000,00
Benefícios Socioassistenciais	Pessoa atendida (Un)	45.000,00
Construção e Adequações de Espaço Físico à Pessoa com Deficiência	Estrutura construída (%)	17,00
Construção, Reforma e Equipamento de Unidades de Atendimento Socioeducativo	Centro construído/reformado (Un)	1,00
Descentralização dos Serviços Socioassistenciais	Entidade conveniada (Un)	120,00
Garantia de Direitos	Pessoa atendida (Un)	2.000,00
Implantação de Serviços de Garantia de Direitos	Centro implantado (Un)	1,00
Implantação dos Centros Estaduais de Convivência da Família e do Idoso	Centro construído e implantado (Un)	1,00
Implementação da Política de Direitos da Pessoa com Deficiência	Pessoa assistida (Un)	100,00
Jovem Cidadão	Adolescente e jovem atendido (Un)	130.050,00
Serviços Itinerantes Socioassistenciais e de Cidadania	Atendimento realizado (Un)	200.000,00

Programa  
3257 - TELECOMUNICAÇÃO E RADIODIFUSÃO PARA CULTURA E ENSINO A DISTÂNCIA

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Expansão da TV Cultura	Retransmissora implantada (Un)	2,00



Governo do Estado do Amazonas  
Plano Plurianual 2012-2015  
Anexo III - Metas e Prioridades - 2012

Área Temática: SOCIAL

Objetivo de Governo: Promover a integração social nas suas mais variadas dimensões, desenvolvendo ações de assistência social, proteção, promoção dos direitos, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins.

Programa  
3271 - MAIS JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Boleia Atleta	Atleta assistido (Un)	70,00
Galera Nota 10	Adolescente e jovem atendido (Un)	2.600,00
Implementação das Atividades do Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Amazônia	Atleta assistido (Un)	36,00
Projovem Urbano	Jovem capacitado (Un)	60,00
Promoção do Desporto e Lazer	Pessoa beneficiada (Un)	485.000,00

Programa  
3237 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Monitoramento, Informação e Avaliação do SUAS	Serviço monitorado (Un)	100,00

Programa  
3269 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DA DEFESA E DA CIDADANIA

Ação	Produto (Unidade)	Meta Física
Atendimento Jurídico Especializado Gratuito	Pessoa assistida (Un)	194.378,00
Resocialização dos Jovens em Liberdade Provisória e Familiares de Detentos	Família assistida (Un)	1.536,00

**SOLICITE**  
**O**  
**GABARITO**  
**FOLHA-PADRÃO**  
**PARA**  
**TEXTOS**  
**A**  
**SEREM**  
**PUBLICADOS**  
**NO DIÁRIO**  
**OFICIAL**  
**A DISTRIBUIÇÃO**  
**É GRATUITA**

**OBSERVE**  
**ATENTAMENTE**  
**O**  
**HORÁRIO**  
**PARA**  
**A**  
**ENTREGA**  
**DAS**  
**MATÉRIAS**  
**DAS**  
**7H ÀS**  
**13H**